OUTUBRO, 2026 ANO 1 - EDIÇÃO 11

Revista juristas:



Fala, Jurista!

A herança fiscal do atual governo que ameaça o futuro do Brasil

Ives Gandra Martins

O segredo de justiça e de informações públicas violam o princípio da transparência



Aluizio Bezerra



Quem paga a conta da crise? Eficiência, consequências e fraternidade no Direito da Insolvência

Fernando Rangel

Eleição passa, cidadania fica: a importância de participar para além das urnas



Rodrigo Aiache e Maria Vitória



O valor do Habeas Corpus quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana

Maria de Fátima Moraes

Entrevista

Paulo Medina

É preciso evitar expedientes temerários como o *prompt injection*

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Revista juristas:

Ano 1 - Edição 11
Outubro 2026
Organização:
Wilson Furtado Roberto
Conselho Editorial:
Monica Bonetti Couto
Gisele Welsch
Letícia de Mello
Editora-chefe e jornalista responsável:
Alice Castanheira
MTB 25525/SP
Projeto gráfico:
Editora Mizuno

Todos os direitos desta edição reservados à

JURISTAS ON LINE
Av. Júlia Freire, 1200, Sala 904 - Expedicionários, João Pessoa - PB, 58.041-000
Fone/Fax: (83) 3513-9616
Visite nosso site: **www.juristas.com.br/**
e-mail: **admin@juristas.com.br**

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas - de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico - também por meio de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei nº. 9.610, de 19.02.1998.

Todos os autores são total e estritamente responsáveis pelo conteúdo do texto-artigo submetido, incluindo dados, citações de jurisprudência, referências bibliográficas e interpretações. Todo o conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores (por ocasião do envio do material com total aceitação das regras editoriais da Revista Juristas) que assumem total responsabilidade pela precisão e originalidade do trabalho final.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual da revista, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

O uso de informações e conteúdos gerados por plataformas de Inteligência Artificial (IA) em artigos é de inteira e total responsabilidade de cada autor., incluindo responsabilidade por eventual plágio.

Impresso no Brasil

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

juristas:

Sumário

6 **É preciso evitar expedientes temerários como o *prompt injection***
Entrevista com: Paulo Roberto de Gouvêa Medina

12 **A herança fiscal do atual governo que ameaça o futuro do Brasil**
by Ives Gandra da Silva Martins

14 **O segredo de justiça e de informações públicas violam o princípio da transparência**
by Aluizio Bezerra Filho

16 **Quem paga a conta da crise? Eficiência, consequências e fraternidade no Direito da Insolvência**
by Fernando Rangel

19 **Inteligência Artificial e supervisão humana: o que se exige de quem julga?**
by Alexandre Miguel

21 **O valor do Habeas Corpus quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana**
by Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

25 **Minirreforma Constitucional**
by Carlos Henrique Abrão

26 **Eleição passa, cidadania fica: a importância de participar para além das urnas**
by Rodrigo Aiache Cordeiro e Maria Vitória Gadelha Costa

29 **Novidade sobre a dinâmica da relevância**
by Rodrigo Rodrigues Buzzi

31 **Início da Reforma Tributária: 2027 ou 2028?**
by Saulo Medeiros da Costa Silva

33 **O remédio que vira doença: o Prospera MEI e a política de corrigir distorções com novas distorções**
by Marcelo Godke

38 **Impactos das alterações na Lei Migratória Portuguesa sobre brasileiros e empresas brasileiras**
by Frederico Rafael Marinho de Sousa Rego

41 ***Fresh start* do empresário falido: fundamentos econômicos do recomeço e função social da empresa**
by Manoel de Queiroz Pereira Calças e Clarissa Somesom Tauk

45 **Os reflexos da escravidão nos "tribunais virtuais"**
by Rafaella Brandão

48 **O Supremo, a sociedade e o desafio de decidir melhor**
by Guilherme Veiga

52 **Calor extremo, enchentes e casas que adoecem**
by José Laurindo de Souza Netto e Lara Helena Luiza Zambão

55 **Do evento sucessório ao ciclo econômico da riqueza: novos paradigmas do planejamento patrimonial e sucessório**
by Letícia Veras Costa

59 **Governança da visibilidade: liberdade de falar já não basta**
by Omar Kaminski

Sumário

62 Fora do concurso, mas no comando do processo: o Fisco e a recuperação judicial após a LC nº 225/2026
by Alexandre Correa Nasser de Melo

64 Acusações de homicídio com mais de um possível autor: necessidade de individualização da fundamentação do juiz e do Tribunal na decisão de pronúncia
by Luiz Gustavo Battaglin Maciel e Jail Benites de Azambuja

66 O feminicídio não acompanha a curva da violência, e isso muda a política pública
by Iriana Custódia Koch

68 Quem lê a sua petição? O que o *prompt injection* revelou sobre o processo
by Hallrison Souza Dantas

70 Uma nova atuação dos Tribunais de Contas no controle externo do saneamento básico
by Allisson Carlos Vitalino

72 O algoritmo pode ocupar o lugar da discricionariedade administrativa?
by Senivaldo dos Reis Júnior

75 Sucessão Empresarial e Transição Geracional: continuidade, conflitos e governança
by Stanley Martins Frasão

80 Inteligência Artificial no ensino do Direito: entre a eficiência, o pensamento crítico e a responsabilidade humana
by Leonardo Roth e Raphael Di Tommaso

83 Inteligência Artificial, senso crítico e o perigo de esvaziamento do cérebro humano
by Andrea Wiezbicki Strapasson

85 Negociar é preciso. litigar nem sempre
by Peterson Zacarella

90 Redata: o Brasil deu desconto para gastar a água da Amazônia
by Aldo Soares Evangelista

92 Inteligência Artificial sim. Advocacia sem advogado, não.
by Afonso Paciléo

96 ITCMD sobre bens no exterior: lei nula não renasce
by Nilo José Mingrone

98 A advocacia corporativa contemporânea
by Leonardo Barém Leite

100 O futuro do Direito: comunicação jurídica ética com uso de Inteligência Artificial
by Alice Castanheira

Revista juristas:

A **Revista Juristas** é uma revista eletrônica jurídica criada para divulgar conteúdo técnico, atual e qualificado sobre temas relevantes do Direito contemporâneo. Seu propósito é **democratizar conhecimento**, promover **diálogo interdisciplinar** e oferecer **reflexões críticas** produzidas por magistrados, advogados, pesquisadores e especialistas de diversas áreas.

Ela serve como um espaço moderno e confiável para atualização jurídica, reunindo as mais diversas áreas jurídicas, jurisprudência e tendências que impactam o sistema de Justiça.

Sua **razão de existir** é fortalecer o debate jurídico nacional, valorizar a produção intelectual brasileira e contribuir para a construção de um Direito mais humano, eficiente e alinhado aos desafios do mundo atual.



É preciso evitar expedientes temerários como o *prompt injection*

Com: Paulo Roberto de Gouvêa Medina

A trajetória do advogado Paulo Roberto de Gouvêa Medina é marcada pela dedicação ao Direito, à docência e ao fortalecimento da advocacia brasileira. Graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 1962, construiu uma carreira pautada pelo rigor jurídico e pelo compromisso com a formação de novas gerações. Professor emérito da UFJF, destacou-se também pela atuação como advogado e estudioso do Direito Processual e Constitucional.

No âmbito institucional, tornou-se uma das referências da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde representou Minas Gerais no Conselho Federal a partir de 1993. Ao longo de sete mandatos, contribuiu para debates fundamentais sobre o ensino jurídico, a ética profissional e as prerrogativas da advocacia. Presidiu a Comissão Nacional de Ensino Jurídico da entidade e atuou em iniciativas voltadas ao aprimoramento da profissão.

Teve contribuição reconhecida nacionalmente com a Medalha Rui Barbosa, uma das mais importantes distinções da OAB. Autor de livros e artigos jurídicos, Medina consolidou uma trajetória que une conhecimento acadêmico e experiência profissional. Sua história se confunde com importantes capítulos da evolução da advocacia brasileira. Nesta entrevista, ele compartilha reflexões sobre sua carreira, os desafios do Direito e os caminhos da profissão.

JURISTAS: Professor Paulo Medina, olhando para sua trajetória de mais de seis décadas no Direito, quais foram os momentos que considera decisivos para sua formação como jurista?

Paulo Medina: Três momentos foram marcantes na minha trajetória como estudioso do Direito. O primeiro correspondeu à experiência por mim vivida, antes dos trinta anos, como Procurador-Geral do Município de Juiz de Fora, quando enfrentei questões relevantíssimas de Direito Administrativo, sobretudo no campo da concessão de serviço público. O segundo momento relaciona-se ao exercício do magistério jurídico, na ministração de disciplina então criada, a Teoria Geral do Processo, podendo estabelecer, a esse respeito, um marco, que foi o concurso de ingresso na carreira de professor de ensino superior, em 1972. O terceiro prende-se à minha atuação no Conselho Federal da OAB, a partir de 1993, até 2015, no exercício de sete mandatos de Conselheiro por Minas Gerais e no âmbito da Comissão Nacional de Ensino Jurídico, que presidi, em dois períodos, cabendo destacar a participação que tive na elaboração de dois Códigos de Ética, o de 1995, para o qual contribuí com o respectivo preâmbulo e o de 2015, de que fui relator, além da condição de decano do colegiado, que me foi atribuída, durante alguns anos, levando-me a presidir o Colégio Eleitoral da entidade em duas eleições.

JURISTAS: O senhor construiu uma carreira que reúne advocacia, magistério, produção acadêmica e atuação institucional. Como essas diferentes experiências se complementaram ao longo de sua vida profissional?

Paulo Medina: Procurei estabelecer sempre um sistema de vasos comunicantes entre a advocacia (tanto na procuradoria do município quanto em meu escritório) e o magistério jurídico, de que ambos os ofícios se beneficiaram. A produção acadêmica, mediante colaboração em revistas jurídicas, acompanhou o exercício efetivo do magistério; os livros só vieram quando já estava aposentado, embora ainda lecionando em cursos de pós-graduação lato sensu. Ambas as formas de produção intelectual foram frutos dos estudos realizados e da experiência adquirida como professor e advogado. Levei, depois, essa experiência para a vida institucional, da qual, aliás, já me ocupava, de certo modo, no ensino da disciplina Teoria Geral do Processo, cujo programa incluía, de início, o estudo do Estatuto da OAB e do seu código de ética.



> “A produção acadêmica, mediante colaboração em revistas jurídicas, acompanhou o exercício efetivo do magistério.”

JURISTAS: Como o senhor avalia a evolução do Direito Processual Civil brasileiro desde o Código de 1973 até o atual Código de Processo Civil de 2015?

Paulo Medina: O Código de 1973 (o chamado “Código Buzaid”, em alusão ao seu autor, Prof. Alfredo Buzaid) foi um avanço em relação ao nosso primeiro Código unitário (o de 1939, de autoria do advogado mineiro Pedro Batista Martins), mas, do ponto de vista da maior eficácia do processo e da consagração dos três princípios ideais formulados por Paula Batista (simplicidade, brevidade e economia) representou uma frustração, porque a sua inovação mais relevante, a do processo sumário (denominado, aliás, sumaríssimo), jamais funcionou. O Código de 2015 (“Código Fux”, assim referido por haver sido o seu anteprojeto elaborado por comissão presidida pelo Ministro Luiz Fux) é um código comprometido com os princípios que enuncia no seu capítulo inicial, que procurou simplificar, sobretudo, as medidas cautelares, substituídas pelos novos instrumentos de tutela provisória, a tutela de urgência e a tutela da evidência. Mas, por si só, o Código não resolve o problema da prestação jurisdicional. Esta requer o desenvolvimento das formas alternativas de composição de conflitos (mediação e arbitragem), bem como a diversificação do exercício da jurisdição, para o que seria, a meu ver, relevante que se atribuísse um novo papel aos juízes de paz, como já tivemos no passado e como se dá, atualmente, em Portugal. Na medida em que esses juízes fossem recrutados entre bacharéis em Direito, poderiam contribuir para a solução de causas mais simples, do dia-a-dia do foro, como, por exemplo, as ações de despejo.

JURISTAS: O CPC de 2015 procurou fortalecer princípios como cooperação, boa-fé processual e primazia do julgamento de mérito. Na prática, esses objetivos foram alcançados?

Paulo Medina: A meu ver, escassamente.

JURISTAS: A busca por maior eficiência e rapidez no Judiciário pode, em determinados momentos, entrar em conflito com garantias fundamentais do processo?

Paulo Medina: O que se quer é uma justiça rápida, não uma justiça açodada. Os princípios do contraditório e da ampla defesa, pilares do devido processo legal, são de ordem constitucional e não podem ser vulnerados a pretexto da agilidade processual.

JURISTAS: A jurisprudência dos tribunais superiores ganhou enorme importância no sistema processual brasileiro. O senhor considera que estamos caminhando para um modelo excessivamente dependente de precedentes?

Paulo Medina: Não me parece que o escopo de uniformização da jurisprudência e o ideal de que ela seja mantida "estável, íntegra e coerente" (CPC, art. 926, caput) ou que o dever dos juízes e tribunais de observar os parâmetros estabelecidos pelo STF e pelo STJ (CPC, art. 927) possam conduzir a esse resultado, nem mesmo que se venha, assim, a consagrar, entre nós, sistema assemelhado ao da common law. Somos, aliás, por tradição, avessos à observância de precedentes. Uma educação jurídica que nos levasse a assimilá-los, na dose recomendável, seria saudável. O vezo do "cada cabeça, uma sentença" precisa ser superado.

JURISTAS: Como o senhor enxerga a crescente utilização de Inteligência Artificial pelo Poder Judiciário, especialmente na triagem de processos, elaboração de minutas e análise de recursos?

Paulo Medina: Tratei desse tema em recente artigo ("A advocacia e a inteligência artificial; implicações éticas; expectativas e riscos", in "Inteligência Artificial na Advocacia", Editora MIZUNO – JURISTAS, 2026). Penso que a IA pode contribuir de maneira decisiva para maior eficiência do trabalho do Judiciário, na medida em que suas ferramentas sejam criteriosamente utilizadas, como mecanismos auxiliares dos juízes. Temo, no entanto, que, progressivamente, juízes se vejam tentados a fazer-se substituir por robôs no exercício da função jurisdicional.

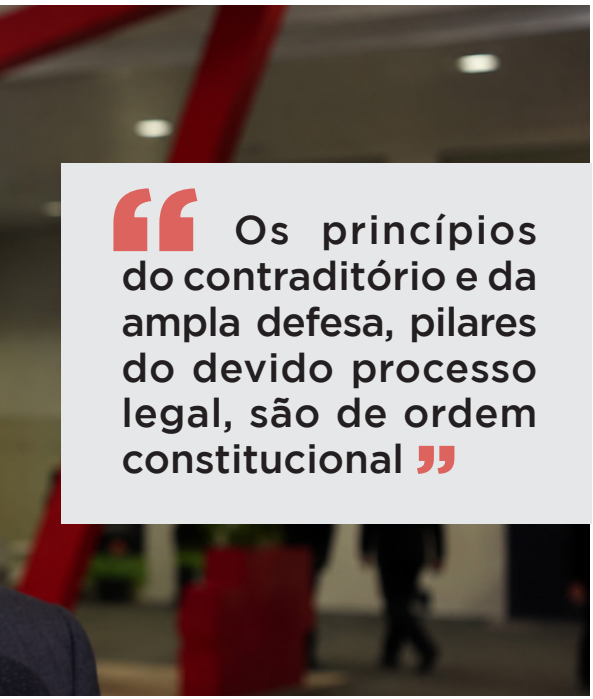


JURISTAS: E quanto ao uso da inteligência artificial pelos advogados? Quais limites éticos devem existir para a utilização dessas ferramentas na produção de peças jurídicas e pareceres?

Paulo Medina: Também esse aspecto foi por mim abordado no referido trabalho. Parece-me fundamental que, no uso da IA, os advogados não percam de vista o disposto no art. 34, V, do Estatuto da Advocacia, que define como infração disciplinar o ato de assinar petições ou qualquer instrumento de atuação profissional que não tenha feito ou a que não tenha emprestado colaboração. Por outro lado, é preciso evitar expedientes temerários como o prompt injection (injeção de comando), que já começam a surgir.

JURISTAS: O senhor teve participação marcante na vida institucional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Qual deve ser, atualmente, o principal papel da OAB na defesa da advocacia e do Estado Democrático de Direito?

Paulo Medina: Na defesa da advocacia, cumpre à Ordem fazer cumprir as normas do seu



> “Os princípios do contraditório e da ampla defesa, pilares do devido processo legal, são de ordem constitucional”

Estatuto, em especial no que diz respeito ao acesso dos advogados aos magistrados. Certos juízes tomam as normas do Estatuto como disposições que só digam respeito aos advogados e não tenham eficácia para as autoridades judiciais. É como se o Estatuto da Advocacia e da OAB não fosse lei federal. No plano institucional, o papel da Ordem é, igualmente, relevante. O paradigma da sua atuação, nesse plano, foi traçado pelo grande bâtonnier Raymundo Faoro. Quando o regime militar buscava uma forma de abertura, Faoro apontou o restabelecimento da plenitude do habeas corpus como providência bastante para que se reencontrasse o caminho da democracia. Hoje, diria que a chave do problema consiste, simplesmente, em pôr fim ao inquérito das fake news, para mim uma pedra no caminho da normalidade democrática.

JURISTAS: Tendo participado da construção e sistematização do Código de Ética e Disciplina da OAB, quais princípios éticos considera indispensáveis para o exercício da advocacia no século XXI?

Paulo Medina: Os mesmos pregados por Cícero no sentido de que o advogado seja o “vir probus, dicendi peritus”, isto é, homem probo, profissional competente.

JURISTAS: A publicidade jurídica mudou profundamente com redes sociais, marketing digital e produção de conteúdo por advogados. Como compatibilizar essas novas formas de comunicação com a sobriedade e a ética da profissão?

Paulo Medina: Seguindo a lição de Rui: “Não fazer da banca balcão, ou da ciência mercatura”. Aliás, isto está no art. 5º do Código de Ética e Disciplina.

JURISTAS: Como antigo dirigente e professor de Direito, qual é sua avaliação sobre a qualidade atual do ensino jurídico brasileiro e sobre a grande quantidade de cursos de Direito existentes no país?

Paulo Medina: De acordo com os dados que possuo, temos, atualmente, no Brasil, 1.923 cursos jurídicos. *É um número exagerado.* A proliferação indiscriminada de cursos jurídicos, ao sabor de interesses empresariais, refletiu-se na queda de qualidade da formação dos bacharéis. A Ordem tem lutado, tenazmente, contra isso, por intermédio de sua Comissão de Educação Jurídica (denominação atual da Comissão de Ensino Jurídico, que presidi). No tempo em que estive à frente da Comissão, tivemos, até, de impetrar mandado de segurança, no STJ, contra ato do Conselho Nacional de Educação, que estabelecera diretrizes curriculares das quais não constavam os conteúdos profissionalizantes do curso. De outra feita, conseguimos evitar que o Ministro da Educação homologasse resolução do CNE que reduzia para três anos o curso de Direito.

JURISTAS: O que deveria mudar na formação dos novos profissionais para preparar melhor os estudantes para uma realidade marcada por inteligência artificial, transformação digital e novas formas de prestação de serviços jurídicos?

Paulo Medina: A Resolução n. 5/2018 do Conselho Nacional de Educação já prevê que o curso proporcione a capacitação do estudante

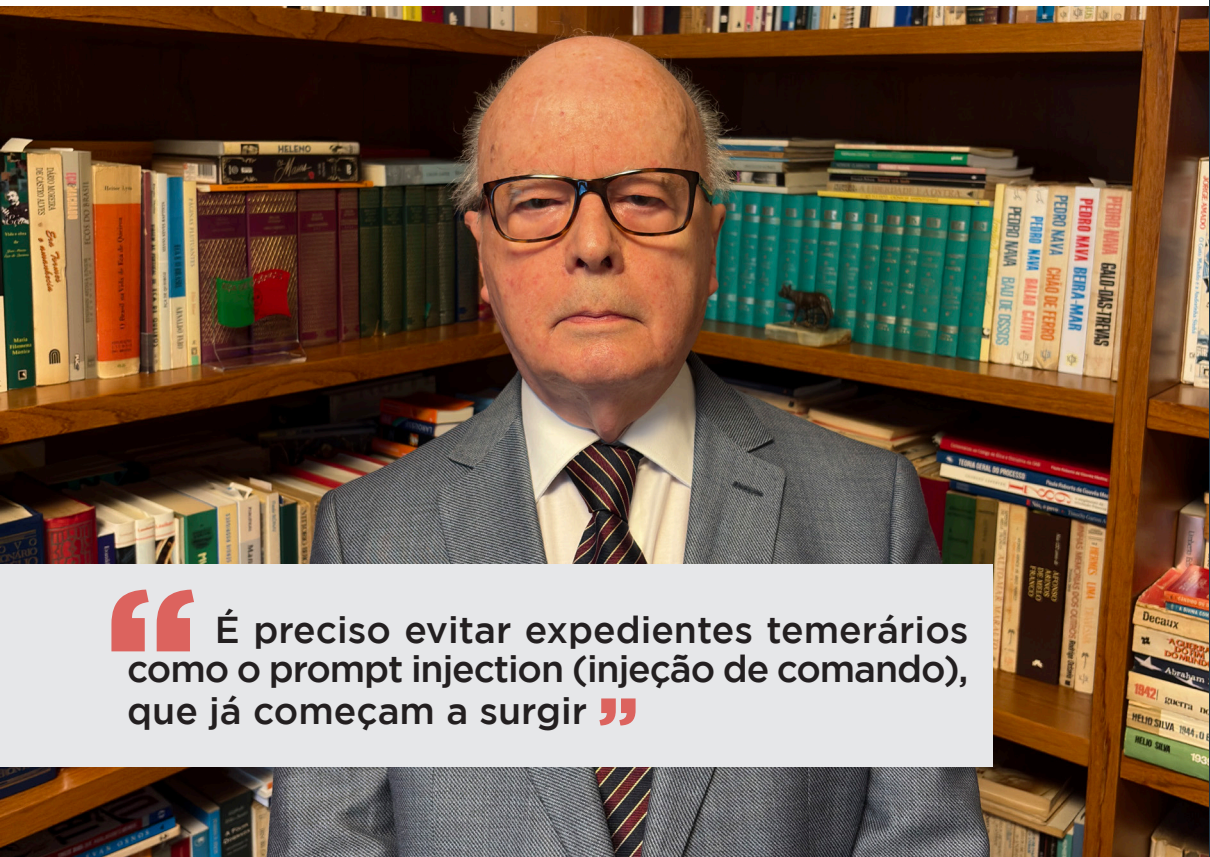
para o domínio da tecnologia e dos métodos destinados à aplicação do Direito. Com o avanço da inteligência artificial, é necessário ampliar essa formação, habilitando o futuro advogado a usar adequadamente as ferramentas respectivas.

JURISTAS: Entre todas as transformações que acompanhou ao longo de sua carreira, qual delas mais alterou a maneira como o Direito é estudado, interpretado e aplicado no Brasil?

Paulo Medina: Sem dúvida, o advento dos modernos recursos digitais e da inteligência artificial, que passam a ser usados no aprendizado e suscitam novas formas de avaliação do aproveitamento. Cabe acrescentar que uma nova faceta da Ética está surgindo: a Deontologia Digital. É um novo campo do conhecimento, a que o ensino jurídico não pode ficar alheio.

JURISTAS: Para concluir, que mensagem o senhor deixaria aos jovens advogados, professores e estudantes de Direito que desejam construir uma carreira sólida, ética e intelectualmente relevante?

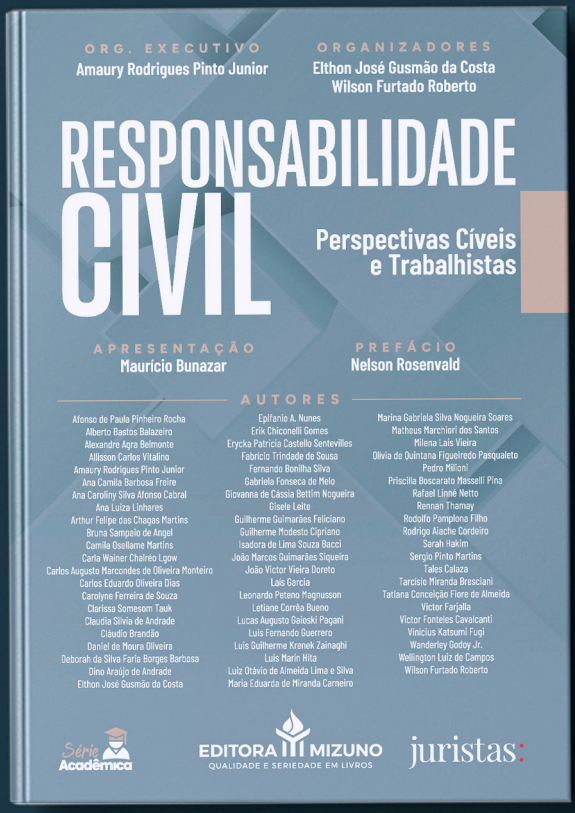
Paulo Medina: Que procurem valer-se dos modernos recursos eletrônicos como meio de facilitar a busca do conhecimento, sem desprezar a consulta aos livros, que propicia a sedimentação da cultura. E que não se iludam com o canto da sereia da modernidade, que parece indicar uma nova direção no exercício da advocacia e das carreiras jurídicas, rumo a um outro mundo em que as preocupações de ordem ética seriam secundárias. Particularmente no que tange à advocacia, é preciso ter presente o seu caráter de arte, a exigir do profissional atributos pessoais, como a cultura, a inteligência, o senso jurídico, o poder de argumentação, a correção ética, o caráter ilibado, a consciência de classe, o destemor, a elegância no trato e um estilo personalíssimo de atuação, que sempre distinguirá um advogado de outro. Esses atributos jamais poderão ser encontrados num robô, de modo que o advogado do futuro haverá de conservar o perfil que caracterizou, em todos os tempos, os expoentes da profissão, sem que a advocacia corra o risco da mecanização.



> “É preciso evitar expedientes temerários como o prompt injection (injeção de comando), que já começam a surgir”

RESPONSABILIDADE CIVIL

Perspectivas Cíveis e Trabalhistas

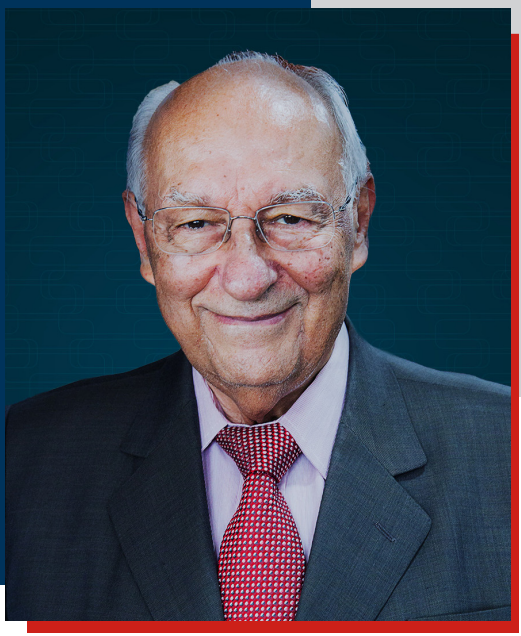


O livro aborda a responsabilidade civil nas esferas cível e trabalhista, discutindo **danos morais, acidentes de trabalho e novas tecnologias na sociedade.**

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Acesse o site e **adquira seu exemplar**

www.**editoramizuno**.com.br



A herança fiscal do atual governo que ameaça o futuro do Brasil

by Ives Gandra da Silva Martins

Diante do descalabro da atual gestão no que diz respeito às finanças públicas, resolvi reforçar um alerta que vem sendo feito por economistas, jornalistas, professores, juristas e especialistas: o governo que assumir os destinos do Brasil em 2027 terá de aplicar um choque econômico dramático sobre o povo brasileiro.

O presidente Lula entregará o poder ao próximo presidente ou, se for reeleito, enfrentará uma gestão absolutamente descompassada do ponto de vista financeiro. A dívida do Brasil está crescendo cada vez mais, e a atividade econômica, caindo progressivamente. Os juros estão sempre altos, e não há condições de serem reduzidos.

O Brasil hoje deve o equivalente a 83% do PIB nacional, e isso terá de ser pago. Calcula-se que esse número deverá aumentar até 2029, se o país continuar nesse ritmo.

O governo anterior, do Presidente Bolsonaro, deixou as contas com um superávit de R$ 54 bilhões, que o atual governo fez desaparecer já no primeiro ano. Ao continuar gastando compulsivamente, o Executivo vem gerando déficits sucessivos. Isso mostra que esse descompasso, este desgoverno, este descalabro e essa desastrosa política financeira de gastar sem controle e sem receita correspondente vão gerar um imenso caos.

Na Assembleia Nacional Constituinte, participei da comissão que tratou do setor financeiro e fui ouvido em diversos momentos, particularmente no que diz respeito ao Título VI da Carta Magna (da Ordem Financeira e Tributária). Nós, que integramos a comissão, especialmente o jurista Décio Miranda, dizíamos: "Agora não haverá mais déficit, porque a Constituição estabeleceu que nada pode ser feito sem os recursos devidos; é preciso ter as fontes necessárias".

Entendíamos, pelo texto dos artigos 165 a 169 da Constituição Federal que o endividamento seria uma exceção. Jamais imaginamos um endividamento de tal proporção quanto o que existe hoje, transformado em algo tão normal, natural e corriqueiro a ponto de crescer continuamente. Esse quadro se reflete na Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), que atingiu 82% do PIB recentemente (82,9% do PIB (equivalente a R$ 11,1 trilhões) em agosto de 2026, segundo dados oficiais divulgados pelo Banco Central) e deve ultrapassar 83% até o fim do ano.

Cabe recordar aqui as palavras certeiras do embaixador e economista Roberto Campos, que sintetizou com precisão cirúrgica os perigos da hipertrofia estatal e da irresponsabilidade orçamentária: "O bem que o Estado pode fazer é limitado; o mal, infinito. O que ele nos pode dar é sempre menos do que nos pode tirar." Quando os governantes se julgam acima dos limites aritméticos impostos pela realidade, o Estado deixa de ser o indutor do progresso para se tornar o grande devorador da riqueza nacional.

Essa marcha irresponsável rumo ao abismo fiscal demonstra o desapego com a matemática elementar e com o próprio bem-estar das

gerações vindouras. A ilusão demagógica de que o Estado possui recursos infinitos para custear o voluntarismo político invariavelmente desemboca no confisco silencioso promovido pela inflação, na carestia do crédito e no empobrecimento generalizado da população mais vulnerável.

A restauração do equilíbrio fiscal não é apenas uma diretriz econômica fria ou uma exigência de mercados financeiros; é um dever moral e uma imposição pétrea do texto constitucional. Se o Congresso Nacional e a sociedade civil não impuserem barreiras firmes à gastança desmedida e à erosão da responsabilidade fiscal, o Brasil continuará a ser o país do futuro que nunca chega — condenado a pagar eternamente a conta do populismo de hoje com o sacrifício do amanhã.

Não é possível que o presidente da República não tenha percebido — após ser alertado por todos os grandes economistas, juristas e editoriais dos principais jornais do país — que levou o Brasil para a beira do precipício.

É preciso considerar que, se ele for reeleito com essa mentalidade de gastar sem a devida cobertura orçamentária, a economia sofrerá uma desaceleração ainda maior, com queda do desenvolvimento, e mais empresas entrarão em recuperação judicial.

Ao optar por expandir o gasto público sem freios e priorizar soluções arrecadatórias em vez de cortar despesas, o governo Lula aposta em um modelo esgotado de crescimento via intervencionismo estatal. Essa escolha deliberada de ignorar a prudência fiscal e sufocar o setor produtivo com impostos corrói a confiança dos investidores, eleva os juros e transfere para as próximas gerações uma conta impagável. Trata-se de uma política econômica que sacrifica a estabilidade de longo prazo em nome do populismo imediato.

Estamos realmente vivendo um momento da nossa história que me lembra o título de um filme protagonizado por Arnold Schwarzenegger: "O Exterminador do Futuro". O atual governo está exterminando o futuro econômico do Brasil.

Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifieo, UniFMU, do Ciee/O Estado de S. Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martin de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Acade mia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).





O segredo de justiça e de informações públicas violam o princípio da transparência

by Aluizio Bezerra Filho

A nação brasileira tem assistido a repetidos atos de autoridades da República que buscam ocultar da sociedade o acesso do público às informações dos órgãos estatais, fundamentando-se em justificativas administrativas insubsistentes que visam, em última análise, a proteger indivíduos envolvidos em escândalos de improbidade e corrupção.

Observa-se essa prática no Poder Legislativo, quando se tenta restringir a divulgação de registros de visitantes em prédios públicos; no Poder Executivo, ao impor sigilos sobre gastos com agentes políticos e a utilização de bens do Estado; e no Poder Judiciário, por meio da aposição da etiqueta do segredo de justiça em ações que apuram desvios financeiros, cujas provas — como registros bancários e telefônicos — já se encontram devidamente resguardadas nos autos eletrônicos e isentas de risco de adulteração.

Essa postura de encafurnar investigados ou blindar atos operados por agentes públicos atenta de forma direta contra os princípios da publicidade e da moralidade, desvirtuando a função protetiva do Direito em benefício de quem violou o erário.

Nesse cenário, quem integra a administração pública não possui o direito subjetivo de ser blindado contra a fiscalização de suas condutas ilícitas em detrimento do direito fundamental à informação. A decretação indiscriminada do segredo de justiça e a imposição injustificada de sigilo administrativo representam grave distorção dos pilares do Estado democrático de Direito.

Quando utilizada fora das hipóteses estritamente delimitadas pela ordem constitucional, a restrição ao conhecimento público compromete o controle social da atividade estatal, enfraquece a soberania popular e gera um ambiente propício à morosidade, ao esquecimento e à impunidade.

O ordenamento jurídico brasileiro consagra a transparência e a publicidade como regras gerais estruturantes da administração pública e da jurisdição. O artigo 93, IX, da Constituição Federal de 1988 estabelece a publicidade dos atos processuais como salvaguarda fundamental, admitindo o sigilo apenas como exceção motivada pela proteção do interesse social qualificado ou da intimidade dos envolvidos.

Do mesmo modo, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) vincula os Três Poderes, os Tribunais de Contas, o Ministério Público e as entidades que gerem verbas públicas à observância do dogma constitucional: a publicidade é o preceito geral, enquanto o sigilo é estrita exceção.

A concretização do acesso à informação engloba tanto a transparência ativa — mediante a qual as instituições estatais devem divulgar espontaneamente dados de interesse coletivo em seus portais oficiais — quanto a transparência passiva, garantindo a qualquer cidadão

o direito de demandar informações específicas aos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC).

A sonegação indevida dessas informações ou a imposição de sigilos artificiais obstaculiza o exercício do controle social, instrumento essencial para assegurar que a gestão da res publica permaneça orientada à probidade e ao interesse coletivo.

Como destacado na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelo ministro Arnaldo Esteves Lima, a publicidade atua não apenas como mecanismo de conhecimento, mas como pressuposto intrínseco de controle das decisões e atos estatais, qualificando-se como elemento inerente ao próprio devido processo legal e à essência do Estado de Direito. Por se tratar a atividade pública de um serviço prestado ao povo, a visibilidade dos atos não pode ser compreendida como um entrave à eficiência, mas sim como a garantia primordial de sua credibilidade.

O uso abusivo das instâncias de sigilo e a decretação infundada do segredo de justiça violam frontalmente os comandos constitucionais, podendo caracterizar litigância de má-fé nos termos do artigo 80 do Código de Processo Civil e revelar conduta desconforme com os deveres éticos do sistema de justiça.

Trata-se de desvio de finalidade incompatível com a integridade das instituições jurídicas, uma vez que desvirtua garantias funcionais para instrumentalizar o processo em favor de interesses corporativos ou pessoais.

Restabelecer a prevalência da transparência constitui, portanto, imperativo categórico para a preservação do regime democrático e para a reafirmação da legitimidade dos Poderes da República perante a sociedade.

Aluizio Bezerra Filho

Desembargador do TJPB e autor dos Livros Jurídicos: "Processo de Improbidade Administrativa – 8ª Edição – Editora Juspodivm e "Crimes contra o Erário" – 2ª Edição, também, pela mesma Editora.

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Convite de
lançamento

A Editora Mizuno e os autores têm a honra de convidar para o lançamento da obra



Data
20 de outubro

Horário
às 18h00

Local
Espaço Cultural do STJ
Brasília, DF



Quem paga a conta da crise? Eficiência, consequências e fraternidade no Direito da Insolvência

by Fernando Rangel

Quando uma empresa entra em crise, alguma perda terá de ser suportada por alguém. Trabalhadores, fornecedores, financiadores, empresários e a própria comunidade econômica são afetados pela insuficiência de recursos. A pergunta central do Direito da Insolvência torna-se, então, inevitável: quem deve suportar a perda? E, ao escolher quem suportará os custos da crise, o Direito apenas resolve o conflito presente ou também modifica incentivos e comportamentos futuros?

O artigo sustenta que a Análise Econômica do Direito e o consequencialismo são instrumentos úteis para compreender custos, incentivos e efeitos das decisões, mas não fornecem, isoladamente, critérios suficientes de correção jurídica. A Constituição e a legislação delimitam os fins legítimos da intervenção, enquanto a fraternidade pode atuar como vetor interpretativo destinado a tornar visíveis os sujeitos sobre os quais recaem os custos das escolhas realizadas pelo sistema.

Eficiência e administração jurídica da escassez

A insolvência converte relações patrimoniais inicialmente bilaterais em um problema coletivo. Diante da insuficiência de ativos, cada credor possui incentivo racional para antecipar a satisfação do próprio crédito; se todos agirem da mesma forma, porém, a corrida individual pode dissipar valor. O Direito da Insolvência surge, nesse sentido, como mecanismo institucional de administração da escassez: não elimina a perda, mas organiza juridicamente sua distribuição.

A Análise Econômica do Direito contribui para esse diagnóstico ao dirigir atenção aos incentivos produzidos pelas normas. Bruno Meyerhof Salama destaca categorias como escassez, racionalidade, equilíbrio, incentivos e eficiência, mostrando que a regra jurídica pode ser estudada também a partir dos efeitos que provoca no comportamento dos agentes. Em insolvência, a proteção conferida ao crédito, o tempo de espera imposto aos credores e os mecanismos de reorganização empresarial influenciam decisões futuras de financiamento, investimento e contratação.

A contribuição de Ronald Coase também é útil. O problema do custo social revela a reciprocidade dos prejuízos e mostra que a escolha jurídica não elimina o custo, mas interfere em sua distribuição. Preservar uma empresa pode impor sacrifícios a credores; liquidá-la pode destruir empregos, contratos e valor produtivo. Nenhuma alternativa é neutra. A eficiência, portanto, ajuda a perguntar qual solução evita maior desperdício ou preserva mais valor, mas essa constatação não basta para afirmar qual solução é juridicamente correta.

A própria trajetória de Richard Posner ilustra esse limite. Conforme demonstra Salama, a maximização da riqueza ocupou inicialmente posição normativa ambiciosa em sua obra, sendo depois relativizada em favor de uma abordagem pragmática mais ampla. A eficiência conserva importância analítica, mas não pode ser convertida, sem mediações, em critério exclusivo de justiça.

Consequencialismo e racionalidade decisória

O consequencialismo introduz uma questão distinta: que peso as consequências podem assumir na justificação da decisão? Luis Fernando Schuartz identifica no juízo consequencialista uma dimensão descritiva e outra normativa. A primeira procura indicar o que provavelmente ocorrerá diante de cada alternativa; a segunda define por que determinada consequência deve ser preferida. A distinção é decisiva porque uma previsão econômica, ainda que plausível, não se transforma automaticamente em fundamento jurídico suficiente.

No Direito da Insolvência, expressões como "preservação de empregos", "redução do custo do crédito" ou "viabilidade da empresa" somente possuem força argumentativa quando acompanhadas de suporte minimamente verificável. Quanto mais a decisão pretende justificar-se pelo futuro que produzirá, maior deve ser o ônus de demonstrar a plausibilidade desse futuro. O juiz não pode ignorar consequências, mas também não pode inventá-las.

Pargendler e Salama chamam atenção para a incerteza radical que acompanha previsões sobre os efeitos das normas. A impossibilidade de controlar todas as variáveis sociais impede que o consequencialismo extremado funcione como técnica autossuficiente de decisão. Por isso, a argumentação consequencialista deve submeter-se a três controles: empírico, quanto à plausibilidade dos efeitos alegados; normativo, quanto à legitimidade do valor escolhido; e institucional, quanto à competência de quem realiza a escolha.

Constituição econômica, fraternidade e distribuição das perdas

Mesmo quando as consequências possam ser razoavelmente conhecidas, permanece a necessidade de escolher entre valores concorrentes. Essa escolha não pertence exclusivamente à Economia. A Constituição de 1988 articula livre iniciativa e valorização do trabalho, propriedade e função social, livre concorrência e justiça social. Eros Roberto Grau demonstra que a ordem econômica constitucional não se limita a reproduzir a ordem existente, mas contém opções normativas destinadas a conformá-la.

A Lei n. 11.101/2005 reproduz essa pluralidade. O art. 47 associa preservação da fonte produtora, emprego, interesses dos credores, função social e atividade econômica. O art. 75, por sua vez, reconhece que a falência pode permitir a liquidação célere de empresas inviáveis e a realocação eficiente de recursos. Recuperação e falência, portanto, não podem ser tratadas como categorias morais opostas: há situações em que preservar valor exige recuperar; em outras, liquidar.

É nesse ponto que a fraternidade pode oferecer uma contribuição própria. Reynaldo Soares da Fonseca trabalha a fraternidade como categoria jurídica em diálogo com liberdade e igualdade, associando-a ao reconhecimento e à responsabilidade recíproca. Aplicada à insolvência, ela não autoriza benevolência judicial, criação de novas classes de credores ou alteração de prioridades legais. Sua função pode ser mais precisa: revelar quem suporta os custos da solução escolhida.

A eficiência pergunta qual alternativa preserva maior valor. A fraternidade acrescenta: sobre quem recai o custo necessário para produzi-lo? A resposta permanece subordinada à Constituição, à lei e à dogmática, mas a motivação judicial passa a exigir uma perspectiva relacional. Quando uma solução juridicamente admissível distribui custos relevantes entre sujeitos interdependentes, a fundamentação deve tornar visíveis os principais afetados e justificar por que é legítimo impor-lhes aquele sacrifício. A fraternidade, assim,

amplia o campo dos sujeitos considerados, sem ampliar a competência do decisor.

Conclusão

O Direito da Insolvência não elimina a perda; organiza sua distribuição. A Análise Econômica do Direito permite compreender incentivos e custos; o consequencialismo obriga a considerar efeitos, desde que empiricamente plausíveis e institucionalmente admissíveis; a Constituição e a legislação delimitam os fins e meios juridicamente legítimos. A fraternidade acrescenta a exigência de que a decisão não oculte os sujeitos que efetivamente suportam a conta da crise.

Daí a proposta de uma fundamentação relacional: decidir racionalmente em matéria de insolvência não significa apenas perguntar quanto valor será preservado, mas também quem suportará o sacrifício necessário para preservá-lo e por que o ordenamento autoriza essa distribuição. A eficiência ajuda a compreender o custo da escolha; a Constituição e a lei delimitam sua distribuição; e a fraternidade impede que se esqueça quem, concretamente, paga a conta.

Referências

- COASE, Ronald H. The Problem of Social Cost. Journal of Law and Economics, v. 3, p. 1-44, 1960.
- FONSECA, Reynaldo Soares da. Direitos de fraternidade na teoria das gerações de direitos fundamentais. Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, v. 31, n. 1, 2019.
- GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica como matéria constitucional. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis.
- PARGENDLER, Mariana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. Revista de Direito Administrativo, v. 262, p. 95-144, 2013.
- SALAMA, Bruno Meyerhof. A história do declínio e queda do eficientismo na obra de Richard Posner. Revista do Instituto do Direito Brasileiro, ano 1, n. 1, p. 435-483, 2012.
- SCHUARTZ, Luis Fernando. Consequencialismo jurídico, racionalidade decisória e malandragem. Revista de Direito Administrativo.

Fernando Rangel

Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível e Comercial da Comarca de Colatina; mestre e doutorando pela Universidade Nove de Julho (SP).



Inteligência Artificial e supervisão humana: o que se exige de quem julga?

by Alexandre Miguel



Há uma cena que se repete nos gabinetes de todo o país. O sistema sugere a minuta, o assessor revisa a forma, o magistrado lê o dispositivo e assina. Formalmente, houve supervisão humana. Materialmente, talvez não tenha havido nenhuma. É nesse intervalo, entre a assinatura e o juízo efetivo sobre o caso, que se decide se a inteligência artificial será instrumento da jurisdição ou um substituto silencioso dela.

A pergunta deixou de ser teórica. Os tribunais brasileiros já operam ferramentas de triagem, classificação, pesquisa de precedentes e redação assistida, e a inteligência artificial generativa ampliou o alcance dessas ferramentas para o núcleo do trabalho decisório. O risco que me parece mais sério não é o erro grosseiro, facilmente percebido. É o erro plausível, bem redigido, que atravessa a revisão porque ninguém o procurou.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) respondeu a esse cenário com a Resolução nº 615, de 11 de março de 2025 e passou a disciplinar o desenvolvimento, a governança, a auditoria, o monitoramento e o uso de soluções de inteligência artificial no Poder Judiciário. O texto adota a lógica da regulação por risco. Separa as aplicações vedadas, por incompatíveis com direitos fundamentais, daquelas de alto risco, admitidas sob controles reforçados, e das de baixo risco, voltadas a tarefas acessórias e rotineiras. Criou ainda o Comitê Nacional de Inteligência Artificial do Judiciário, com a atribuição de acompanhar e atualizar esse quadro.

Entre os fundamentos da norma está a participação e a supervisão humana em todas as etapas dos ciclos de desenvolvimento e de utilização das soluções. A expressão é ampla de propósito. Não se limita ao momento da assinatura. Alcança a escolha da ferramenta, a definição dos dados que a alimentam, a forma de uso no dia a dia e a verificação posterior dos resultados. Os tribunais vêm internalizando essa diretriz em políticas próprias, como fez o Tribunal de Justiça de Rondônia com a Resolução nº 356/2025, que instituiu sua Política de Inteligência Artificial e previu supervisão e revisão humana nas etapas decisórias em que haja aplicação de IA.

O problema é que a norma não se cumpre sozinha. A literatura sobre interação entre pessoas e sistemas automatizados descreve há décadas o chamado viés de automação, a tendência de aceitar a sugestão da máquina e de reduzir a vigilância justamente quando o sistema costuma acertar. Quanto melhor a ferramenta, maior a tentação de confiar nela sem conferir. No ambiente judicial, com acervos elevados e metas de produtividade, essa tendência encontra terreno fértil.

Supervisão significativa, portanto, exige condições concretas. A primeira é rastreabilidade: o magistrado precisa saber o que foi produzido pela ferramenta, a partir de quais fontes e com que grau de confiabilidade. A segunda é tempo e competência para divergir, o que passa por formação continuada e não apenas por treinamento operacional. A

terceira é auditoria periódica, capaz de identificar vieses que nenhum revisor isolado enxergaria, porque só aparecem quando se comparam milhares de resultados. Um sistema pode tratar desigualmente grupos sociais sem que nenhuma decisão individual pareça injusta.

Há também a dimensão da segurança. Sistemas generativos podem ser manipulados por instruções ocultas inseridas em documentos, a técnica conhecida como injeção de prompt. Uma petição pode carregar comandos invisíveis ao leitor humano e legíveis pela máquina. Esse tipo de vulnerabilidade já é objeto de atenção e mostra que a supervisão humana também é uma camada de defesa institucional, e não apenas uma exigência ética.

A Resolução nº 615/2025 oferece um bom marco. Mas marcos normativos valem pelo que provocam na rotina. Se a supervisão humana virar um campo a ser preenchido, teremos cumprido a letra e perdido o sentido. O juiz que assina sem ter julgado não está sendo auxiliado pela tecnologia; está sendo substituído por ela, ainda que ninguém tenha decidido isso.

A legitimidade da jurisdição repousa numa promessa simples: quem decide responde pelo que decidiu e pode explicar por quê. A inteligência artificial pode tornar o Judiciário mais rápido e mais acessível, e isso é desejável. O que ela não pode é deslocar essa responsabilidade para um lugar onde ninguém a alcança. Supervisionar, no sentido que a norma exige, é continuar julgando.

Alexandre Miguel

Presidente do Tribunal de Justiça (TJ) de Rondônia.



ANUNCIE AQUI

Conecte sua marca a quem movimenta a economia.

ENVIE SUA PUBLICIDADE PARA:

admin@juristas.com.br

juristas: EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

O valor do *Habeas Corpus* quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana

by Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti



A história do constitucionalismo e dos direitos fundamentais confunde-se com a busca incessante por limites ao poder punitivo do Estado e pela salvaguarda da liberdade do indivíduo. No topo axiológico do Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição Federal de 1988 situa-se o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), vetor ético e supremo que orienta todo o sistema normativo. Para assegurar que as garantias fundamentais não se reduzam a meras proclamações formais, o constituinte originário previu um plexo de instrumentos de tutela, destacando-se o habeas corpus como a "pedra fundamental" da jurisdição constitucional brasileira. Previsto no art. 5º, LXVIII, da Carta Magna, o habeas corpus constitui remédio constitucional apto a proteger a liberdade de locomoção — o direito de ir, vir e permanecer — contra qualquer violência, coação ilegal ou abuso de poder.

Este artigo propõe-se a analisar o valor do habeas corpus não apenas sob a perspectiva estritamente processual penal, mas como verdadeiro instrumento de promoção e salvaguarda da dignidade do ser humano, sobretudo no contexto de vulnerabilidade do indivíduo submetido à persecução penal e ao sistema prisional.

A dignidade humana configura um princípio ético e jurídico fundamental que reconhece o valor ontológico, próprio e inalienável de cada ser humano. Por meio de tal preceito, garante-se que todo indivíduo seja tratado com respeito universal, em virtude da importância intrínseca que possui por si mesmo — destacando-se de qualquer critério de utilidade social, patrimônio, posição social, raça, gênero ou religião. Sob essa perspectiva, a dignidade impõe a garantia mínima de condições existenciais para a sobrevivência, liberdade, igualdade e integridade física e moral.

É a ideia que busca assegurar a valorização e o respeito integral ao indivíduo pelo simples fato de sua condição humana. Ao conceituar a dimensão e a abrangência desse princípio no direito brasileiro, Ingo Wolfgang Sarlet ensina:

> *"[...] por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos [...]" (SARLET, 2004, p. 60).*

Observa-se, assim, que o postulado da dignidade da pessoa humana traz como pressuposto o pleno acesso do indivíduo à tutela

jurisdicional efetiva de todos os direitos assegurados pelo ordenamento, garantindo-lhe os meios indispensáveis para viver ativamente e com bem-estar inerente à condição humana.

O habeas corpus consubstancia-se em uma ação constitucional de caráter gratuito (art. 5º, LXXVII, CF/88), destinada a estancar, de forma célere e sumaríssima, a ilegalidade que ameace ou efetivamente restrinja a liberdade de locomoção. Dada a amplitude e a urgência do direito tutelado, a doutrina e a jurisprudência organizam a impetração do writ nas seguintes espécies principais: liberatório (ou repressivo), destinado a cessar o constrangimento ilegal já consumado, com a consequente expedição de alvará de soltura; preventivo, manejado quando há ameaça real e iminente à liberdade de locomoção, ensejando a expedição de salvo-conduto; suspensivo, voltado a sustar os efeitos de ordem prisional iminente cuja execução ainda se encontra pendente; e trancativo, dirigido ao trancamento de inquérito policial ou de ação penal manifestamente ilegítimos ou abusivos, ante a ausência de justa causa.

Nesse ponto, a descrição precisa do crime ganha relevo fundamental. Descrever o fato não é rotular a conduta de forma genérica, mas cumprir a exigência legal do art. 41 do Código de Processo Penal, narrando quem praticou o ato, quando, onde, de que maneira, com qual intenção e qual resultado, permitindo conferir se o fato concreto se amolda à figura típica abstrata prevista na lei (art. 1º do Código Penal e art. 5º, XXXIX, da CF/88). Caso o fato narrado não se amolde ao tipo, há manifesta atipicidade. De igual modo, a denúncia que não apresenta suporte probatório mínimo carece de justa causa (art. 395, III, do CPP), impondo-se o manejo do habeas corpus para o trancamento da ação penal (art. 648, I, do CPP e art. 5º, LXVIII, da CF/88) em face do manifesto constrangimento ilegal.

O manejo do habeas corpus é viável quando a custódia ou o processo penal subjacente carece de motivação legal válida ou quando incorre em nulidade absoluta. O remediamento é cabível precipuamente diante de inobservância do devido processo legal e cerceamento de defesa (art. 5º, LIV e LV, CF/88); incompetência de autoridade; erros evidentes do processo que invalidam formal ou materialmente a segregação cautelar; erros de dosimetria da pena atinentes a teratologia, ilicitudes manifestas ou desproporcionalidade; atipicidade da conduta; e causas de extinção da punibilidade, tais como prescrição, decadência ou anistia. Dessa forma, o remédio constitucional revela-se instrumento fundamental para sanar ilegalidades flagrantes que ponham em risco a liberdade do indivíduo em desacordo com as balizas normativas do Estado de Direito.

A execução penal e a realidade do sistema carcerário traduzem um dos cenários mais complexos de aferição da efetividade dos direitos fundamentais no Brasil. O constituinte originário expressou de forma categórica que "ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante" (art. 5º, III, CF/88), além de assegurar que "é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral" (art. 5º, XLIX, CF/88). Nesse âmbito, o habeas corpus desponta como indispensável instrumento de proteção da dignidade humana do reeducando. A privação da liberdade, decorrente de sentença condenatória ou de custódia preventiva, limita exclusivamente o direito de locomoção, permanecendo intocados os demais direitos inerentes à pessoa humana.

A superlotação, a precariedade insalubre dos presídios, a falta de assistência médica e a submissão a tratamentos degradantes atentam diretamente contra o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana. Tal cenário de penúria não apenas desrespeita a ordem jurídica infraconstitucional (como as disposições da Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210/1984), mas transgride frontalmente as prerrogativas estabelecidas na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), aprovada em 1969 e ratificada pelo Brasil em 1992. O tratado internacional consagra expressamente o direito de toda pessoa à integridade física, psíquica e moral, proibindo a imposition de penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. Por essa razão, a impetração de habeas corpus para assegurar o cumprimento de pena em condições humanitárias, deferir regimes de prisão domiciliar por razões de saúde e coibir o excesso ou desvio na execução penal traduz a aplicação direta do postulado da dignidade fundamental.

Na dogmática e na prática constitucional moderna, o habeas corpus vem passando por contínuas reinterpretações de seus contornos

operacionais. Ao refletir sobre a centralidade do instituto, a doutrina de Gilmar Mendes assinala que a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal permite flexibilizações nos critérios formais de cabimento do writ, quando a situação concreta envolver a necessidade imperiosa de salvaguardar direitos assegurados pela Carta Magna:

> *"A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem admitida a flexibilização de certas exigências regimentais ou formais pertinentes ao conhecimento do habeas corpus, sempre que se vislumbrar a ocorrência de patente ilegalidade ou abuso de poder que atinja a liberdade de locomoção, em atenção à missão institucional do writ como garantia suprema da liberdade e da própria dignidade da pessoa humana." (MENDES, 2019, p. 112).*

A flexibilização, contudo, convive com os limites delineados pela jurisprudência dos tribunais superiores, em especial da 5ª e 6ª Turmas do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC n. 1.088.327/ES e AgRg no HC n. 995.847/PE). O habeas corpus consubstancia instrumento indispensável contra constrangimentos ilegais manifestos e teratologias, mas não deve ser transformado em "atalho processual" para substituir recursos ordinários legalmente previstos, o recurso especial ou a revisão criminal. Dado o seu rito célere e a cognição sumária, o writ exige prova pré-constituída e não admite dilação probatória, sendo inviável a sua utilização para reexaminar fatos e provas ou revolver matérias já soberanamente decididas pelas instâncias ordinárias.

Essa postura hermenêutica prestigia a máxima efetividade dos direitos fundamentais. Diante do choque entre o formalismo processual e a violação manifesta do direito irrenunciável à liberdade ou à integridade humana, deve prevalecer a tutela jurisdicional profilática do habeas corpus. A atuação contundente das cortes superiores por meio da concessão da ordem — individual ou coletiva — reforça o papel do remédio heroico como barreira contra o arbítrio estatal, reafirmando que o indivíduo jamais poderá ser reduzido a mero objeto do poder de punir (jus puniendi).

O habeas corpus transcende a condição de simples garantia formal ou recurso técnico-processual: consubstancia-se no vetor de corporificação do princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito do processo e da execução penal. Seja sanando nulidades processuais, trancando procedimentos atípicos, corrigindo erros de dosimetria, seja assegurando ao custodiado um tratamento condizente com as exigências mínimas do ordenamento pátrio e dos tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, o remédio constitucional cumpre o papel de salvaguarda cívica. A flexibilização jurisprudencial e a atuação atenta dos tribunais na tutela do writ reafirmam que não há ordem jurídica legítima nem segurança democrática sem a plena preservação dos valores axiológicos do indivíduo. Proteger a liberdade e a integridade do ser humano por meio do habeas corpus é, em última análise, defender a própria essência da Constituição e da civilidade jurídica.

Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (5ª Turma). Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 1.088.327/ES. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/09/2026, DJEN de 11/09/2026.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (6ª Turma). Agravo Regimental no Habeas Corpus nº 995.847/PE. Relator: Ministro Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 17/09/2025, DJEN de 22/09/2025.
- MENDES, Gilmar Ferreira. Ações constitucionais: O habeas corpus como pedra fundamental do processo constitucional brasileiro. In: MARINONI, Luiz Guilherme; SARLET, Ingo Wolfgang. Processo constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), 1969.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

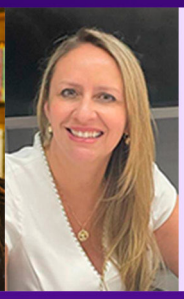
Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Desembargadora do Tribunal de Justiça da Paraíba.

MIZUNO TALKS

AUTORES EM DIÁLOGO

CONFIRA O CRONOGRAMA

Sexta
23
Outubro
16h00

Compliance na Prevenção de Fraudes e Irregularidades

Palestrantes: Priscylla Gomes e Cristiane Marrara

Sexta
30
Outubro
11h00




Arbitragem e Administração Pública

Palestrantes: Alberto Shinji Higa e Aristhea Totti

Sexta
06
Novembro
11h00



Medidas executivas atípicas (CPC, art. 139, IV)

Palestrante: Manoel Antonio Teixeira Filho

Faça sua inscrição e **acompanhe o cronograma** completo das lives com autores da Editora Mizuno

http://edmiz.uno/mizuno-talks

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Minirreforma Constitucional

by Carlos Henrique Abrão



Ao comemorarmos 38 anos de vigência da Constituição Federal, datada de 05 de outubro de 1988, a pergunta que não quer calar diz respeito à imprescindibilidade de uma minirreforma, com apoio dos representantes recém-eleitos, e à intenção de enxugar dispositivos que não vingaram, além, é claro, de introduzir a essencialidade do preceito da governabilidade.

É fundamental que tenhamos reformas nos partidos políticos, no Judiciário e, principalmente, no mecanismo do voto, que teria o condão de aproximar o eleitor do eleito pela via distrital. Mas não é só. Temos que reduzir o tamanho do Estado do Bem-Estar Social (welfare state), o qual foi responsável pela dívida de trilhões e pelo rombo com déficit público, ao passo que direitos e garantias sociais se coadunam fortemente com a democracia vigente.

Não nos basta a eleição de quatro em quatro anos, mas, sim, o fortalecimento institucional prioritário dos Poderes da República. Para tanto, a forma de eleição e escolha no STF deve ser alterada, passando ao papel de Corte Constitucional, saindo da ambiguidade. Pois é fácil destacar: o STJ é quem responde pelas infrações de desembargadores, mas, se o feito estiver no CNJ, irá para o STF. Então, temos, ao mesmo tempo, dois canais incomunicáveis. Bastaria manter a prevalência de um sobre o outro, evitando, com isso, fraturas que rompem o equilíbrio costumeiro.

Entretanto, a crise da democracia não é apenas no Brasil. O mundo inteiro demonstra uma fadiga, com esgarçamento do tecido social. Vejamos os protestos na Europa, guerras, refugiados e tudo mais, com enfraquecimento dos órgãos internacionais nas suas respectivas funções.

No Brasil de hoje, a nossa Constituição foi desfigurada com centenas de emendas e um arcabouço impalatável. Ela não cabe mais dentro do Estado e das despesas com servidores e funcionários. Temos que reduzir o tamanho do Estado brasileiro. A partir das comunas, são mais de 5.500, a maioria sem receita própria para se manter em atividade, e outros 27 estados que congregam 581 deputados federais e 81 senadores. São bilhões gastos para manter a máquina e gerar colossal endividamento desproporcional, que acaba aumentando a tributação e onerando o cidadão.

Bosquejado o descrito na pressuposição de uma minirreforma constitucional, a partir dos Poderes da República, temos que enxugar a Lei Maior, no máximo, em 100 artigos, e não mais, e permitir a descentralização de poder e tarefas para estados e municípios, os quais drenam recursos da União incessantemente e repactuam as dívidas com o órgão centralizador.

A nomeação de uma comissão encarregada da minirreforma constitucional, do Estado e administrativa é um passo gigante para revisitar o cenário atual e destacarmos pontos fundamentais de uma Carta Política correspondente à vontade popular, à cidadania e a uma sociedade melhor organizada.

Carlos Henrique Abrão

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; doutor pela USP com Especialização em Paris; professor pesquisador convidado da Universidade de Heidelberg; autor de obras e artigos.



Eleição passa, cidadania fica: a importância de participar para além das urnas

by Rodrigo Aiache Cordeiro e Maria Vitória Gadelha Costa

As eleições ocupam um espaço importante na vida democrática de qualquer sociedade. Durante o período eleitoral, a população acompanha propostas, debates e diferentes perspectivas sobre os problemas do país, do Estado e do município, até chegar ao momento de exercer o direito de escolher seus representantes. É também um período em que temas como saúde, educação, segurança, trabalho, infraestrutura e direitos sociais ganham maior espaço nas discussões da população.

O dia da votação, entretanto, não deveria representar o ponto final da participação cidadã. Depois que as urnas são fechadas e os resultados são conhecidos, começa uma etapa igualmente importante: acompanhar, fiscalizar e participar da vida pública. Afinal, as decisões tomadas pelos representantes eleitos não ficam restritas ao período eleitoral. Elas podem produzir efeitos concretos na vida da população durante todo o mandato.

O voto é uma das principais formas de exercício da cidadania, mas não é a única. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 1º, parágrafo único, que "todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente". A participação popular, portanto, pode ocorrer de diferentes maneiras e não precisa ficar restrita aos períodos eleitorais.

A cidadania começa antes mesmo do momento de votar. Durante uma eleição, o eleitor tem a oportunidade de conhecer as propostas apresentadas, buscar informações e refletir sobre os problemas que considera relevantes. Em uma sociedade democrática, é natural que existam diferentes opiniões e escolhas. Pessoas possuem histórias, necessidades e perspectivas distintas, e essa diversidade faz parte do processo democrático.

Por isso, participar de uma eleição também exige responsabilidade. Em um período marcado pela grande circulação de informações, especialmente nas redes sociais, é importante verificar a origem das notícias e procurar fontes confiáveis antes de compartilhar conteúdos. O debate político depende da liberdade de expressão, mas também do compromisso de cada cidadão com informações verdadeiras e com o respeito às opiniões diferentes.

Depois das urnas, entretanto, a responsabilidade continua. Escolher representantes significa também acompanhar aquilo que eles fazem durante o mandato. A população pode buscar informações sobre políticas públicas, acompanhar decisões, fiscalizar a utilização dos recursos públicos e utilizar os canais institucionais para apresentar reclamações, sugestões e reivindicações.

Essa fiscalização não precisa ser confundida com oposição ou conflito. Acompanhar a

atuação dos representantes significa exercer um direito de participação e buscar transparência na Administração Pública. O cidadão não precisa esperar a próxima eleição para voltar a se interessar pelos assuntos públicos.

A participação pode ocorrer de diversas formas. Audiências públicas, associações comunitárias, conselhos, consultas públicas e outras iniciativas permitem que a população apresente suas necessidades e contribua para a discussão de questões que afetam diretamente a comunidade.

Mas a cidadania também está relacionada ao conhecimento dos próprios direitos. Não basta escolher representantes; é necessário compreender as garantias que a legislação assegura à população e saber onde buscar proteção quando elas não são respeitadas.

Essa realidade pode ser observada, por exemplo, na Previdência Social. Muitas pessoas contribuem durante anos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas somente procuram compreender sua situação previdenciária quando precisam de uma aposentadoria ou enfrentam uma doença, acidente ou outra circunstância que afeta sua capacidade de trabalho.

Acompanhar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), verificar se os vínculos empregatícios estão registrados e conferir as contribuições realizadas são medidas que podem evitar problemas futuros. Conhecer os requisitos dos benefícios previdenciários também permite que o trabalhador tenha maior consciência sobre sua própria proteção social.

A Previdência Social não se limita à aposentadoria. Existem mecanismos de proteção relacionados à incapacidade para o trabalho, à maternidade e ao falecimento do segurado, desde que preenchidos os requisitos legais. Por isso, conhecer os próprios direitos previdenciários também é uma forma de exercer cidadania.

O mesmo raciocínio vale para outras áreas. Conhecer os direitos trabalhistas, acompanhar serviços públicos, compreender os direitos do consumidor e saber quais instituições podem ser procuradas diante de determinada situação são atitudes que tornam o cidadão mais consciente e participativo.

A cidadania também está presente na vida cotidiana. Participar de uma associação, acompanhar uma discussão sobre um problema do bairro, cobrar melhorias em um serviço público ou contribuir para uma iniciativa comunitária são formas de participação que acontecem independentemente do calendário eleitoral.

Em cidades como Rio Branco, questões relacionadas à saúde, educação, transporte, segurança, saneamento, infraestrutura e cultura fazem parte da realidade diária da população. Quem vive esses problemas também possui conhecimento sobre suas consequências e pode contribuir para que sejam discutidos e enfrentados.

As festas populares e manifestações culturais também representam espaços de convivência e participação. Elas reúnem pessoas diferentes, movimentam a economia e fortalecem tradições locais. Assim como nas eleições, esses momentos demonstram que a vida em sociedade depende da capacidade de pessoas com diferentes histórias e opiniões compartilharem os mesmos espaços com respeito.



Essa capacidade de convivência é fundamental para a democracia. Durante uma eleição, é possível que familiares, amigos, colegas de trabalho e vizinhos façam escolhas diferentes. A divergência política não deveria impedir a convivência social. Discordar faz parte da democracia, assim como respeitar o direito do outro de pensar de maneira diferente.

Quando a eleição termina, as diferenças permanecem, mas também permanece a necessidade de convivência. Pessoas que votaram de maneiras distintas continuam vivendo na mesma cidade, utilizando os mesmos serviços públicos e enfrentando muitos dos mesmos problemas.

É justamente por isso que a participação não pode ser limitada ao dia da votação. A eleição permite escolher representantes, mas a construção da sociedade ocorre diariamente. Ela depende da participação da população, do acompanhamento das decisões públicas e da disposição de cada cidadão para conhecer seus direitos e cumprir seus deveres.

O período eleitoral, portanto, pode ser visto como um momento de reflexão sobre a sociedade que queremos construir. Mas essa reflexão não deve terminar quando as urnas forem fechadas. Os problemas discutidos durante a campanha continuarão existindo e precisarão ser acompanhados durante todo o mandato.

A democracia não se resume ao ato de votar. Ela também está presente na fiscalização, no diálogo, na busca por informação, no respeito às diferenças e no exercício dos direitos sociais.

A eleição passa. Os candidatos deixam de ocupar o centro das discussões, as campanhas terminam e os resultados são conhecidos. Mas os cidadãos continuam tendo direitos, deveres e responsabilidades perante a sociedade.

Por isso, talvez a principal reflexão depois de uma eleição seja justamente esta: o voto é exercido em um dia, mas a cidadania precisa ser exercida durante todo o ano.

Participar, acompanhar, fiscalizar, conhecer os próprios direitos e respeitar aqueles que pensam diferente são atitudes que mantêm a democracia presente mesmo quando as urnas já estão fechadas.

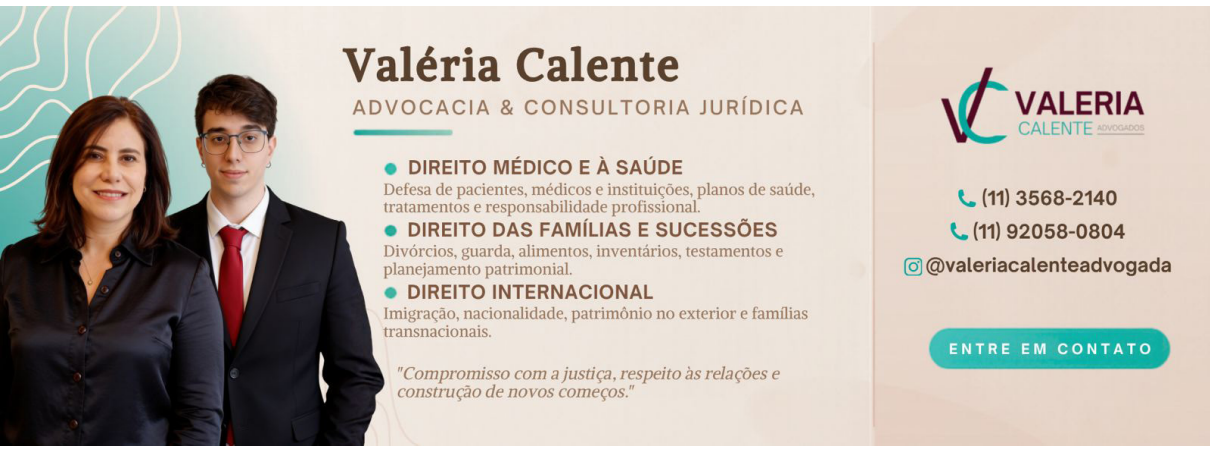
A eleição passa. A cidadania fica.

Rodrigo Aiache Cordeiro

Presidente da OAB/AC.

Maria Vitória Gadelha Costa

Advogada e pós-graduanda em Direito e Processo Previdenciário.



Novidade sobre a dinâmica da relevância

by Rodrigo Rodrigues Buzzi



A implementação prática do filtro da relevância da questão de direito federal infraconstitucional (RQF), instituído pela Emenda Constitucional nº 125/2022 e regulamentado pela Lei nº 15.484/2026, inaugurou uma nova etapa na história jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Emenda Regimental nº 55/2026 reorganizou a dinâmica de julgamento das questões submetidas ao regime de relevância, positivando o rito procedimental de formação de precedente qualificado denominado Proposta de Submissão ao Regime de Relevância (ProRQF). Sob essa nova disciplina regimental, o procedimento de formação do precedente qualificado assume natureza bifásica. Na primeira etapa, a proposta de afetação — formulada pelo Relator do processo ou, preferencialmente, pela Comissão Gestora de Precedentes, Jurisprudência e Ações Coletivas (NUGEPNAC) — é submetida a sessões virtuais específicas, com duração contínua de sete dias corridos.

Nesses ambientes eletrônicos, os ministros deliberam exclusivamente sobre a presença dos vetores de transcendência econômica, política, social ou jurídica e sobre o enquadramento do tema sob a técnica de formação de precedente qualificado. É importante destacar que, nos termos do artigo 6º da Emenda Regimental nº 55/2026, mesmo os recursos especiais interpostos contra acórdãos publicados antes da vigência da Lei nº 15.484/2026 podem ser selecionados e afetados a esse novo regime, garantindo a rápida conversão do acervo pendente em teses orientadoras para todo o país.

A recusa da relevância nessas sessões virtuais exige a manifestação convergente de dois terços dos membros do órgão julgador competente. Uma vez reconhecida a relevância da controvérsia pelo colegiado, o Relator pode determinar a suspensão nacional dos processos pendentes que versem sobre idêntica questão de direito (artigo 1.035-A, § 7º, do Código de Processo Civil). Ato contínuo, abre-se a segunda fase do procedimento, destinada à apreciação do mérito e à fixação da tese jurídica vinculante (inserida expressamente no artigo 927, III-A, do CPC).

A legislação e o regimento asseguram que o julgamento de mérito de teses inéditas ocorra obrigatoriamente em sessão presencial, resguardando o contraditório substancial, a intervenção de amici curiae e a sustentação oral pela advocacia, ficando o ambiente virtual restrito apenas aos casos de rejeição da relevância ou de mera reafirmação de jurisprudência já consolidada no Tribunal.

A inauguração das primeiras sessões virtuais destinadas ao julgamento de Propostas de Submissão ao Regime de Relevância (ProRQFs) no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorridas entre o final de setembro e o início de outubro de 2026, marca a efetiva consolidação da Emenda Regimental nº 55/2026 e da Lei nº 15.484/2026 no cotidiano do Tribunal. O atual momento histórico permite observar a operacionalização do novo filtro simultaneamente nas três Seções Especializadas da Corte, revelando a dinâmica

adotada pelos colegiados para a seleção temática e a gestão dos acervos recursais.

As pautas inaugurais puseram à prova matérias de acentuada representatividade social e econômica. Na Primeira Seção (Direito Público), afetaram-se controvérsias referentes ao creditamento de ICMS na aquisição de insumos para frota própria (REsp 2.234.802) e ao reconhecimento do tempo de serviço especial por exposição ao agente físico eletricidade (REsp 2.267.903). Na Segunda Seção (Direito Privado), levou-se a exame a possibilidade de imputação dos honorários advocatícios contratuais ao condômino inadimplente em ações de cobrança de cotas condominiais (REsp 2.273.471). Por fim, na Terceira Seção (Direito Penal), o tema versa sobre a viabilidade de fixação de valor mínimo para a reparação de danos causados à Fazenda Pública por crimes contra a ordem tributária (REsp 2.264.193 / REsp 2.264.010).

A análise do painel eletrônico de votação permite compreender didaticamente como o STJ estruturou a deliberação dos Ministros em cinco parâmetros centrais. A primeira coluna, relativa à Questão Infraconstitucional, exige que o colegiado ateste se a matéria é puramente de lei federal, superando óbices formais de admissibilidade. A segunda coluna afere a Relevância propriamente dita, identificando se a tese transcende o interesse subjetivo das partes.

A terceira coluna, destinada à Reafirmação de Jurisprudência, constitui a trava de segurança do rito bifásico: ao registrarem o voto "Não" nesse campo, os Ministros sinalizam que a controvérsia é inédita e não deve ser julgada definitivamente no ambiente virtual, reservando a apreciação do mérito para posterior sessão presencial, com garantia de sustentação oral e participação de amici curiae. A quarta coluna disciplina a Abrangência da Suspensão, fixando o alcance da paralisação dos processos na origem. Por fim, a quinta coluna disponibiliza a Manifestação escrita e fundamentada do Relator em formato digital.

O encaminhamento das votações iniciais revela um alinhamento maduro entre os integrantes das três Seções, confirmando a formação de maiorias sólidas pelo reconhecimento da relevância das matérias e pela recusa da reafirmação imediata de jurisprudência, garantindo o debate presencial de mérito. Notabiliza-se, contudo, uma sensível e adequada modulação quanto à abrangência da suspensão nacional, que varia conforme a natureza do ramo do direito.

Enquanto na Primeira e na Segunda Seções os Relatores e a Comissão Gestora de Precedentes (COGEPAC) propuseram a imediata suspensão dos recursos especiais e agravos em segunda instância para estancar a subida desnecessária de acervos aos gabinetes de Brasília, a Terceira Seção, no quadro de votos sob relatoria do Ministro Sebastião Reis Júnior, deliberou por "Não suspender" a tramitação das ações penais pendentes na origem. Essa distinção, a nossos ver, evita a paralisia da persecução penal e o risco de prescrição da pretensão punitiva do Estado, permitindo que a tese normativa sobre a reparação de danos tributários seja amadurecida pela Corte sem comprometer a andamento regular das instruções criminais no país.

Rodrigo Rodrigues Buzzi

Advogado; Mestre em Direito Processual Civil na Universidade de São Paulo (USP); Pós-graduado em Direito Marítimo e Portuário pela Universidade de Santa Cecília (UNISANTA); graduado em Direito na Universidade de Brasília (UNB); membro da Associação Brasiliense de Processo Civil (ABPC) e fundador da Liga Acadêmica de Processo Civil da UnB (LAPROC); membro da Comissão Especial de Integração da Advocacia com o Tribunal Superior do Trabalho (TST) no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

Início da Reforma Tributária: 2027 ou 2028?

by Saulo Medeiros da Costa Silva



A Reforma Tributária tem sido um anseio constante dos contribuintes ao longo de décadas, em virtude de o sistema tributário brasileiro ser, intrinsecamente complexo, marcado pela cumulatividade, incertezas, benefícios fiscais não isonômicos e por múltiplas obrigações acessórias que oneram as empresas e, que por sua vez, transferem o custo para o contribuinte de fato, o consumidor.

Em 2023, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/19 materializou a Reforma Tributária, focada principalmente sobre o consumo e, em menor grau, sobre o patrimônio. Nesse contexto, a Emenda Constitucional nº 132 introduziu na Constituição Federal a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS estadual/municipal), promovendo a unificação de cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, e Cofins) em um sistema dual. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS).

Contudo, o discurso político que propaga a reforma como um caminho para a simplicidade, neutralidade, transparência, justiça fiscal, solidariedade, progressividade e até mesmo estímulo à proteção ambiental, pode estar artificialmente inflado por retóricas. A introdução de termos estrangeiros como cashback e split payment visa transmitir uma modernidade aparente que, na prática, pode não se traduzir na eficiência e nos benefícios sociais e econômicos prometidos

Pelo contrário, diversas distorções inerentes à reforma demandam uma reflexão aprofundada. Entre elas, destaca-se a potencial desidratação do pacto federativo e a criação de novas estruturas de administração fiscal, a exemplo do Comitê Gestor, que, em sua essência, pode gerar um aumento da carga tributária. Adicionalmente, observa-se uma transferência de ônus de determinados setores para áreas cruciais como serviços e construção civil.

Essas distorções podem impactar diretamente milhões de profissionais liberais, elevando o valor dos serviços, bem como o setor habitacional com novos custos de aquisição e locação de imóveis residenciais e comerciais. A majoração dos custos de serviços e moradia pode agravar a desigualdade social, afetando desproporcionalmente as famílias de menor poder aquisitivo.

O discurso oficial da reforma tributária, permeado por slogans como "justiça tributária" e "justiça social", máscara potenciais distorções.

Apesar da retórica de neutralidade e simplicidade, a reforma tributária aparenta intensificar a tributação de bens e serviços.

Esse aumento, que se manifestará de forma homeopática durante a transição, pode passar despercebido pela sociedade, resultando, ao final do processo, em uma carga tributária superior à atual para empreendedores, prestadores de serviços e consumidores.

A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será implantada, substituindo a PIS e COFINS, nos próximos dias, porém, até a presente data, não houve a divulgação de qual será a alíquota do IVA dual (CBS + IBS). Possivelmente ficará próximo de 30% (trinta por cento), uma das maiores alíquotas do mundo, razão pela qual não foi anunciada até o momento para não interferir nas eleições presidenciais. Se o terceiro mandato do atual presidente se encerra com forte pressão nas contas públicas com dívida bruta em R$11,1 trilhões, equivalente a 82,9% do Produto Interno Bruto (PIB), e não há medidas concretas de redução de despesas e controle da dívida pública, não resta alternativa a não ser aumentar a carga tributária.

É de se esperar, em observância aos princípios da segurança jurídica e da previsibilidade, que a entrada em vigor da Reforma Tributária não ocorra em 2027, já que sequer foram definidas as alíquotas de referência do IBS e da CBS. A alíquota é o percentual que incide sobre a base de cálculo das operações com bens e serviços. Para as empresas, é vital conhecer o custo efetivo dos tributos para a formação dos preços de seus produtos e serviços.

Esperamos, portanto, que a vigência da CBS seja adiada para janeiro de 2028, evitando que sua implementação ocorra de forma atropelada em janeiro de 2027.

Saulo Medeiros da Costa Silva

Advogado. Doutorando em Direito pela UNIMAR/SP; Mestre pela FUCAPE/ES e UEPB; Especialista em Tributário - IESP/PB e ITSEDU/PE. Ex-jurista suplente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba; consultor da Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte – REPOJURN; membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas (APLJ) e da Academia de Letras de Campina Grande.

PUBLIQUE SEU ARTIGO CONOSCO

ESTAMOS RECEBENDO **ARTIGOS** PARA AS **PRÓXIMAS EDIÇÕES** DA REVISTA JURISTAS

ENVIE SEU ARTIGO PARA:
admin@juristas.com.br

juristas:

EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS



O remédio que vira doença: o Prospera MEI e a política de corrigir distorções com novas distorções

by Marcelo Godke



Em 13 de outubro de 2026, a doze dias do segundo turno da eleição presidencial, o governo federal apresentou o Prospera MEI, com cinco frentes para os cerca de 17,6 milhões de microempreendedores individuais do país: perdão de cerca de R$ 12,6 bilhões em dívida ativa, compra de dívidas bancárias pela União, repasse de até R$ 5 mil sem devolução, teto de faturamento maior e dispensa de nota fiscal nas vendas a pessoas físicas.

A tese deste artigo é simples. O endividamento do MEI não é a doença; é o sintoma de distorções anteriores: crédito caro para quem não consegue provar quanto fatura, um regime tributário com um degrau abrupto no teto e pouca informação sobre o pequeno negócio. O pacote não toca nessas causas. Cria novas distorções para compensar as antigas, e algumas, como a dispensa de nota fiscal, agravam a própria causa que deveriam remediar.

O que está em vigor e o que é promessa

A MP acrescenta à Lei nº 14.690/2023 um Capítulo VIII-A: em vez de o devedor negociar com o credor, a União compra, em procedimento competitivo, carteiras de créditos inadimplidos e repassa o desconto ao devedor.

Os critérios de elegibilidade são cumulativos (art. 31-C, § 1º): (i) atraso superior a 720 e inferior a 1.645 dias, contados de 25 de setembro de 2026; (ii) valor original inferior a R$ 10 mil; (iii) deságio mínimo de 90% sobre o valor de face da carteira; (iv) classificação pelo maior deságio; e (v) oferta obrigatória de todos os créditos elegíveis do credor contra cada devedor, vedada a seleção parcial.

A última regra impede que o credor venda à União apenas os créditos piores. A operação cabe ao Banco do Brasil ou à Caixa, contratados sem licitação, com gasto limitado a R$ 15 bilhões (art. 31-E). O devedor quita à vista ou parcela, com desconto de até o deságio obtido pela União, até 30 de junho de 2028.

O Prospera MEI

Medida	Instrumento	Situação em 15/10/2026
Perdão das dívidas com a União (R$ 12,6 bi; 3,6 mi de MEIs)	Projeto de lei complementar, com urgência	Anunciado; depende de aprovação; efeitos a partir de 2027
Compra de dívidas bancárias (cerca de R$ 6 bi; 1,6 mi de pessoas)	Edital no âmbito da MP 1.393	Edital não publicado
Pix MEI (até R$ 5 mil, não reembolsável; 1 mi de beneficiários em 2027-2030)	Brasil Mais Produtivo, com Senai e Sebrae	Sem regras divulgadas
Teto de R$ 110 mil (2027) e R$ 140 mil (2028); segundo empregado	Projeto de lei complementar enviado em junho	Em tramitação
Dispensa de nota fiscal em vendas a pessoas físicas; nanoempreendedor sem CNPJ	Decreto	Anunciado

Nenhuma das cinco frentes produz hoje efeito jurídico para o microempreendedor.

As causas: três distorções de origem

O crédito caro de quem não consegue provar quanto vale.

Desde Stiglitz e Weiss (1981), sabe-se que o credor incapaz de distinguir bons de maus tomadores não apenas cobra juros mais altos: raciona o crédito. O MEI é o tomador típico desse modelo: não tem demonstrações contábeis, oferece poucas garantias e deixa pouco rastro de faturamento.

No caso brasileiro, essa assimetria é mensurável. Em estudo publicado em coautoria com Joseph McCahery, estimamos um hiato de financiamento das pequenas e médias empresas de 54,29% em 2014, que atingiu 87,5% em 2016, e o atribuímos à concentração bancária, aos spreads elevados e à escassez de garantias (Godke Veiga; McCahery, 2019). Resta ao pequeno empreendedor financiar o capital de giro com cartão, cheque especial e crédito pessoal, as linhas mais caras do sistema, e a inadimplência que o Desenrola quer limpar é, em boa parte, produto disso.

O degrau do regime

O MEI paga um valor mensal fixo até o teto anual; ao ultrapassá-lo, salta para o Simples Nacional, com custos muito superiores. O degrau cria o conhecido "nanismo" tributário: a empresa prefere não crescer, ou não declarar que cresceu.

O valor fixo é devido mesmo sem faturamento, enquanto o CNPJ estiver aberto. É plausível que parte relevante dos R$ 12,6 bilhões corresponda a inscrições inativas nunca baixadas, o que faria da dívida, em parte, um artefato do próprio regime. O governo não divulgou esse dado; deveria.

A escassez de informação

Segundo o Sebrae, emitir nota fiscal e ter acesso ao INSS são as principais razões para a formalização: justamente os elementos que geram informação verificável (histórico de receita e de regularidade), de que o crédito precisa para reduzir a assimetria descrita acima.

Os remédios como novas distorções

Cada medida responde a um efeito real, nenhuma toca a causa correspondente, e todas introduzem uma distorção própria.

Medida	Efeito que pretende corrigir	Distorção que cria
Perdão tributário	Estoque de DAS em dívida ativa	Pune o adimplente; ensina a esperar a próxima anistia; deixa o MEI sem cobertura previdenciária
Compra de dívidas com deságio	Negativação que exclui do crédito	Subsídio ao credor por ativo já baixado; risco de futuro resgate embutido no preço do crédito
Pix MEI	Falta de capital para investir	Transferência sem seleção por produtividade; incentivo a abrir CNPJ para receber
Teto maior	Empresa que não cabe no regime	Desloca o degrau sem eliminá-lo; amplia o espaço para pejotização
Dispensa de nota fiscal	Custo de obrigação acessória	Destrói a informação que poderia baratear o crédito

O perdão e a inconsistência temporal

Kydland e Prescott (1977) mostraram que uma política ótima ex post pode ser desastrosa quando antecipada; a anistia é o exemplo clássico. Até 30 de setembro de 2026, o MEI podia negociar com a PGFN com desconto de até 50%. Duas semanas depois, quem não aderiu recebeu a promessa de perdão integral. E o anúncio, sem data de corte conhecida, estimula o não pagamento do DAS até a aprovação da lei.

Há ainda duas distorções jurídicas. A remissão das parcelas de ICMS e ISS do DAS por lei federal aproxima-se da isenção heterônoma vedada pelo art. 151, III, da Constituição. E, como a maior parte da guia é contribuição ao INSS, os meses perdoados tendem a não contar como tempo de contribuição: limpa-se o cadastro e mantém-se o desamparo previdenciário.

A compra de dívidas e o subsídio ao credor

O efeito econômico da compra é transferir recursos públicos ao credor em troca de ativos com mais de dois anos de atraso, em

regra já provisionados ou baixados a prejuízo. Há também uma lacuna legal: o Capítulo VIII-A trata de pessoas físicas. A extensão ao MEI é defensável, pois o empresário individual não tem personalidade jurídica própria, mas a lei de conversão deveria incluí-lo expressamente.

O custo de longo prazo é a repetição: se o credor antecipa que a União comprará parte da carteira inadimplida, seleciona e acompanha menos o tomador, e o MEI adimplente paga por isso no próximo empréstimo.

O Pix MEI e o teto: renda e degrau

Um repasse de até R$ 5 mil, sem devolução nem critério de produtividade, é transferência de renda com outro nome e torna atraente abrir um CNPJ só para recebê-lo, multiplicando inscrições cujo DAS ninguém pretende pagar. O aumento do teto, por sua vez, apenas muda o degrau de lugar e amplia a faixa em que a contratação como MEI substitui o vínculo de emprego.

A nota fiscal: o remédio que agrava a causa

A dispensa de nota fiscal é o exemplo mais nítido da tese deste artigo. A nota fiscal eletrônica, cruzada com os recebimentos por Pix e com o Open Finance, é precisamente o instrumento capaz de reduzir a assimetria que encarece o crédito. Dispensá-la poupa um custo hoje e encarece o crédito amanhã. Além disso, o decreto tem alcance limitado: as obrigações acessórias de ICMS, ISS e Simples Nacional não cabem à União.

O segundo-ótimo como álibi

Há uma defesa econômica séria para o pacote. Lipsey e Lancaster (1956) demonstraram que, quando uma condição de eficiência já está violada, introduzir uma distorção deliberada pode compensar a existente. Um subsídio bem calibrado poderia, em tese, compensar a assimetria de informação e o degrau do regime.

A teoria do segundo-ótimo, porém, é um teorema de possibilidade, não uma licença: diz que alguma distorção, dimensionada com precisão, pode compensar outra. Isso exige um diagnóstico quantificado que o pacote não oferece: não se sabe quanto do estoque vem de inscrições inativas, quanto do custo do crédito e quanto de choques de renda. Sem diagnóstico, não há calibragem possível.

A regra de Tinbergen (1952) aponta o segundo problema: cada objetivo exige um instrumento próprio. O pacote mobiliza cinco instrumentos para objetivos que se confundem, do alívio ao devedor à disputa por votos, e nenhum pode ser avaliado pelo que entrega.

O terceiro problema é dinâmico. Mises (1929) descreveu o padrão do intervencionismo: a medida que não ataca a causa produz efeitos colaterais que justificam a medida seguinte. Desenrola 1, Desenrola 2, transação para MEIs, Desenrola 3.0 e, agora, perdão integral: cada etapa trata o resíduo da anterior, e o resíduo cresce porque a causa permanece.

O calendário: o art. 73, § 10, da Lei das Eleições

Nordhaus (1975) descreveu o ciclo político dos negócios: benefícios visíveis perto do pleito, custos depois dele. Contra essa distorção, o art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997 proíbe, no ano da eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração, salvo calamidade, emergência ou programa social autorizado em lei e já em execução no exercício anterior.

O que o TSE já disse sobre benefícios fiscais

A jurisprudência tem dois polos. O restritivo é a Consulta nº 1531-69.2010 (rel. Min. Marco Aurélio, j. 20.9.2011): benefícios relativos à dívida ativa não podem ser implementados no ano das eleições, ainda que previstos em lei, e tampouco se pode, nesse período, encaminhar projeto de lei para favorecer inadimplentes.

O polo oposto exige gratuidade efetiva. No RO nº 1718-21/PB (2018), o TSE afastou a conduta vedada em benefício de ICMS decorrente de convênio do Confaz, e há julgados que não veem gratuidade quando se reduzem apenas juros e multas.

Aplicação a cada medida

O perdão tributário é a medida mais exposta: remissão integral, enviada ao Congresso em ano eleitoral e com pedido de urgência, exatamente a conduta descrita na Consulta 1531-69. Os contra-argumentos (consultas não vinculam, o precedente era municipal, os efeitos só viriam em 2027) não afastam essa coincidência.

A compra de dívidas está mais protegida, pois se apoia em MP geral e o devedor continua pagando. Mas a onerosidade enfraquece com desconto de 90%, e um edital dirigido ao MEI em plena campanha perde a neutralidade da MP.

O Pix MEI é, literalmente, distribuição gratuita de valores. Como nada será pago em 2026, o anúncio dificilmente configura o § 10; seu terreno natural é o do abuso de poder político (LC nº 64/1990, art. 22).

Conclusão: tratar a causa

O Prospera MEI trata o sintoma: o estoque de dívida será perdoado ou comprado com desconto, as causas continuarão a operar e, em poucos anos, um novo estoque justificará um novo programa. Uma agenda voltada às causas seria menos vistosa e mais duradoura:

Informação, em vez de dispensa de informação: usar nota fiscal eletrônica, Pix e Open Finance para formar o histórico de crédito do MEI e aceitar esses recebíveis como garantia.

Uma rampa, em vez de um degrau: transição gradual entre MEI e Simples Nacional, em vez de apenas mover o teto.

Baixa automática de inscrições inativas, para que o DAS não se acumule em CNPJs sem atividade.

Regra permanente, em vez de anistia episódica: a transação tributária da Lei nº 13.988/2020, ligada à capacidade de pagamento.

Proteção previdenciária preservada: facultar o recolhimento da parcela do INSS com desconto, em vez de perdoá-la.

Em outro trabalho com Joseph McCahery, distinguimos os motivos que levam o legislador a agir das justificativas técnicas que deveriam sustentar a intervenção. As justificativas para cuidar do MEI existem; o Prospera MEI revela a distância entre elas e o desenho escolhido, e o calendário explica essa distância.

Referências

- BRASIL. Medida Provisória nº 1.393, de 25 de setembro de 2026. Diário Oficial da União, ed. extra, 25 set. 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/mpv/mpv1393.htm.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Consulta nº 1531-69.2010.6.00.0000/DF. Rel. Min. Marco Aurélio, j. 20 set. 2011.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Recurso Ordinário nº 1718-21.2014.6.15.0000/PB, 2018.
- GODKE, Marcelo; McCAHERY, Joseph A. A theory of SME governance regulation. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v. 78, 2017.
- GODKE VEIGA, Marcelo; McCAHERY, Joseph A. The financing of small and medium-sized enterprises: an analysis of the financing gap in Brazil. European Business Organization Law Review, v. 20, n. 4, p. 633-664, 2019. DOI: 10.1007/s40804-019-00167-7.

Bibliografia econômica

- KYDLAND, Finn E.; PRESCOTT, Edward C. Rules rather than discretion: the inconsistency of optimal plans. Journal of Political Economy, v. 85, n. 3, p. 473-491, 1977.
- LIPSEY, Richard G.; LANCASTER, Kelvin. The general theory of second best. The Review of Economic Studies, v. 24, n. 1, p. 11-32, 1956.
- MISES, Ludwig von. Kritik des Interventionismus. Jena: Gustav Fischer, 1929.
- NORDHAUS, William D. The political business cycle. The Review of Economic Studies, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.
- STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit rationing in markets with imperfect information. The American Economic Review, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.
- TINBERGEN, Jan. On the theory of economic policy. Amsterdam: North-Holland, 1952.

Marcelo Godke

Advogado; sócio de Godke Advogados; professor da Faculdade Belavista, da ISE Business School e da Washington & Lincoln University (EUA). É mestre em DIreito pela Universiteit Leiden (Holanda), mestre em Direito pela Columbia Law School (EUA) e doutor em direito pela USP.

Revista
juristas:

Você que é leitor(a) da Revista Juristas tem **desconto exclusivo** no site da Editora Mizuno para adquirir suas obras com **condições especiais**

Utilize o cupom

JURISTAS5

no carrinho de compras

http://edmiz.uno/saiba-mais

juristas: EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS



Impactos das alterações na Lei Migratória Portuguesa sobre brasileiros e empresas brasileiras

by Frederico Rafael Marinho de Sousa Rego

A comunidade brasileira é hoje a maior população estrangeira residente em Portugal. Segundo o Relatório de Migrações e Asilo 2024, da AIMA, os brasileiros representam cerca de 31% de todos os estrangeiros residentes, ou 484.596 pessoas no final de 2024. Entre 2018 e 2023, o número de brasileiros com autorização de residência aumentou mais de 180%, refletindo a crescente relevância da migração qualificada e empreendedora.

Paralelamente, empresas brasileiras ampliaram sua presença em território português. Dados da AICEP Portugal Global indicam que, em 2023, mais de 200 empresas brasileiras mantinham operações no país, especialmente nos setores de tecnologia, turismo, serviços e inovação.

Esse movimento, contudo, tem sido afetado pela instabilidade normativa da Lei de Estrangeiros. Desde 2017, a legislação passou por cinco reformas significativas, alterando categorias de vistos, requisitos documentais e procedimentos administrativos, a mais recente pela Lei n.º 61/2025, em vigor desde 23 de outubro de 2025. A extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em 2023, e a criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) intensificaram esse cenário. Em 2024, a AIMA acumulava mais de 400 mil processos pendentes, e o tempo médio de análise de pedidos de residência ultrapassava 12 meses, segundo dados divulgados pelo governo português.

Este artigo analisa como essa volatilidade normativa afeta simultaneamente direitos individuais e decisões empresariais, gerando insegurança jurídica para brasileiros que pretendem residir, trabalhar ou investir em Portugal, e indica quais caminhos existem hoje e por onde começar a enfrentar o problema.

Impactos sobre cidadãos brasileiros

A instabilidade legislativa afeta diretamente o planejamento migratório. Mudanças frequentes em categorias de vistos, tal como o visto de procura de trabalho, criado em 2022 e deixado de aceitar em 23 de outubro de 2025, à espera de um visto para procura de trabalho qualificado que depende de regulamentação, geram incerteza sobre requisitos, prazos e procedimentos.

A Lei n.º 61/2025 também passou a exigir, como regra, dois anos de residência para o reagrupamento familiar e condicionou a autorização de residência CPLP à titularidade de visto de residência. Em 2026, a Lei Orgânica n.º 1/2026 elevou para sete anos de residência legal o prazo de naturalização para nacionais de países de língua oficial portuguesa. A transição institucional para a AIMA agravou esse quadro, com atrasos, falhas de comunicação e alterações procedimentais constantes.

A volatilidade normativa compromete princípios fundamentais do Direito, como segurança jurídica e proteção da confiança,

especialmente quando requisitos são alterados durante processos em curso. Para muitos brasileiros, isso resulta em custos adicionais com documentação, consultorias e deslocamentos, além de riscos de irregularidade involuntária.

Impactos sobre empresas brasileiras

Empresas brasileiras que atuam em Portugal enfrentam desafios semelhantes. A dificuldade de regularizar colaboradores brasileiros afeta diretamente operações, cronogramas e contratos. Desde 31 de julho de 2026, segundo a Embaixada de Portugal no Brasil, os pedidos de visto de trabalho subordinado passaram a ser iniciados pela empresa empregadora junto à Secção Consular, e não mais pelo trabalhador. Em setores como tecnologia e serviços, onde a mão de obra qualificada brasileira é relevante, atrasos na emissão de autorizações de residência geram perdas de produtividade e aumento de custos operacionais.

A instabilidade normativa também impacta decisões de investimento. Relatórios da AICEP e da OCDE indicam que a previsibilidade regulatória é um dos principais fatores de atração de investimento estrangeiro. Alterações frequentes na lei migratória, somadas à lentidão administrativa, reduzem a confiança de empresas brasileiras que avaliam expandir operações para Portugal.

Os caminhos disponíveis hoje

Três distinções evitam boa parte dos erros. O visto, concedido pelo consulado, autoriza a entrada; a autorização de residência, emitida depois pela AIMA, é o título que permite permanecer; e o direito de trabalhar depende do tipo de título. Do mesmo modo, constituir uma sociedade (registo comercial, início de atividade nas Finanças em até 15 dias, declaração do beneficiário efetivo em até 30 dias e eventuais licenças setoriais) não confere residência aos sócios nem autoriza, por si, qualquer atividade. O quadro abaixo é uma síntese qualitativa, sem pretensão de exaustividade.

Objetivo	Enquadramento usual	Requisitos centrais e principais dificuldades
Trabalhar como empregado	Visto de residência para trabalho subordinado; depois, autorização de residência	Contrato ou promessa de contrato; pedido iniciado pela empresa (desde jul./2026); disponibilidade de agendamento
Atuar como profissional qualificado	Atividade altamente qualificada ou Cartão Azul UE	Prova de qualificação e da remuneração prevista; regime mais favorável à vinda da família
Empreender ou trabalhar por conta própria	Visto e autorização para atividade independente ou empreendedora; via de incubadora certificada	Atividade real e meios próprios; a empresa aberta não basta; a via de incubadora é recente
Viver de renda própria ou de trabalho remoto	Vistos de rendimentos próprios e de trabalho remoto	Prova de rendimentos regulares; pensado para quem não depende do mercado local
Instalar a empresa brasileira	Sociedade portuguesa ou sucursal, com NIPC e obrigações fiscais	Situação da empresa distinta da dos sócios e administradores, que precisam de título próprio
Procurar emprego no local	Visto para procura de trabalho qualificado	Previsto em lei, mas dependente de regulamentação; sem pedidos aceitos na data da revisão

Quadro 1 – Síntese qualitativa elaborada a partir da Lei n.º 23/2007, na redação da Lei n.º 61/2025, e de informações oficiais consultadas em 12/10/2026.

Por onde começar

O ponto de partida é definir com precisão o objetivo: trabalhar para terceiros, empreender, transferir uma operação ou apenas residir. Dele decorre o enquadramento, cujos requisitos devem ser conferidos na lei e nos portais oficiais na data do pedido, e não em relatos de quem migrou anos antes. Em seguida, organiza-se a documentação ainda no Brasil (certidões apostiladas, antecedentes criminais, traduções, prova de meios e de alojamento) e avaliam-se os obstáculos separando três planos: o que a lei exige, o que a administração demora a entregar e o que ainda depende de regulamentação. Nenhum

desses passos assegura aprovação ou prazo, mas reduz a chance de iniciar o processo pela via errada.

Conclusão

As sucessivas alterações na Lei de Estrangeiros portuguesa e a reestruturação institucional pós-SEF criaram um ambiente de incerteza que afeta de forma significativa cidadãos e empresas brasileiras. A volatilidade normativa compromete direitos individuais, dificulta o planejamento empresarial e reduz a atratividade de Portugal como destino de residência e investimento.

Defende-se a necessidade de maior estabilidade legislativa, aprimoramento da eficiência administrativa da AIMA e fortalecimento da cooperação bilateral Brasil–Portugal. Somente com previsibilidade regulatória será possível garantir segurança jurídica, proteção da confiança e um ambiente favorável à integração e ao desenvolvimento econômico.

Até lá, ganha relevância a assessoria que conheça a legislação e os procedimentos portugueses e compreenda a documentação, a cultura e a realidade empresarial brasileiras: é essa combinação que permite distinguir abrir uma empresa de obter residência, preparar certidões e traduções aceitas pelas autoridades portuguesas e evitar erros recorrentes, como a entrada sem o visto adequado ou a perda de prazos societários e fiscais.

Referências

- AICEP. Empresas brasileiras em Portugal – Relatório 2023. Lisboa: AICEP, 2023.
- AIMA. Relatório de Migrações e Asilo 2024. Lisboa: Agência para a Integração, Migrações e Asilo, 2025.
- PORTUGAL. Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na redação da Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro. Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.
- PORTUGAL. Lei Orgânica n.º 1/2026, de 18 de maio. Altera a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81).
- OCDE. International Migration Outlook 2024. Paris: OECD Publishing, 2024.

Na preparação deste artigo, foi utilizada ferramenta de Inteligência Artificial generativa (Claude, da Anthropic) como apoio à revisão editorial, à pesquisa e à verificação de informações normativas e à sugestão de redação de trechos complementares. O conteúdo foi revisado e validado pelo autor, que assume integral responsabilidade pelo texto.

Frederico Rafael Marinho de Sousa Rego

Formado em direito pelo UNIPÊ/PB; Pós-graduado em Direito Empresarial pela Universidade de Lisboa, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Ordem dos Advogados Portugueses.





Fresh start do empresário falido: fundamentos econômicos do recomeço e função social da empresa

by Manoel de Queiroz Pereira Calças e Clarissa Somesom Tauk

Encerrar uma empresa não elimina necessariamente a capacidade de seu titular de organizar outra atividade. A liquidação dá destino aos bens, mas a exclusão prolongada do empresário pode deixar sem uso conhecimento e experiência. O fresh start ganha relevância econômica ao permitir a extinção de obrigações nas hipóteses legais e remover impedimentos ao exercício empresarial. A segunda chance interessa à economia que pode reaproveitar essas capacidades em novos investimentos.

A função social da empresa não exige perpetuar um negócio inviável, mas permitir aplicações produtivas de recursos e competências. Uma nova iniciativa pode contratar trabalhadores, demandar insumos, ampliar a concorrência e gerar receitas tributárias. Esses efeitos dependem de sua viabilidade. O ganho econômico buscado não está em manter a estrutura que fracassou, mas em permitir produção adicional com recursos e conhecimento que conservam utilidade.

O conhecimento empresarial constitui capital humano: habilidades para reconhecer oportunidades, negociar e coordenar a produção. Diamanto Politis explica que o aprendizado transforma experiência em conhecimento para identificar oportunidades e enfrentar as dificuldades de uma empresa nova.[1] Seu reaproveitamento pode reduzir o esforço de aprendizagem e melhorar decisões sobre clientes, fornecedores e financiamento. O fresh start permite reutilizar essa capacidade, sem obrigar o empresário a repetir a organização anterior.

Jason Cope identifica, em pesquisa qualitativa com oito empresários, aprendizado sobre as causas do insucesso, as relações profissionais e os pontos críticos da gestão. Esses resultados podem ampliar a preparação para iniciativas posteriores.[2] A análise de erros pode orientar decisões sobre capital de giro, custos e dependência de poucos clientes. Não se trata de atribuir virtude ao fracasso, mas de reconhecer que a revisão das escolhas anteriores pode produzir conhecimento gerencial que um iniciante ainda não adquiriu.

Na doutrina jurídico-econômica, Douglas G. Baird e Edward R. Morrison mostram que, em pequenos negócios, a capacidade relevante pode estar na pessoa do empresário, e não na configuração da sociedade. O conhecimento específico de um setor pode subsistir ao encerramento da empresa e encontrar melhor aplicação em outra atividade.[3] Embora o estudo examine o Chapter 11 norte-americano, essa distinção interessa à falência brasileira: liquidar um negócio inviável e permitir nova utilização das habilidades de seu empreendedor são objetivos compatíveis.

Os autores relatam o caso de Scott Nieman, cuja empresa de fabricação de peças plásticas

foi encerrada. Sua vantagem estava no conhecimento dos clientes e na capacidade de articular a demanda com a produção. No negócio seguinte, aproveitou sua experiência e suas relações comerciais, mas terceirizou a fabricação, evitando os custos fixos da estrutura anterior.[3] O caso não comprova os efeitos do fresh start brasileiro; ilustra como o conhecimento pode ser transferido para um modelo de negócio diferente daquele que não se sustentou.

O valor da experiência também aparece no estudo de Deniz Ucbasaran, Paul Westhead e Mike Wright, com 630 empresários, que relaciona experiência anterior à identificação de oportunidades. O efeito específico do insucesso, contudo, não é linear.[4] Sandra Gottschalk e Bettina Müller encontram menor sobrevivência dos novos negócios de empresários anteriormente malsucedidos na amostra examinada.[5] O incentivo ao recomeço não depende, portanto, de prometer desempenho superior: depende de permitir que conhecimento relevante seja reaproveitado, com reflexão sobre o ocorrido e preparação para a próxima atividade.

A Comissão Europeia, na Comunicação COM (2007) 584, recomenda valorizar a experiência e oferecer orientação técnica para o negócio seguinte.[6] O afastamento também tem custo: adia a utilização do conhecimento, enquanto mercados e relações comerciais se modificam. Reduzir obstáculos desnecessários permite testar uma nova atividade sem prolongar artificialmente a antiga. A função social se realiza também pelo reaproveitamento dessa capacidade produtiva.

No Brasil, a Lei nº 14.112/2020 tornou essa orientação expressa. O art. 75, III, da Lei nº 11.101/2005 inclui entre os objetivos da falência o retorno célere do empreendedor à atividade econômica. O art. 158, V, prevê a extinção das obrigações pelo decurso de três anos contados da decretação da falência, ressalvada a destinação dos bens anteriormente arrecadados à satisfação dos credores. O prazo não se conta da edição da reforma nem do encerramento do processo. A declaração por sentença segue o art. 159, e a inabilitação empresarial observa o art. 102. Separam-se, assim, a liquidação patrimonial e o horizonte de retorno do falido.[7]

É necessário, porém, delimitar o beneficiário. A falência de uma sociedade não converte automaticamente seus sócios em falidos nem extingue dívidas pessoais ou garantias prestadas. O art. 160 contempla o sócio de responsabilidade ilimitada, sem autorizar exoneração geral de administradores ou sócios de responsabilidade limitada. Tampouco o recomeço significa restabelecer a pessoa jurídica liquidada. Seu propósito econômico é permitir nova atuação do empresário alcançado pelo regime legal, respeitando a autonomia das obrigações de terceiros.

A experiência norte-americana distingue a liberação da pessoa natural do encerramento da sociedade. No Chapter 7 do Bankruptcy Code, a seção 727 reserva o discharge à pessoa natural. A seção 523 preserva certas dívidas, inclusive tributárias e decorrentes de fraude. A exoneração pode ser recusada por ocultação patrimonial e outras condutas previstas em lei.[8]

Em Local Loan Co. v. Hunt (1934), a Suprema Corte protegeu salários futuros contra a execução de cessão anterior à falência, reconhecendo o interesse público no esforço produtivo do devedor liberado.[9] Embora relativo a trabalho assalariado, o fundamento ajuda a compreender o valor econômico de permitir nova atividade. Em Taggart v. Lorenzen (2019), a Corte admitiu sanção por descumprimento da ordem de exoneração quando não houver fundamento objetivamente razoável para duvidar de que a cobrança era proibida.[10] A boa-fé meramente subjetiva do credor não basta. O recomeço exige tutela efetiva, não apenas declaração formal de liberação.

Na União Europeia, os arts. 20 a 23 da Diretiva (UE) 2019/1023 exigem acesso a procedimento apto à exoneração integral, em prazo que, como regra, não ultrapasse três anos. Inabilitações fundadas exclusivamente na insolvência devem cessar até o final desse período, observadas as derrogações admitidas, inclusive por desonestidade ou má-fé.[11] A coordenação entre exoneração e retorno à atividade evita obstáculos incompatíveis com a segunda chance.

O Tribunal de Justiça da União Europeia delimitou essas exceções. Em Agencia Estatal

de la Administración Tributaria, C-687/22, de 11 de abril de 2024, decidiu que a lista de dívidas excluíveis não é exaustiva: créditos públicos também podem ser excluídos, desde que a exclusão seja devidamente justificada no direito nacional.[12] Em Corván e Bacigán, C-289/23 e C-305/23, de 7 de novembro de 2024, admitiu restrições em circunstâncias bem definidas e justificadas, exigindo respeito à proporcionalidade.[13] Cabe ao juiz nacional verificar se a medida é adequada e necessária, sem comprometer o acesso ao procedimento de exoneração. Incentivar o recomeço não elimina exceções legítimas, mas exige controlar barreiras que ultrapassem sua finalidade.

A Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional — UNCITRAL — acrescenta uma dimensão operacional. Suas recomendações sobre insolvência de micro e pequenas empresas, adotadas em 2021, propõem procedimentos simples, acessíveis e de baixo custo. Recomendam tratamento coordenado das dívidas do empresário individual e clareza nas condições e exclusões da exoneração. A insuficiência de ativos para custear o procedimento não deveria impedir o acesso ao regime. A orientação importa porque a segunda chance pode ser formalmente prevista e praticamente inacessível aos pequenos empresários.[14]

A segunda chance pode influenciar decisões antes e depois da falência. Antes, conhecer os limites das consequências do insucesso pode tornar aceitável o risco de investir. Depois, a exoneração pode permitir que rendimentos da nova atividade sustentem seu desenvolvimento, sem absorção por obrigações já liberadas. Esse horizonte importa para planejar e buscar parceiros. São mecanismos possíveis, dependentes das obrigações remanescentes e das condições de financiamento.

Há evidência internacional sobre esses incentivos. John Armour e Douglas Cumming, em estudo sobre quinze países entre 1990 e 2005, encontraram relação significativa entre regimes menos severos de falência pessoal e taxas de trabalho por conta própria.[15] Wei Fan e Michelle White identificaram associação entre proteção patrimonial na falência pessoal e atividade empreendedora nos Estados Unidos, interpretando-a como seguro parcial contra o insucesso.[16] Os resultados sustentam a importância do regime de insolvência na decisão de empreender, mas não medem os efeitos da reforma brasileira. Trabalho por conta própria não equivale necessariamente a empreendedorismo inovador.

O benefício econômico deve ser confrontado com o custo do crédito. Jeremy Berkowitz e Michelle White verificaram que maiores isenções patrimoniais na falência pessoal norte-americana podem restringir o financiamento de pequenas empresas e elevar seus custos.[17] Diante de maiores perdas esperadas, credores podem cobrar juros superiores ou exigir garantias. O estudo não avalia o prazo brasileiro de três anos, mas evidencia uma escolha institucional: permitir o retorno sem comprometer a oferta de recursos que o viabiliza. A justificativa econômica da segunda chance exige ganhos de nova atividade, não apenas transferência de perdas aos credores.

No Brasil, extinguir obrigações não assegura, por si, crédito novo ou regularidade cadastral. O tratamento tributário exige cuidado diante do art. 191 do Código Tributário Nacional: não cabe anunciar perdão fiscal automático pelo decurso do prazo falimentar.[18] A comunicação da sentença aos registros competentes e a delimitação das obrigações remanescentes tornam o retorno previsível. O art. 159-A, ao admitir rescisão da sentença em caso de sonegação patrimonial, preserva a proteção dos credores e a credibilidade do instituto.

PUBLIQUE SEU ARTIGO CONOSCO

ESTAMOS RECEBENDO **ARTIGOS** PARA AS **PRÓXIMAS EDIÇÕES** DA REVISTA JURISTAS

ENVIE SEU ARTIGO PARA:
admin@juristas.com.br

juristas: EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS



A efetividade da reforma deve ser aferida pelo retorno produtivo, não apenas pelo número de sentenças. Importa medir o tempo até a exoneração e até a abertura do novo negócio, os investimentos mobilizados, o acesso ao crédito e os empregos criados. Valor adicionado e sobrevivência das empresas ajudam a examinar a consistência dessa retomada. A avaliação deve comparar trajetórias em condições semelhantes e considerar satisfação dos credores e fraudes. Sem isso, confunde-se liberação jurídica com ganho econômico, ou se atribui à reforma um resultado que pode decorrer de outros fatores.

O fresh start conecta a saída de um negócio inviável à possibilidade de uma nova entrada produtiva. Seu impacto econômico está em permitir que experiência e capacidade de organização voltem a gerar atividade. A experiência internacional recomenda prazo razoável, acesso efetivo e controle de abusos. A segunda chance cumpre sua função quando favorece transações, investimentos e empregos, sem dispensar a confiança que sustenta o crédito. Reabilitar o empresário é abrir uma possibilidade de produção, não garantir seu resultado.

Notas de fim

- 1. POLITIS, Diamanto. The Process of Entrepreneurial Learning: A Conceptual Framework. Entrepreneurship Theory and Practice, v. 29, n. 4, p. 399–424, 2005.
- 2. COPE, Jason. Entrepreneurial Learning from Failure: An Interpretative Phenomenological Analysis. Journal of Business Venturing, v. 26, n. 6, p. 604–623, 2011.
- 3. BAIRD, Douglas G.; MORRISON, Edward R. Serial Entrepreneurs and Small Business Bankruptcies. Columbia Law Review, v. 105, p. 2310–2368, 2005, especialmente p. 2341–2343.
- 4. UCBASARAN, Deniz; WESTHEAD, Paul; WRIGHT, Mike. The Extent and Nature of Opportunity Identification by Experienced Entrepreneurs. Journal of Business Venturing, v. 24, n. 2, p. 99–115, 2009.
- 5. GOTTSCHALK, Sandra; MÜLLER, Bettina. A Second Chance for Failed Entrepreneurs: A Good Idea? Small Business Economics, v. 59, p. 745–767, 2022.
- 6. COMISSÃO EUROPEIA. Overcoming the Stigma of Business Failure — For a Second Chance Policy. COM(2007) 584 final, 5 out. 2007.
- 7. BRASIL. Lei nº 11.101/2005, com alterações da Lei nº 14.112/2020, arts. 75, III, 102, 158 a 160.
- 8. ESTADOS UNIDOS. Bankruptcy Code, 11 U.S.C., §§ 727 e 523.
- 9. ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. Local Loan Co. v. Hunt, 292 U.S. 234, p. 244–245, 30 abr. 1934.
- 10. ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. Taggart v. Lorenzen, processo 18-489, 3 jun. 2019.
- 11. UNIÃO EUROPEIA. Diretiva (UE) 2019/1023, arts. 20 a 23.
- 12. TJUE. Agencia Estatal de la Administración Tributaria, C-687/22, ECLI:EU:C:2024:287, 11 abr. 2024.
- 13. TJUE. Corván e Bacigán, processos apensos C-289/23 e C-305/23, ECLI:EU:C:2024:934, 7 nov. 2024.
- 14. UNCITRAL. Legislative Guide on Insolvency Law for Micro- and Small Enterprises, recomendações 1, 3, 10 e 88 a 91.
- 15. ARMOUR, John; CUMMING, Douglas. Bankruptcy Law and Entrepreneurship. American Law and Economics Review, v. 10, n. 2, p. 303–350, 2008.
- 16. FAN, Wei; WHITE, Michelle J. Personal Bankruptcy and the Level of Entrepreneurial Activity. Journal of Law and Economics, v. 46, n. 2, p. 545–567, 2003.
- 17. BERKOWITZ, Jeremy; WHITE, Michelle J. Bankruptcy and Small Firms' Access to Credit. RAND Journal of Economics, v. 35, n. 1, p. 69–84, 2004.
- 18. BRASIL. Código Tributário Nacional, art. 191.

Manoel de Queiroz Pereira Calças

Professor de Direito Comercial da USP e Uninove. Presidente do TJ-SP (biênio de 2018-2019).

Clarissa Somesom Tauk

Juíza de Direito do TJ-SP; Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça; secretaria-geral do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falencias (FONAREF/CNJ); doutora em Direito Empresarial.

Os reflexos da escravidão nos "tribunais virtuais"

by Rafaella Brandão



Gritante parece ser o fenômeno do esquecimento generalizado da construção histórica do nosso Brasil. O país foi erguido pelo sangue, suor e dor da população negra africana, traficada e explorada em território tupiniquim. Mesmo após quase 500 anos de seres humanos sendo escravizados por outros seres humanos, o fenômeno do apagamento histórico persiste.

Desde o Brasil império, até a contemporaneidade das redes sociais, as leis antirracistas resistem e evoluem bravamente no ordenamento jurídico brasileiro para dar conta das inúmeras formas de maus-tratos e agressões pautadas no preconceito e discriminação em virtude da raça, contudo, infelizmente, em pleno século XXI, com tanta modernidade tecnológica, avanços na medicina, ainda enfrentam resistência, e muitos seres humanos ainda não compreenderam que o respeito é a base de qualquer sociedade civilizada.

O direito penal caminhou por décadas a passos de tartaruga no combate ao preconceito racial, deixando brechas para que muitos agressores que cometeram crimes de racismo de forma vil e desprezível, ofendendo toda uma coletividade, toda uma comunidade negra, escapassem na justiça utilizando-se de subterfúgios, sendo condenados por injúria racial (artigo 140, § 3º do Código Penal), como se tivessem atingido a honra subjetiva de apenas uma vítima isolada, livrando-se assim, do cárcere através da fiança, alimentando ainda mais, a sensação de impunidade.

Nos últimos anos, registre-se a evolução legislativa das leis penais antirracistas, vez que, de uma postura omissa brilhou equiparando a injúria racial ao crime de racismo, salto de extrema relevância, em virtude da necessidade da legislação acompanhar a extensão e as novas formas de condutas racistas, destacando-se, a utilização do ambiente virtual e as redes sociais como meios para o cometimento desses crimes tão cruéis.

Falar sobre o direito antirracista no Brasil exige, antes de tudo, coragem para olhar pelo retrovisor e reconhecer que as mãos acorrentadas e pés descalços dos escravizados foram os grandes responsáveis pelo enriquecimento dos cofres dos latifundiários e do governo desse país. O passado escravocrata do Brasil é sombrio, os bailes imperiais regados pela ostentação da nobreza latifundiária eram retrato das lágrimas de sangue derramadas nos porões e pelourinhos das casas grandes.

As leis não nascem da criatividade isolada, as legislações são reflexos de episódios que envergonham o mundo, as sociedades, nascem da tentativa desesperada de evitar que se repitam, assim, nasceu, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos no pós-guerra, na esperança de evitar que outras milhares de mortes ou que mais sangue fosse derramado por novas formas de escravidão.

Nesse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro, mesmo tolerando durante séculos a comercialização de corpos negros, regularizando-a, inclusive, vem recentemente surpreendendo, finalmente, com a Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que equiparou a injúria racial

ao racismo, e combateu de forma mais rigorosa o racismo recreativo, religioso e esportivo.

Relembra-se com indignação, que com a queda do império e a ascensão da República, pouco se fez, a pseudoliberdade da população negra, realizada pela Lei Áurea (Lei nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888), norma regida por apenas dois artigos, "Art. 1.° E' declarada extincta, desde a data desta Lei, a escravidão no Brazil. Art. 2.° Revogam-se as disposições em contrario"; pautou-se na ausência de garantias por melhorias nas condições de vida aos libertos, de qualquer reparação social ou econômica ao povo negro, de dignidade, gerando consequências catastróficas de rejeição e exclusão seculares, ficando o racismo estrutural nas bases da sociedade brasileira.

O Código Penal de 1890 também se destacou como instrumento de criminalização da cultura africana, dando à capoeira status de tipo penal, qualificando-a como "vadiagem", institucionalizando assim, o racismo sob o manto da ordem pública. A lei, que deveria proteger, foi usada como ferramenta de exclusão. Portanto, a mesma ordem jurídica que "libertou", oprimiu.

A virada de chave da legislação antirracista começou a se destacar apenas no século XX com a Lei Afonso Arinos (Lei nº 1.390/1951), que praticamente não tinha força alguma, vez que tratava condutas racistas inescrupulosas apenas como reles contravenção penal. A sociedade brasileira deve o destaque dessa branda lei, à épica jornalista, Glória Maria, repórter de destaque na TV Globo, que pelo fato de ser negra, foi impedida explicitamente pelo gerente de adentrar ao tradicional hotel Rio Othon Palace, em Copacabana, para visitar um amigo. Episódio este, corriqueiro para tantos outros membros da comunidade negra no Brasil, à época, contudo que não tinham o poder de um microfone e câmeras para denunciarem em rede nacional as agressões e humilhações sofridas pelo preconceito racial.

A nossa Carta Magna, conhecida como Constituição Cidadã, a protetora Constituição Federal de 1988, com o seu artigo 5º, XLII, defendeu com braço forte o combate as práticas de racismo, "elevando-o", louvadamente, ao status de crime inafiançável e imprescritível.

No ano seguinte à promulgação da CF de 88, a Lei Caó (Lei nº 7.716/1989) regulamentou o texto constitucional, definindo os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e ficou conhecida popularmente como a Lei de Combate ao Racismo. O Estado brasileiro, pressionado pelo clamor social, após tantos anos de inércia legislativa, finalmente gritava que o racismo era uma chaga intolerável, e que a partir daquele marco, o judiciário reprimiria e condenaria severamente os atos racistas com pena de reclusão!

O sentimento é estranho, uma vitória legislativa tão relevante, aguardada por séculos, porém, o pensamento divaga sobre a dor e a impotência de tantas vítimas de racismo em virtude da raça num país predominante mestiço como o nosso, chega a ser desolador termos que lutar por leis que reconheçam condutas tão cruéis e perversas que nos remete a falta de consciência histórica, ao reconhecimento do desinteresse governamental de outrora, e a preocupação com as futuras gerações para que não cometam as mesmas ações desumanas. Mas sigamos esperançosos.

Injusto seria não aplaudir o julgamento histórico da Suprema Corte (STF) que por 8 votos a 1, em 28 de outubro de 2021, firmou o entendimento que o crime de injúria racial é uma espécie do gênero racismo, tornando-o igualmente imprescritível e inafiançável. O entendimento foi consolidado pela Lei nº 14.532/2023, que inscreveu permanentemente a injúria racial no corpo da Lei Caó.

Dessa forma, independente dos meios, da forma, ofender a dignidade de alguém em razão de sua raça, cor, etnia ou procedência nacional é racismo, com pena de reclusão de 02 a 05 anos e multa. Outrossim, destaca-se que a presunção da ofensa nos crimes de injúria racial, conforme o Superior Tribunal de Justiça (STJ), gera um dano moral presumido (juridicamente chamado de dano in re ipsa).

Um novo campo de batalha surge nos conflitos jurídicos gerados em torno do preconceito racial, as Redes Sociais. Com o avanço das

tecnologias, a comunicação virtual ganhou força na vida cotidiana, e o Racismo Digital tornou-se mais um desafio para o ordenamento jurídico brasileiro.

As práticas de racismo comuns nos ambientes de trabalho, nas ruas, nas instituições, nas atividades esportivas, em espaços de entretenimento, se estenderam para as redes sociais, utilizando-se da equivocada ideia de que a internet é "terra sem lei".

Dizem que "caiu na rede, caiu no mundo, tá dito e não tem volta"; a verdade é que, os ambientes virtuais são terrenos férteis e perigosos; as redes sociais se tornaram ambientes propícios para os covardes agressores que se utilizam do pseudoanonimato para propagarem ideias racistas que tanta dor e mortes já causaram num passado não tão longínquo assim. Protegidos por telas, avatares sem rosto, como perfis falsos, fóruns anônimos, agressores preconceituosos propagam o ódio e apagam o sofrimento histórico do povo negro sob a ilusão de estarem protegidos pela impunidade.

Finalmente, acompanhando a evolução tecnológica, a velocidade na comunicação, e os delírios maquiavélicos de certos seres humanos incompatíveis com a convivência harmônica em sociedade, a legislação brasileira vem avançando contemporaneamente. A recente Lei nº 14.532/2023 abordou ainda, pontualmente no art. 20, § 2º, "Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido por intermédio dos meios de comunicação social, de publicação em redes sociais, da rede mundial de computadores ou de publicação de qualquer natureza, Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa; § 2º-A "Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público, Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e proibição de frequência, por 3 (três) anos, a locais destinados a práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público, conforme o caso".

Projetos de Lei em tramitação no Senado têm reforçado o combate ao racismo nas redes sociais. Um dos principais destaques é o Projeto de Lei nº 2.821/2022, que propõe alterações no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). O objetivo da proposta é coibir a disseminação de conteúdos que incitem o ódio, a discriminação ou o preconceito. Para isso, o texto obriga provedores de redes sociais e de busca a adotarem medidas preventivas contra comportamentos agressivos, transferindo às plataformas um claro dever de diligência.

Os ambientes virtuais e as redes sociais precisam de limites, o controle jurisdicional faz-se necessário, e deve estar presente; expressar a opinião não pode ser confundido com ataques à honra subjetiva ou à dignidade da pessoa humana. Ofensas, expressões e comentários de cunho racistas reverberam e podem provocar desastres incalculáveis para a harmonia da sociedade em poucos segundos.

A paz e a convivência social da humanidade estão em jogo, a história de um povo que construiu esse país com sangue e dor não pode ser simplesmente apagada, é dever da legislação brasileira evitar os impactos psicossociais do racismo e continuar protegendo e tutelando a igualdade, a dignidade, os direitos humanos, conforme preconiza a Constituição Brasileira e as leis infraconstitucionais antirracistas promulgadas a duras penas sob gritos e olhares que tanto esperaram por piedade e reparação histórica.

Rafaella Brandão

Ex-Vice-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba (OAB-PB), triênio 2022-2024. Advogada; jornalista; professora universitária e pesquisadora (UNINASSAU/João Pessoa). Atuação na defesa dos Direitos Humanos, Direito Civil, Criminologia e Direito Antirracista. Titulação de Master em Criminologia Social pela Università di Pisa (Itália). Pós-graduação em Direito Processual Civil (UNIPÊ/PB). Graduada em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ/PB). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).



O Supremo, a sociedade e o desafio de decidir melhor

by Guilherme Veiga

Há muito tempo o Supremo Tribunal Federal (STF) deixou de ser apenas o tribunal que decide, em silêncio institucional, se uma lei é constitucional ou inconstitucional. Nas últimas décadas, a Corte passou a ocupar um lugar central na vida brasileira. Temas que antes pareciam restritos ao Parlamento, ao Executivo ou à administração pública passaram a chegar ao STF com intensidade crescente: saúde, educação, sistema prisional, meio ambiente, tecnologia, proteção de dados, liberdade de expressão, políticas públicas, conflitos federativos e direitos fundamentais.

Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Em várias democracias constitucionais, as supremas cortes passaram a ser chamadas a decidir questões difíceis, muitas vezes marcadas por desacordos morais profundos e por elevada complexidade técnica. A diferença brasileira está na dimensão desse processo. A Constituição de 1988 é ampla, generosa e analítica. Ela trata de muitos aspectos da vida social e política do país. Por isso, quando a sociedade entra em conflito, é comum que o debate também assuma uma dimensão constitucional.

Foi a partir dessa constatação que desenvolvi o livro "Jurisdição Constitucional Dialógica: legitimidade, procedimento e produção de conhecimento no Supremo Tribunal Federal". A obra nasceu de uma pesquisa acadêmica de doutorado, posteriormente reelaborada para alcançar um público mais amplo, sem perder o rigor jurídico. Seu objetivo central é simples de enunciar, embora complexo de desenvolver: demonstrar que, em uma sociedade plural e altamente técnica, a legitimidade das decisões constitucionais não depende apenas de quem decide, mas também de como se decide.

Durante muito tempo, a legitimidade da jurisdição constitucional foi explicada principalmente pela autoridade formal da Corte. O Supremo decide porque a Constituição lhe atribui a função de guardião da Constituição. Essa afirmação continua verdadeira, mas já não é suficiente. Quando o Tribunal julga temas que afetam milhões de pessoas, reorganizam políticas públicas ou exigem compreensão científica especializada, a qualidade do procedimento que antecede a decisão passa a ser tão relevante quanto o resultado final.

Em outras palavras, uma decisão constitucional legítima não nasce apenas no momento do voto. Ela começa a ser construída antes: na forma como o processo é organizado, na escuta dos interessados, na participação de especialistas, na transparência dos atos, na consideração dos dados técnicos e na capacidade institucional de compreender os fatos constitucionais envolvidos.

É nesse ponto que surge a ideia de jurisdição constitucional dialógica. O diálogo, aqui, não é uma palavra ornamental. Não se trata de transformar o Supremo em assembleia permanente, nem de substituir a autoridade judicial por negociações políticas. O que se propõe é algo mais preciso: reconhecer que determinadas controvérsias constitucionais

exigem procedimentos mais abertos, mais qualificados e mais adequados à complexidade dos problemas que chegam à Corte.

O livro examina instrumentos que já fazem parte da experiência brasileira, como as audiências públicas, a participação de amici curiae, as audiências de contextualização, a instrução dos fatos constitucionais e, em situações excepcionais, a mediação constitucional. Esses mecanismos permitem que o Tribunal amplie seu horizonte de compreensão antes de decidir. Em vez de julgar apenas a partir de argumentos jurídicos abstratos, a Corte pode ouvir especialistas, representantes institucionais, grupos afetados e órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas discutidas.

Isso é especialmente importante em casos de alta densidade técnica ou social. Quando o Supremo decide sobre saúde pública, sistema prisional, proteção ambiental, novas tecnologias ou conflitos federativos, ele não lida apenas com normas jurídicas. Lida também com fatos, dados, impactos financeiros, evidências científicas, capacidades administrativas e consequências sociais. A Constituição continua sendo o centro da decisão, mas a correta aplicação da Constituição exige conhecimento adequado da realidade sobre a qual ela incide.

A obra, contudo, não faz uma defesa ingênua da participação. Mais participação não significa, automaticamente, melhor decisão. Um processo aberto, mas desorganizado, pode produzir confusão. Uma audiência pública sem método pode gerar excesso de informações, desequilíbrio entre participantes ou simples legitimação simbólica de uma decisão já tomada. Uma mediação constitucional sem limites pode comprometer a função do Supremo, gerar insegurança jurídica ou permitir que interesses particulares negociem aquilo que pertence à ordem constitucional.

Por isso, o livro insiste em uma ideia fundamental: diálogo exige método. A abertura procedimental da jurisdição constitucional só se justifica quando acompanhada de critérios claros de transparência, representatividade, contraditório, igualdade entre os participantes e responsabilidade decisória. O Supremo pode ouvir mais, mas não pode deixar de decidir quando a Constituição exigir uma resposta. Pode estimular consensos, mas não pode permitir que o sentido da Constituição seja privatizado. Pode mediar aspectos instrumentais ou executivos de determinados conflitos, mas não pode abdicar de seu papel institucional.

Essa distinção é essencial. A mediação constitucional, quando cabível, não deve ser compreendida como uma forma de as partes "negociarem a Constituição". A Constituição não está disponível para transação. O que pode ser discutido, em determinados casos, são caminhos de implementação, prazos, medidas de transição, formas de cumprimento, ajustes institucionais e soluções práticas capazes de tornar efetivos os direitos constitucionais. A consensualidade, nesse contexto, não substitui a jurisdição; ela pode funcionar como técnica auxiliar de concretização constitucional.

Outro ponto central do livro é a necessidade de se pensar a produção de conhecimento dentro do processo constitucional. O Supremo não decide no vazio. Muitas vezes, é preciso compreender realidades complexas antes de fixar uma tese constitucional. Por isso, a instrução dos fatos constitucionais deve ser levada a sério. Não basta afirmar que determinado tema é relevante, urgente ou sensível. É preciso criar condições para que os fatos sejam debatidos com seriedade, os dados sejam submetidos ao contraditório e as informações técnicas sejam incorporadas de modo racional à fundamentação da decisão.

A jurisdição constitucional dialógica, portanto, não diminui a autoridade do Supremo. Ao contrário, pode fortalecê-la. Uma Corte que decide depois de estabelecer o contraditório efetivo sobre o fato constitucional, pode justificar de forma transparente as razões de sua decisão, tendendo a produzir julgamentos mais legítimos e mais racionais. A autoridade judicial não se enfraquece pelo diálogo; enfraquece-se quando decide sem demonstrar que compreendeu a complexidade do problema submetido à sua apreciação.

A obra também procura situar esse debate em um contexto mais amplo: a expansão da jurisdição constitucional, a judicialização da política, a separação de poderes, os direitos fundamentais, os litígios estruturais e os desafios das democracias contemporâneas. O Supremo é frequentemente acusado de decidir demais. Em alguns casos, essa crítica pode ser pertinente. Mas há também situações em que a Corte é chamada a agir porque os demais Poderes não conseguiram produzir uma resposta adequada ou porque direitos fundamentais estão em risco.

O problema, portanto, não se resolve com fórmulas simples, como defender ativismo irrestrito ou autocontenção absoluta. Entre a omissão e o excesso, há um caminho institucional mais sofisticado: uma atuação constitucional responsável, procedimentalmente estruturada e aberta ao diálogo. A isso o livro chama de autocontenção qualificada. O Tribunal pode, em determinadas circunstâncias, devolver o debate aos Poderes políticos, construir soluções graduais, estimular acordos institucionais ou estabelecer parâmetros constitucionais sem substituir integralmente o espaço próprio da política democrática.

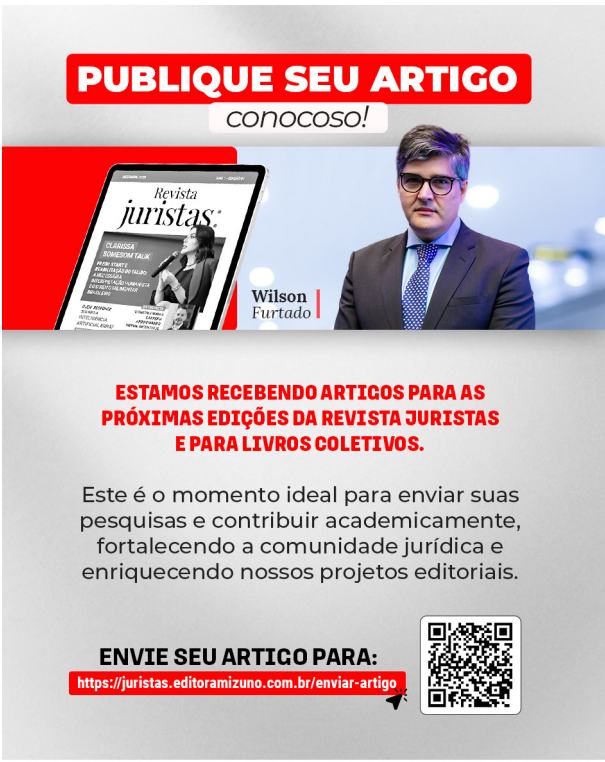
Ao final, a principal mensagem da obra é que o desafio contemporâneo do Supremo Tribunal Federal não é escolher entre decidir ou dialogar. O verdadeiro desafio é decidir melhor por meio de procedimentos mais adequados. A jurisdição constitucional do futuro deverá combinar autoridade decisória, abertura institucional e produção qualificada de conhecimento.

Não se trata de enfraquecer a Constituição, mas de levá-la mais a sério. Levar a Constituição a sério significa reconhecer que seus valores não se realizam apenas no texto das decisões, mas também no caminho institucional percorrido até elas. Significa compreender que a legitimidade democrática de uma Suprema Corte depende de sua capacidade de ouvir, ponderar, justificar e decidir com responsabilidade.

Em tempos de polarização, desconfiança institucional e conflitos cada vez mais complexos, o Supremo Tribunal Federal (STF) precisa ser mais do que o órgão da última palavra. Precisa ser também um espaço de razão pública, de escuta qualificada e de construção responsável do conhecimento constitucional. Essa é a proposta central do livro: pensar uma jurisdição constitucional que não abdique de decidir, mas que compreenda que, em uma democracia plural, a qualidade da decisão começa pela qualidade do procedimento.

Guilherme Veiga

Doutor em Direito Constitucional; advogado com intensa atuação no Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).



juristas: EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

SOBRE A EDITORA MIZUNO

QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS



Quem Somos

A Editora Mizuno é referência nacional na publicação de obras jurídicas que unem profundidade técnica, clareza didática e compromisso com a excelência.

23 Anos de História

Há 23 anos contribuímos para a formação e o aperfeiçoamento de profissionais do Direito por todo o Brasil:

- Advogados
- Magistrados
- Promotores
- Defensores Públicos
- Servidores
- Estudantes

Autores e autoras que Transformam o Direito

Nosso catálogo reúne autores que são referências nacionais, profissionais reconhecidos por transformar conhecimento em prática e impactar a comunidade jurídica diariamente.

Formação Contínua para Profissionais do Direito

Além dos livros, oferecemos cursos atualizados, ministrados por especialistas que vivem o Direito na prática, proporcionando aprendizado aplicável ao dia a dia profissional.

Conheça nossos livros e lançamentos:
www.editoramizuno.com.br

Seu nome pode estar no próximo lançamento da Editora Mizuno.
Envie seu manuscrito: autores@editoramizuno.com.br

Siga nossas **redes sociais**

I EditoraMizuno

I EditorajhmizunoBr



Calor extremo, enchentes e casas que adoecem: o que a Constituição, o Estatuto da Cidade e a legislação de defesa civil já exigem do poder público

by José Laurindo de Souza Netto e Lara Helena Luiza Zambão

Imagine uma casa de alvenaria com telhado de fibrocimento, sem forro, numa rua sem árvores e sem solo capaz de absorver chuva. Em fevereiro, às três da tarde, faz mais calor lá dentro do que na calçada, e à noite o calor não vai embora. Na primeira tempestade forte, a água entra pela porta. A família tem registro do imóvel e paga seus tributos. Mesmo assim, é difícil afirmar que ali o direito constitucional à moradia esteja sendo cumprido.

O debate jurídico sobre desenvolvimento sustentável costuma se concentrar na biodiversidade, na transição energética e no mercado de carbono. Fica de fora o lugar onde a crise climática é sentida primeiro: a casa. As enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul e os deslizamentos de Petrópolis, em 2022, mostraram o que acontece quando risco e moradia ocupam o mesmo terreno.

A pergunta que se impõe ao jurista é direta. Faz sentido falar em função social da propriedade quando a habitação serve de abrigo, mas não protege quem vive nela do calor, da água e do desabamento?

A Constituição já uniu moradia e meio ambiente

A resposta começa na leitura conjunta de três dispositivos. O artigo 6º da Constituição Federal garante a moradia como direito social, o que ocorreu de forma expressa com a Emenda Constitucional nº 26/2000. O artigo 225 assegura a todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, "bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". E o artigo 1º, inciso III, coloca a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, o que obriga a ler os dois primeiros juntos.

Há ainda o artigo 5º, inciso XI, segundo o qual a casa é asilo inviolável do indivíduo. A proteção constitucional do domicílio vai além da porta fechada: abrange o que acontece do lado de dentro. Como o artigo 5º, § 1º, determina que as normas definidoras de direitos fundamentais têm aplicação imediata, não cabe tratar a moradia adequada como promessa para o futuro.

O direito privado segue a mesma lógica. O Código Civil, no artigo 1.228, § 1º, exige que a propriedade seja exercida de acordo com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que se preservem o equilíbrio ecológico e a saúde de quem convive com ela.

O direito internacional dá contornos mais precisos a essa exigência. O Brasil é parte do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado pelo Decreto nº 591/1992, cujo artigo 11 reconhece o direito a um nível de vida adequado, inclusive moradia. O Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em seu

Comentário Geral nº 4, esclareceu que moradia adequada pressupõe segurança da posse, serviços e infraestrutura, custo acessível, localização adequada e habitabilidade. Esta última significa proteger os moradores do frio, da umidade, do calor, da chuva e de riscos estruturais. O Comentário Geral nº 7 trata dos despejos forçados. Os dois textos não são jurisprudência, mas a interpretação mais autorizada sobre o conteúdo do direito, e orientam o controle de convencionalidade.

Quando falta salubridade ou proteção contra eventos climáticos extremos, o direito de morar está descumprido, ainda que exista título de propriedade. É o que se pode chamar de mínimo existencial ecológico.

Quem paga a conta do clima

A mudança do clima atinge a todos, mas não da mesma forma. A doutrina ambiental chama de injustiça climática a concentração dos custos ambientais nos grupos mais vulneráveis. Famílias de renda mais alta compram ar-condicionado, isolamento térmico e terreno em área segura. As demais ficam onde sobrou espaço: encostas, várzeas, bairros sem drenagem, sem rede de esgoto e sem sombra.

A paisagem urbana agrava o problema. Pouca vegetação e muito asfalto formam ilhas de calor, e a pavimentação impermeabilizada transforma chuva intensa em alagamento. A casa mal ventilada, por sua vez, obriga o morador a gastar mais energia, quando consegue pagar, e a conviver com riscos à saúde quando não consegue. A sustentabilidade habitacional, portanto, depende menos do material de construção escolhido por cada família do que da forma como o território foi planejado.

A legislação reconhece a assimetria. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009) tem entre seus princípios a precaução, a prevenção, a participação cidadã e o desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 da ONU, no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11, fixa metas de acesso à habitação segura e adequada (meta 11.1) e de redução das perdas causadas por desastres, com atenção especial aos mais pobres e vulneráveis (meta 11.5). O saneamento, outra face do problema, ganhou prazo no Marco Legal (Lei nº 14.026/2020), que estabeleceu a meta de atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033.

A lei existe. Falta cumpri-la

O ordenamento brasileiro não tem lacuna de peso nessa matéria. O que falta é eficácia. A Constituição atribui à política urbana o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes (art. 182). Também distribui as tarefas: a União fixa diretrizes de desenvolvimento urbano, inclusive habitação e saneamento (art. 21, XX); União, Estados e Municípios têm competência comum para promover programas de moradia e melhorar as condições habitacionais e de saneamento (art. 23, IX); e cabe ao Município ordenar o solo urbano (art. 30, VIII). O plano diretor, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes (art. 182, § 1º), é o instrumento básico dessa política.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) detalhou esse comando. Seu artigo 2º, inciso I, define o direito a cidades sustentáveis como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. O mesmo artigo manda ordenar o uso do solo de modo a evitar a exposição da população a riscos de desastres. Os artigos 39 e 40 amarram a função social da propriedade urbana ao plano diretor, e o artigo 42-A, incluído pela Lei nº 12.608/2012, exige que os municípios com áreas suscetíveis a deslizamentos e inundações façam mapeamento de risco, prevejam intervenções preventivas e planejem a realocação de quem vive em área perigosa.

Para o ponto em que o problema costuma começar, a casa popular, existe a Lei nº 11.888/2008. Ela assegura assistência técnica pública e gratuita, em projeto e construção, às famílias com renda de até três salários mínimos. Na prática, é o que

permite que a moradia de interesse social tenha ventilação, orientação solar e segurança estrutural adequadas, sem que o morador precise pagar um arquiteto ou engenheiro. É também uma das leis menos lembradas do setor.

Falta, ainda, mudar o critério de avaliação das políticas habitacionais. Contar unidades entregues mede a quantidade e deixa de fora o essencial. Um conjunto habitacional construído em área alagável, longe do transporte e sem arborização cumpre a meta numérica e descumpre a Constituição. A análise de constitucionalidade e de convencionalidade dessas políticas deve olhar também para a localização, o conforto térmico e a exposição a riscos.

O papel do Judiciário: antes do desastre

Por muito tempo, o sistema de Justiça atuou depois do dano. A frequência dos eventos extremos pede outra postura, e a lei já oferece a base. A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.608/2012) estabelece, em seu artigo 2º, que é dever de todos os entes federativos adotar as medidas necessárias para reduzir riscos de desastre, e que a incerteza sobre o risco não impede a adoção de medidas preventivas e mitigadoras. Trata-se do princípio da precaução em texto legal.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça caminha no mesmo sentido. A Súmula 629 admite que a condenação em obrigação de fazer ou não fazer seja cumulada com indenização em matéria ambiental. A Súmula 618 inverte o ônus da prova nas ações de dano ambiental. A Súmula 613 afasta a teoria do fato consumado nessa área, o que impede que a ocupação irregular já consolidada sirva de argumento para manter a situação de risco. No Supremo Tribunal Federal, o julgamento da ADPF 708, em 2022, reconheceu que tratados ambientais, como o Acordo de Paris (Decreto nº 9.073/2017), têm status supralegal, por serem espécie de tratados de direitos humanos.

Resta a objeção da separação dos poderes. O STF já a enfrentou em outro contexto, o do sistema prisional. No RE 592.581, julgado sob repercussão geral, reconheceu que o Judiciário pode determinar à Administração a realização de obras para garantir a integridade física dos presos, sem violar a separação dos poderes. O raciocínio vale como analogia para as omissões estatais graves em áreas de risco. O juiz não escolhe a política pública, mas pode exigir que o poder público cumpra o plano diretor, execute os planos de contingência e respeite o padrão mínimo de habitabilidade que ele próprio fixou.

O Judiciário também tem instrumentos próprios de gestão. A Resolução CNJ nº 433/2021 instituiu a Política Nacional do Poder Judiciário para o Meio Ambiente, e a Resolução CNJ nº 510/2023 regulamentou as comissões de soluções fundiárias, voltadas à mediação de conflitos coletivos pela posse da terra. Ambas apontam para uma magistratura que atua na prevenção e na solução negociada, com formação interdisciplinar.

O que se mede de verdade

O caput do artigo 225 impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O futuro, nesse caso, começa em casas onde crianças e idosos dormem com calor, famílias convivem com a umidade e a chuva forte provoca medo. Uma política habitacional que não leve isso em conta entrega paredes e teto, mas não entrega moradia. A Constituição já deu o parâmetro. Cabe a prefeitos, legisladores, juízes e à sociedade fazê-lo valer, a começar pelo lugar onde as pessoas vivem.

José Laurindo de Souza Netto

Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Presidente do Tribunal no biênio 2021/2022. Presidente do Conselho dos Tribunais de Justiça (2021). Membro do Conselho Consultivo do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem). Diretor Nacional de Assuntos Jurídicos e Prerrogativas da Associação Nacional de Desembargadores (ANDES). Pós-doutor na Universidade Degli Studi di Roma "La Sapienza". Membro da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Professor Titular no Programa de Mestrado e Doutorado do Centro Universitário Curitiba.

Lara Helena Luiza Zambão

Doutoranda e Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pelo Centro Universitário Unicuritiba. Assessora no Tribunal de Justiça do Paraná.

Do evento sucessório ao ciclo econômico da riqueza:
novos paradigmas do planejamento patrimonial e sucessório

by Letícia Veras Costa



Durante décadas, o planejamento patrimonial e sucessório brasileiro teve um eixo relativamente nítido: calcular o custo fiscal da passagem da riqueza de uma geração à seguinte. A centralidade do ITCMD era natural. Doações e sucessões têm fatos geradores identificáveis e, em torno deles, organizaram-se a antecipação da herança, a titularidade dos bens, as holdings familiares e os instrumentos destinados a prevenir conflitos entre herdeiros.

Havia, contudo, uma premissa silenciosa nessa engenharia. Desde 1996, o art. 10 da Lei nº 9.249/1995 isentava os lucros e dividendos distribuídos, permitindo que resultados circulassem entre sociedades e sócios, em larga medida, sem tributação na pessoa física. A Lei nº 15.270/2025 alterou esse horizonte. Desde 2026, rendimentos anuais superiores a R$ 600 mil sujeitam-se à tributação mínima, cuja alíquota chega a 10% a partir de R$ 1,2 milhão; além disso, dividendos pagos, creditados, empregados ou entregues por uma mesma pessoa jurídica à mesma pessoa física residente no País, acima de R$ 50 mil no mês, sofrem retenção de 10% sobre o valor integral, posteriormente considerada no ajuste anual. Somadas ao redesenho do ITCMD pela EC nº 132/2023 e pela LC nº 227/2026, essas mudanças deslocam o foco: já não basta examinar o custo da transmissão; é preciso compreender o percurso econômico da riqueza.

O ITCMD remodelado

A primeira mudança relevante está na competência. Para imóveis, permanece competente o Estado da situação do bem; nas doações de bens móveis, títulos e créditos, o do domicílio do doador. Nas transmissões causa mortis desses mesmos ativos, porém, o imposto deixou de pertencer ao Estado em que processado o inventário e passou ao do domicílio do falecido (art. 155, § 1º, II, da Constituição). A alteração ganha importância sobretudo no inventário extrajudicial: como a Resolução CNJ nº 35/2007 assegura livre escolha do tabelião, a eleição do cartório podia, no regime anterior, influenciar a definição do sujeito ativo. A LC nº 227/2026 confirmou o novo critério (art. 159, I, "a") e, havendo mais de um domicílio, presume como tal o informado na declaração de rendimentos (§ 2º). O domicílio deixa, portanto, de ser mera referência formal: à luz do art. 127 do CTN, sua consistência deverá aparecer na convergência entre residência habitual, declarações fiscais e documentação societária.

A progressividade ganha envergadura. Admitida pelo STF no Tema de Repercussão Geral nº 21 e limitada a 8% pela Resolução do Senado nº 9/1992, tornou-se obrigatória e graduada pelo valor do quinhão, legado ou doação (art. 156 da LC nº 227/2026). O art. 155 da mesma lei determina, ainda, que doações sucessivas entre as

mesmas partes sejam consideradas em conjunto no período definido pela legislação estadual, com recálculo a cada liberalidade. O fracionamento, logo, demanda cautela e o tempo passa a integrar o desenho das operações.

Nas transmissões com elemento estrangeiro, o STF, em sede do Tema de Repercussão Geral nº 825, manifestou-se de modo a afastar a cobrança enquanto inexistente lei complementar nacional. A EC nº 132/2023 instituiu disciplina transitória e a LC nº 227/2026 supriu a lacuna, mas essa superveniência normativa não tem o condão de convalidar leis estaduais anteriormente declaradas inconstitucionais: a Constituição não institui tributo, mas outorga competência, e o sistema não admite constitucionalidade superveniente. Aos Estados, portanto, caberão editar nova legislação, harmônicas às diretrizes constitucionais, com observância das anterioridades anual e nonagesimal.

Para famílias empresárias, a questão mais sensível está na base de cálculo. O art. 152 adota o valor de mercado e, para quotas ou ações sem negociação em mercado ativo nos noventa dias anteriores à avaliação, situação típica de holdings e empresas familiares, o art. 154, II, exige metodologia tecnicamente idônea. A avaliação pode considerar a geração de caixa do empreendimento, mas não pode resultar em valor inferior ao patrimônio líquido ajustado a mercado, acrescido do fundo de comércio.

A lei não impõe o fluxo de caixa descontado; todavia admite elementos prospectivos, e é justamente aí que tende a nascer o litígio. A capacidade contributiva recomenda cautela na conversão de expectativas incertas em riqueza tributável presente. Em contexto diverso, o STJ, no REsp nº 1.877.331/SP, recusou o fluxo de caixa descontado na apuração de haveres de sócio retirante sem previsão contratual, preferindo o balanço de determinação dos arts. 1.031 do Código Civil e 606 do CPC.

O precedente não se transpõe automaticamente ao ITCMD, mas revela reserva diante da tributação de resultados futuros. Qualquer revisão do valor declarado, ademais, deverá observar o art. 148 do CTN, tornando a prova técnica decisiva.

A renda entra na arquitetura patrimonial

A mudança mais profunda, porém, está no imposto sobre a renda, porque ele alcança o fluxo entre empresa e família. A retenção mensal de 10% do art. 6º-A da Lei nº 9.250/1995 é apenas antecipação; a carga definitiva decorre do ajuste anual previsto nos arts. 16-A e 16-B, à luz da renda global da pessoa física. Administrar apenas o limite mensal, portanto, não resolve o problema.

É nesse ambiente que a holding de participações ganha relevo. Interposta entre a sociedade operacional e a pessoa física, pode receber dividendos e reter recursos para reinvestimento, diversificação ou novos empreendimentos, desde que tais movimentos sejam compatíveis com seu objeto social. Trata-se de função legítima de alocação de capital, não de uma conta-corrente do sócio. Se despesas pessoais forem apresentadas como corporativas, a estrutura se expõe à tributação por distribuição disfarçada de lucros. Escrituração regular, segregação patrimonial, deliberações efetivas e documentação idônea são, por isso, condições de sustentação jurídica, e não meros cuidados formais.

A lei prevê ainda o redutor do art. 16-B, destinado a impedir que a soma da alíquota efetiva da pessoa jurídica com a tributação mínima ultrapasse 34%, na regra geral. Pela literalidade do dispositivo, considera-se a sociedade que distribui os lucros; numa cadeia formada por operacional, holding e pessoa física, a carga da operacional, em princípio, não integra o cálculo. O efeito, contudo, depende da margem: no lucro presumido, por exemplo, a alíquota efetiva é aferida sobre o lucro contábil; se a margem for elevada, a soma pode não alcançar 34% nem mesmo na distribuição direta, ao passo que margens menores tornam o redutor mais relevante.

O § 5º admite, ainda, na forma de regulamento, apuração com base nas demonstrações consolidadas da fonte pagadora. A eventual perda do redutor é, assim, variável a ser simulada, mas não objeção abstrata a tal reorganização societária.

Outro ponto exige cautela. Para fins de integralização do capital da holding, o sócio

tem a prerrogativa legal de transferir as quotas da operacional pelo valor constante de sua declaração de imposto de renda (art. 23 da Lei nº 9.249/1995), que passa a compor o custo do investimento registrado pela controladora. Nada obstante, se o patrimônio líquido da controlada, ajustado a valor justo, superar esse custo, situação comum quando lucros e reservas acumulados não estão refletidos no custo histórico, o desdobramento do art. 20 do Decreto-Lei nº 1.598/1977 poderia apontar para ganho por compra vantajosa?

A Solução de Consulta COSIT nº 41/2025 tratou do diferimento desse ganho e da migração para o lucro presumido, sem enfrentar a integralização realizada sob o mesmo controle final. Nessa hipótese não há terceiro independente nem alteração do controlador; muda a forma de detenção, não a riqueza do núcleo familiar. A Lei nº 12.973/2014 restringiu às partes não dependentes certas consequências do ágio, sem regra equivalente para a compra vantajosa, o que impede respostas automáticas. Ainda assim, permanece a questão essencial: há disponibilidade econômica antes de qualquer realização perante terceiro? A contabilidade tampouco encerra o debate. O CPC 15 exclui de seu escopo as combinações sob controle comum, enquanto o investimento permanece sujeito ao CPC 18 no balanço individual; a articulação dessas normas com a disciplina fiscal, pois, continua aberta.

Onde renda e patrimônio se interseccionam

A sobreposição dos regimes aparece com clareza na doação de quotas com reserva de usufruto. O art. 147 da LC nº 227/2026 trata como doação a transferência gratuita ao nu-proprietário de frutos não usufruídos pelo usufrutuário. Assim, dividendos que caberiam aos pais, mas sejam destinados aos filhos, podem atrair a incidência de ITCMD. A lei também qualifica como doação a remissão de dívidas entre pessoas vinculadas, inclusive parentes até o terceiro grau, e presume liberalidade quando o beneficiário não demonstra capacidade financeira. A tributação expressa da distribuição desproporcional de lucros foi retirada durante a tramitação do projeto de lei, mas tal não afasta o controle dessas operações pelas regras gerais de simulação.

No imposto sobre a renda, surge outra tensão. O art. 6º, XVI, da Lei nº 7.713/1988 isenta bens recebidos por doação ou herança, enquanto o art. 16-A da Lei nº 9.250/1995 exclui da tributação mínima apenas os "valores recebidos por doação em adiantamento da legítima ou da herança". Uma leitura estritamente literal poderia alcançar liberalidades imputadas à parcela disponível, como doações com dispensa de colação ou realizadas a quem não é herdeiro necessário.

A doação consubstancia transmissão gratuita de bens, sujeita ao ITCMD, de modo que sua eventual inclusão na tributação mínima suscita uma questão anterior à própria incidência: o risco de se transfigurar uma tributação sobre a renda em tributação sobre o patrimônio. A crítica ganha relevo nas doações de avós a netos. Embora o art. 544 do Código Civil trate a doação a descendente como adiantamento de herança, o neto, enquanto houver descendente de grau mais próximo, não é chamado à sucessão por direito próprio, ressalvada a hipótese de representação.

Assim, se, sob a perspectiva do donatário, discute-se a possibilidade de a liberalidade repercutir na apuração do imposto de renda mínimo, do lado do doador a controvérsia assume contornos distintos. O art. 23 da Lei nº 9.532/1997 permite que o bem seja transferido pelo valor constante de sua declaração ou por seu valor de mercado, hipótese em que a diferença positiva em relação ao custo de aquisição é submetida ao imposto de renda como ganho de capital. A discussão reside justamente em saber se há acréscimo patrimonial tributável quando o doador, longe de realizar riqueza, dela se desfaz gratuitamente, experimentando redução de seu patrimônio. Essa incidência, nas doações em adiantamento da legítima, está submetida ao STF no Tema de Repercussão Geral no 1.391. A doação exige, portanto, análise tributária bilateral: tanto para quem recebe quanto para quem transmite.

Considerações finais

O planejamento patrimonial e sucessório brasileiro atravessa uma mudança de paradigma que decorre menos da substituição de um tributo por outro do que da sobreposição de novas camadas de análise. Já não basta organizar a futura transmissão dos bens e estimar o custo fiscal do evento sucessório. O planejamento passa a exigir compreensão mais ampla sobre a própria trajetória econômica da riqueza: como ela é constituída, mantida, reinvestida, distribuída e juridicamente sustentada ao longo do tempo.

Nesse contexto, sociedades intermediárias podem desempenhar função legítima de governança e alocação de capital, desde que amparadas por efetiva consistência econômica, autonomia patrimonial e coerência documental. Não há, contudo, solução uniforme.

A adequação de cada estrutura dependerá de suas particularidades e da articulação entre direito tributário, societário e sucessório, em permanente diálogo com a contabilidade. A qualidade do planejamento, por isso, já não pode ser medida pela economia tributária obtida em fatos isolados. Ela reside na capacidade de conciliar eficiência fiscal, racionalidade econômica, governança e segurança jurídica ao longo de toda a vida do patrimônio. O momento da transmissão permanece decisivo, mas o planejamento sucessório começa muito antes dele.

Letícia Veras Costa

Advogada; graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); especialista em Direito Tributário pelo IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; e membro da ASSET/SC.



Governança da visibilidade: liberdade de falar já não basta

by Omar Kaminski



Durante muito tempo, discutir liberdade de expressão na internet significava responder a uma pergunta relativamente simples: o que pode ou não pode ser dito? Esta pergunta continua importante, mas já não é suficiente. Nas plataformas digitais, existe uma questão que vem antes dela: quem decide o que será visto?

É perfeitamente possível publicar algo que não viola nenhuma lei, não infringe nenhuma regra da plataforma e, ainda assim, fazer com que praticamente ninguém o veja. O conteúdo está lá. A liberdade de publicá-lo também. O que desapareceu foi a possibilidade de alcançar uma audiência minimamente relevante.

Essa diferença, que à primeira vista pode parecer apenas uma questão técnica, tem consequências jurídicas e políticas importantes.

Publicar não é mais distribuir

Nos primeiros anos da internet, publicação e audiência pareciam andar juntas. Qualquer pessoa podia criar um site, uma página ou, depois, um blog sem precisar passar pela redação de um jornal ou pela direção de uma emissora.

Havia dificuldades técnicas, evidentemente, mas a lógica era outra: uma vez colocado o conteúdo na rede, ele estava disponível para quem quisesse acessá-lo.

As plataformas mudaram essa equação. Hoje, o usuário publica, a plataforma recebe e em seguida, algum sistema decide — segundo critérios que podem envolver algoritmos, histórico de navegação, interesses, popularidade, publicidade e uma série de outras variáveis — quem terá contato com aquele conteúdo.

Conteúdo este que poderá ser exibido para milhares de pessoas, ou para apenas algumas dezenas. Poderá ser recomendado repetidamente ou simplesmente desaparecerá no fluxo. Publicar e distribuir, portanto, deixaram de ser quase a mesma coisa, e tal mudança merece mais atenção do Direito.

O professor e jurista norte-americano Lawrence Lessig percebeu isso há mais de duas décadas, quando formulou a conhecida ideia de code is law. O código, dizia ele, também regula comportamentos. A arquitetura de um sistema pode permitir, dificultar ou impedir determinadas condutas, independentemente de uma proibição jurídica expressa.

Na internet atual, porém, o código faz algo ainda mais interessante: ele não apenas estabelece o que podemos fazer. Ele ajuda a estabelecer o que podemos ver. E isto muda bastante a discussão.

O poder de organizar a atenção

O poder de selecionar aquilo que merece atenção já foi exercido principalmente por jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão. Esses atores continuavam submetidos a regras jurídicas e, sobretudo, a uma estrutura editorial identificável. Nas plataformas,

parte dessa seleção passou para sistemas automatizados.

Não é preciso imaginar uma conspiração, nem um editor diante de uma tela decidindo, um a um, os conteúdos que milhões de pessoas irão consumir. Basta olhar para os incentivos que orientam o sistema e perceber como eles acabam moldando aquilo que ganha visibilidade.

Uma provocação costuma gerar mais interação do que uma explicação cuidadosa; a indignação circula com mais facilidade do que um argumento ponderado; e conteúdos que despertam emoções tendem a prender a atenção por mais tempo.

Quando o modelo econômico depende, em alguma medida, da atenção e do engajamento, esses comportamentos passam a ter valor econômico. É a chamada economia da atenção: em um ambiente de informação praticamente ilimitada, aquilo que se torna escasso é a atenção humana.

O resultado pode ser produzido pelo próprio funcionamento da plataforma, sem que seja necessário encontrar alguém que tenha decidido expressamente produzi-lo. Este talvez seja um dos aspectos mais difíceis do problema: o poder pode existir mesmo quando não existir um ato individual de poder claramente identificável.

Governança da visibilidade

É nesse ponto que surge uma ideia que pode ser chamada de governança da visibilidade. Não se trata simplesmente de decidir se determinado conteúdo pode permanecer online, mas de decidir se ele será encontrado, recomendado, priorizado ou praticamente ignorado.

Quem aparece primeiro? Quem é recomendado? Para quem determinado conteúdo é mostrado? Quantas vezes ele aparece? Em que contexto? Essas decisões podem ter tanta importância para a circulação das ideias quanto a própria autorização para publicar.

A Austrália oferece um exemplo interessante desse deslocamento. Em setembro de 2026, o governo australiano apresentou a proposta My feed, my way, associada ao chamado Digital Duty of Care, prevendo, entre outras medidas, que usuários possam optar entre um feed algorítmico e um feed cronológico.

É uma escolha regulatória específica. Não significa que seja necessariamente o melhor modelo, mas revela uma preocupação que tende a se tornar cada vez mais presente: até que ponto o usuário deve aceitar passivamente a forma como a plataforma organiza aquilo que ele vê?

No Brasil, o debate também começa a se deslocar nessa direção. Ao tratar da responsabilidade das plataformas, o Supremo Tribunal Federal passou a discutir medidas estruturais e deveres de cuidado relacionados ao funcionamento dos sistemas.

A discussão deixa, assim, de se concentrar exclusivamente em determinada postagem e passa a alcançar o modo como a própria plataforma funciona. São caminhos diferentes, mas há algo em comum entre eles: a regulação começa a olhar para a arquitetura da circulação da informação, e não apenas para a informação individualmente considerada.

O risco de regular demais

É justamente aqui que o problema mais delicado toma lugar. Regular a visibilidade pode ser necessário. Mas regular quem decide o que é visível pode produzir um poder ainda maior.

Se o Estado determinar quais conteúdos são "confiáveis", "nocivos", "desinformativos" ou "adequados", estaremos diante de uma troca de curadores: sai o algoritmo privado, entra o critério estatal. E isso não resolve necessariamente o problema. Poderá apenas mudar quem controla a porta de entrada da informação.

O desafio regulatório, portanto, não deveria ser simplesmente obrigar plataformas a promover determinados conteúdos ou impor uma espécie de curadoria pública do discurso. Talvez seja mais importante exigir transparência sobre os mecanismos de distribuição, possibilidade de contestação e maior autonomia do usuário sobre aquilo que lhe é apresentado.

Há uma diferença importante entre dizer ao usuário o que ele deve ver e permitir que ele tenha alguma capacidade de decidir como quer ver. Essa diferença pode ser decisiva para preservar a liberdade de expressão sem transformar regulação em censura.

Código é audiência

Talvez seja necessário, então, ampliar a própria compreensão da liberdade de expressão no ambiente digital. Não se trata de criar um suposto "direito à audiência". Ninguém deveria ter o direito de obrigar milhões de pessoas a ler, assistir ou compartilhar seu conteúdo. A questão deve ser vista sob outro prisma.

Se a liberdade de expressão depende, na prática, de alguma possibilidade de circulação do discurso, é legítimo perguntar quais são as condições sob as quais essa circulação é organizada.

Uma pessoa pode ter plena liberdade jurídica para publicar e, ao mesmo tempo, encontrar uma barreira praticamente invisível para alcançar qualquer audiência. É aí que a liberdade formal e a liberdade material começam a se dissociar.

Quando algoritmos organizam aquilo que milhões de pessoas veem diariamente, eles participam da formação da opinião pública, do debate político, da circulação científica e da mobilização social. A plataforma continua sendo uma empresa privada, mas sua arquitetura passou a desempenhar uma função que interessa diretamente à esfera pública.

É por isso que a conhecida fórmula de Lessig talvez comporte uma atualização. Code is law continua sendo uma ideia poderosa mas, na era das plataformas, talvez seja preciso acrescentar outra: code is audience. O código não determina necessariamente o que podemos dizer, mas pode determinar, em grande medida, quem terá a oportunidade de nos ouvir.

E controlar os mecanismos que organizam essa visibilidade significa, em alguma medida, controlar as condições sociais de circulação do discurso. Talvez essa seja uma das próximas grandes fronteiras da liberdade de expressão na internet.

Referências:

- LESSIG, LAWRENCE. Lawrence Lessig on the increasing regulation of cyberspace, Harvard Magazine, 01/01/2000, em: https://www.harvardmagazine.com/2000/01/code-is-law-html. Acesso em em 09/09/2026.
- KAMINSKI, Omar. Código do ciberespaço regula espaço físico. Consultor Jurídico, 05/11/2001, em: https://conjur.com.br/2001-nov-05/codigo_ciberespaco_regula_espaco_fisico/. Acesso em 09/09/2026.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plataformas terão 60 dias para implementar medidas estruturais, decide STF, 17/06/2026, em https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/plataformas-terao-60-dias-para-implementar-medidas-estruturais-decide-stf/. Acesso em 09/09/2026.
- ALBANESE, Antony. My feed, my way. Prime Minister of Australia, 08/09/2026, em https://www.pm.gov.au/media/my-feed-my-way. Acesso em 09/09/2026.

Omar Kaminski

Advogado especializado em Direito e novas tecnologias, e consultor jurídico da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Foi presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática (IBDI) e membro suplente do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) por quatro mandatos.



Fora do concurso, mas no comando do processo:
o Fisco e a recuperação judicial após a LC nº 225/2026

by Alexandre Correa Nasser de Melo

A Lei Complementar nº 225/2026, apresentada como Código de Defesa do Contribuinte, trouxe ao ordenamento o regime do devedor contumaz. Ninguém discute a legitimidade e importância de enfrentar quem faz da inadimplência tributária um modelo de negócio, obtendo vantagem concorrencial indevida sobre os contribuintes que cumprem suas obrigações. O problema está no meio escolhido. O art. 13, I, "d", impede o contribuinte assim classificado de pedir recuperação judicial ou de prosseguir em processo já em curso, e permite à Fazenda Pública requerer a convolação em falência. O dispositivo produz uma situação dogmaticamente singular: um credor que está fora do processo recuperacional passa a decidir quem pode nele entrar.

O ponto de partida é conhecido. O crédito tributário não se sujeita ao concurso de credores na recuperação judicial (art. 187 do CTN). A Lei nº 14.112/2020 reafirmou essa opção, mantendo o prosseguimento das execuções fiscais (art. 6º, § 7º-B, da Lei nº 11.101/2005) e oferecendo à Fazenda instrumentos próprios de composição, como o parcelamento especial e a transação. O desenho é coerente: a Fazenda não vota o plano, não sofre seus efeitos e conserva sua via executiva. Em contrapartida, não interfere na deliberação dos credores concursais sobre a viabilidade da empresa.

A LC nº 225/2026 rompe essa simetria. A Fazenda continua fora do concurso, sem se submeter ao plano, mas ganha um poder de veto sobre a própria existência do processo recuperacional. Pior: esse veto não depende de decisão judicial, e sim de uma classificação administrativa feita pelo próprio credor interessado. Os credores que efetivamente suportam os efeitos do plano – trabalhadores, fornecedores e instituições financeiras – ficam subordinados à iniciativa do único credor que permanece fora do procedimento. Nos processos em curso, a reorganização pode ser interrompida e convolada em falência; nos casos futuros, o pedido de recuperação sequer poderá ser ajuizado, e esses credores perderão a oportunidade de deliberar sobre a viabilidade da empresa e renegociação de suas dívidas. A par conditio creditorum, que já admite a preferência e a extraconcursalidade do crédito fiscal, não comporta essa ampliação. Desta forma a Fazenda deixa de ser credora privilegiada para se tornar árbitra do concurso alheio.

O contraste com a disciplina da regularidade fiscal ilumina a desproporção. Desde a reforma de 2020, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça passou a exigir, para a concessão da recuperação judicial, a comprovação de regularidade fiscal nos termos dos arts. 57 da Lei nº 11.101/2005 e 191-A do CTN, justamente porque o legislador criou meios

viáveis de equacionamento do passivo tributário. Essa exigência, porém, é satisfeita pela adesão a parcelamento ou transação. Trata-se de um ônus ao alcance do devedor de boa-fé. A vedação da LC nº 225/2026 é de outra natureza, porque deixa de condicionar e passa a excluir. O instituto se torna inacessível exatamente para o devedor em grave situação financeira, contrariando a finalidade enunciada no art. 47 da Lei nº 11.101/2005.

Há ainda um argumento pragmático, que talvez seja o mais eloquente. A política de transação tributária tornou-se o principal vetor de recuperação do crédito público federal. Segundo o relatório PGFN em Números 2026, cerca de metade dos R$ 66,1 bilhões recuperados em dívida ativa em 2025 decorreu de transações, e a própria Procuradoria aponta como casos de sucesso negociações com empresas em recuperação judicial, como Americanas S.A., Grupo João Santos e Ulbra. Isso não é coincidência. O ambiente recuperacional organiza o passivo, dá previsibilidade ao fluxo de caixa e cria condições para que o devedor negocie com o Fisco. A empresa que se reestrutura continua a faturar e a recolher tributos correntes; a que vai à falência deixa de fazê-lo. Ao excluir do regime justamente os devedores de maior passivo fiscal, a norma retira da Fazenda os interlocutores com quem ela mais teria a transacionar.

Nada disso significa deixar o devedor contumaz sem resposta. O ordenamento oferece instrumentos proporcionais e já validados pela jurisprudência: regime especial de fiscalização, restrição a benefícios fiscais, responsabilização pessoal de quem pratica fraude e, no âmbito do próprio processo recuperacional, o controle judicial da boa-fé, a fiscalização pelo administrador judicial e as hipóteses legais de convolação em falência. Se há abuso do processo, o juízo da recuperação tem meios de reprimi-lo, com contraditório e decisão fundamentada. O que não se justifica é transferir essa avaliação a um ato administrativo unilateral do Fisco.

A Lei nº 11.101/2005 completou duas décadas como um sistema bem-sucedido de tratamento da crise empresarial, aperfeiçoado por diálogo entre legislador, Judiciário e doutrina. O art. 13, I, "d", da LC nº 225/2026 introduz nele um elemento estranho: um credor que não concorre, mas que decide. A revisão do referido dispositivo é medida que interessa não apenas às empresas em crise, mas aos trabalhadores, aos credores privados e à própria arrecadação pública.

Alexandre Correa Nasser de Melo

Advogado Mestre em Direito Empresarial e Administrador judicial; sócio da Nasser de Melo - Advogados Associados e da Credibilità Administrações Judiciais. Coordenador da pós-graduação de Recuperação Judicial e Falência da PUC- PR. Autor do livro Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência, em 7ª Edição, pela Juruá.





Acusações de homicídio com mais de um possível autor:

necessidade de individualização da fundamentação do juiz e do Tribunal na decisão de pronúncia

by Luiz Gustavo Battaglin Maciel e Jail Benites de Azambuja

O artigo 413 do CPP estabelece que a decisão de pronúncia, como juízo intermediário do procedimento do júri, exige apenas prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, de modo que é despicienda a certeza acerca da responsabilidade penal do acusado. O grau de "suficiência" dos indícios é o ponto nodal da pronúncia, pois o conceito ontológico e a finalidade desse ato mesmo confundem-se com o filtro legal para que um acusado seja submetido ao julgamento pelos seus pares e, quanto a isto, constitui a última oportunidade de um comando fundamentado, considerando a natureza da decisão dos jurados.

Apenas recentemente, a partir sobretudo de Geraldo Prado, Gustavo Badaró, Pierpaollo Bottini e Aury Jr. e - em julgados, seja na doutrina - o Ministro da 3ª Seção do STJ, Ribeiro Dantas, vêm mostrando preocupação com aspectos epistemológicos da prova, para buscar não somente regras de aplicação probatória, mas também a justificação e confiabilidade delas, medindo o grau de razoabilidade da subsunção feita pelo juiz.

Neste aspecto, dizer sobre um fato significa expor as razões pelas quais o julgador considera justificado aceitar como verdadeiro, a partir dos dados disponíveis, uma hipótese formulada daqueles dados, confirmada por um certo nível de probabilidade. A atividade de reconstrução histórica dos fatos, dentro no processo, é, então, um processo lógico, que segue critérios de racionalidade epistêmica, sendo esta o elemento que vincula uma prova a uma hipótese, de modo que, quanto mais confiáveis os elementos que o juiz utiliza, mais bem confirmada estará a hipótese (Taruffo, 2023). Ensina Taruffo que valorar uma prova implica "determinar qual seja o seu poder de coerção lógica em relação ao fato que a partir dela pretende-se reconstruir" (Idem, 2023).

O corolário dessas assertivas é a impossibilidade de pronúncia genérica, que considere os indícios de autoria de forma conjunta e global, sem distinguir a conduta individual dos acusados, como sói acontecer comumente nessas decisões. Quando há vários acusados, a exigência epistemológica se torna mais rigorosa, sobretudo para evitar a submissão de um agente sem elementos "suficientes" de autoria, a um julgamento por convicção íntima.

A atuação da defesa, nesses casos, deve ser mais cuidadosa, para torná-la plena, como previsto na Constituição da República ou, podemos afirmar, o filtro epistémico dos elementos trazidos na justificação do juiz sobe na escala de importância. Noutro giro, é preciso distinguir a prova epistemicamente legítima da dúvida, ainda que a exigência do sarrafo seja mais baixa em termos de padrões probatórios na pronúncia. O juiz também deve estar atento ao quanto decidido pela Terceira Seção do STJ,

no julgamento do Tema Repetitivo 1.260, o qual fixou tese específica quanto aos elementos probatórios aptos a fundamentar a decisão de pronúncia: "A pronúncia não pode se basear, exclusivamente, em elementos informativos do inquérito, ressalvadas as exceções contidas na parte final do 155, caput, do CPP (provas cautelares, não repetíveis e antecipadas)."

Ao final, então, cabe ao juiz dizer se os elementos colhidos na fase inquisitorial e judicial demonstram indícios suficientes de autoria aptos a sustentar a decisão de pronúncia. Nessa atividade, alguns pressupostos não podem ser olvidados, como o da superação do vetusto in dubio pro societate; de que a chamada do corréu, em juízo ou fora dele, não tem valor isolado para formar a "suficiência"; de que a colaboração premiada ou, ainda (para quem admite ou uso como prova) confissão decorrente de ANPP, que é um misto de ambos os institutos, sem mencionar que simples depoimento policial que apenas ratifique relatório (dele mesmo, inclusive) também não alcança densidade epistêmica.

Na hipótese de acusação contra mais de um agente, a prova produzida em juízo – a que conta, afinal – tem de ser possível individualizar cada um dos pronunciados como um dos "possíveis" autores dos delitos. Sem esse elemento individualizador, apto a concretizar indícios de que o agente contribuiu para a conduta descrita na denúncia, a opção é a impronúncia. Se houver provas cautelares, como quebra de sigilos telemáticos, dados e interceptações telefônicas, elas têm de confirmar eventuais declarações prestadas por corréus, se não tiverem valor por si, mas o juiz tem de indicar especificamente como a prova cautelar vincula aquele acusado ao fato; não basta estar reconduzida a outros acusados.

Concluindo, não basta dizer que a prova foi produzida e afirmar que teria apontado, judicialmente, indícios de autoria. O dever de fundamentar (art. 315, §2º do CPP) exige a indicação de qual elemento concreto e individualizado vincularia o agente ao crime. Somente dessa forma, cumpre-se a responsabilidade epistêmica de uma perspectiva válida, do que se exige o cotidiano exercício das virtudes epistêmicas, como a diligencia e o cuidado com uma decisão tão importante, às vezes tratada, há muito, como mero despacho.

Se se tratar especificamente de acusação de feminicídio, há de se considerar, também, a Resolução n. 492, de 2023, do CNJ, que estabelece diretrizes para "a adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário", a qual, por óbvio, também não pode ter o condão de diminuir as garantias do réu, mas cuja teleologia se liga ao reconhecimento de um raciocínio probatório livre de preconceitos que possam descredenciar a palavra de mulheres e crianças vítimas de violência sexual, o que, longe de dispensar a responsabilidade epistêmica do magistrado, a recrudesce.

Referências:

- ANDERSON T, SCHUM D, TWINING W. Principles of proof. In: Analysis of Evidence. Law in Context. Cambridge University Press; 2005:78-111.
- DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro Dantas. Epistemologia da prova no processo penal, Editora: Marcial Pons, 1ª ed., Rio de Janeiro, 2026, Páginas: 262. Recentemente lançado.
- MATIDA, Janaina; ROSA, Alexandre Morais da. Para entender standards probatórios a partir do salto com vara. Artigo. Disponível em https://conjur.com.br/2020-mar-20/limite-penal-entender-standards-probatorios-partir-salto-vara/#sdfootnote2sym, 20 de março de 2020.
- PRADO, Geraldo. Prova penal e sistema de controle epistêmicos, Editora Marcial Pons, 1ª edição, São Paulo, 2014, introdução).
- TARUFFO, Michele. Contribución al estudio de las **máximas de** experiencia. Madrid: Marcial Pons, 2023, p. 57, trad. Livre.

Luiz Gustavo Battaglin Macie

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (seção MS, SP e RJ); Pós-graduado em Elaboração e Gestão de Projetos Internacionais; pós-graduação em Ciências Criminais e Integrante da CJI – Consultores Juridicos Internacionales.

Jail Benites de Azambuja

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (Seção MS); mestre e pós-graduado em Direito; professor universitário.



O feminicídio não acompanha a curva da violência, e isso muda a política pública

by Iriana Custódia Koch

Em 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, o Brasil estará no meio dos 21 Dias de Ativismo, que aqui começam em 20 de novembro e vão até 10 de dezembro. É a data certa para olhar dois números que estão no mesmo relatório e apontam em direções opostas.

Em 2025, o país registrou o menor número de mortes violentas intencionais desde o início da série histórica, em 2012: queda de 8,2%. No mesmo ano, os feminicídios chegaram ao maior número já registrado desde a tipificação do crime, em 2015: 1.571 vítimas, alta de 4%, cerca de quatro mulheres mortas por dia. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em julho de 2026. Quase metade das mulheres assassinadas no ano (44,4%) morreu por razões de gênero, a maior proporção desde 2015, e 2025 foi o primeiro ano inteiro em que o feminicídio vigorou como crime autônomo, pela Lei 14.994/2024.

Esse descolamento é o dado mais relevante da segurança pública brasileira hoje. Ele explica por que o país pode ter construído um dos arcabouços legais mais robustos do mundo em violência de gênero sem que isso se traduza em vidas preservadas.

Duas lógicas distintas

A criminalidade violenta comum responde a variáveis que a política de segurança sabe manejar: presença territorial, dinâmica de facções, controle de armas, investigação. O feminicídio não responde a nenhuma delas. Ele ocorre majoritariamente dentro de casa, onde morreram 64% das vítimas, e é praticado por quem tinha acesso legítimo à vítima: oito em cada dez foram mortas por companheiro ou ex-companheiro.

Não se trata, portanto, de um subconjunto do problema da segurança pública. É outro problema, que apenas compartilha com aquele a estatística de óbitos. Tratá-lo com o mesmo instrumental produz o resultado que os dados mostram: a curva geral cai, a curva de gênero sobe.

O Sul e o caso catarinense

Os dados parciais de 2026 confirmam a tendência onde ela é mais visível. Entre janeiro e julho, o Sinesp registrou 848 feminicídios no país, 3,2% menos que no mesmo período de 2025. A Região Sul foi na direção contrária: alta de 14,9%, a maior do país.

Santa Catarina é o caso que melhor expõe a dissociação entre segurança pública e política de gênero. O estado lidera o ranking nacional de menor taxa de mortes violentas e é, ao mesmo tempo, o que mais registra ameaças contra mulheres em contexto de violência doméstica: 1.733 por 100 mil mulheres em 2025, contra média nacional de 720,9. Em 2026, a Polícia Civil contabilizou 38 feminicídios até 10 de setembro. No início de agosto eram 34, contra 27 no mesmo período de 2025. O ano inteiro de 2025 terminou com 53.

É o modelo em miniatura do problema nacional: o estado que melhor resolveu a criminalidade comum não resolveu a violência de gênero. E, como lidera os registros de ameaça, é também onde mais existiam situações que a interpretação restritiva do art. 5º da Lei Maria da Penha deixava desprotegidas.

O deslocamento institucional em curso

É nesse contexto que se deve ler a decisão do Supremo Tribunal Federal de 19 de agosto de 2026, no ARE 1.537.713 (Tema 1.412), tomada poucos dias depois de a Lei Maria da Penha completar vinte anos. Por unanimidade, o Plenário estabeleceu que as medidas protetivas de urgência se aplicam a toda violência contra a mulher baseada no gênero, independentemente do ambiente doméstico, familiar ou de relação íntima de afeto.

O caso veio de Formiga, em Minas Gerais: uma mulher perseguida e ameaçada de morte por um vizinho teve a proteção negada em duas instâncias porque não havia vínculo afetivo com o agressor. O relator, ministro Edson Fachin, partiu da distinção entre violência doméstica e violência de gênero e fundamentou a decisão na Convenção de Belém do Pará, que define a violência contra a mulher de modo mais amplo que a lei brasileira, alcançando a esfera pública e a comunidade.

O dado que sustenta a decisão está no Atlas da Violência de 2026, citado no voto: das 293.842 mulheres vítimas de violência não letal registradas, 64% sofreram a agressão em ambiente doméstico, mas 22,3% em contexto comunitário. Mais de um quinto da violência de gênero ocorria justamente na zona que a interpretação restritiva deixava sem cobertura.

A tese também reconheceu que o juízo que recebe o pedido de urgência deve decidir antes de declinar da competência, e reafirmou a possibilidade de concessão da medida pela autoridade policial nos casos previstos em lei. As medidas protetivas deixam de ser acessório da persecução penal e passam a ser tutela de urgência orientada pelo risco.

O gargalo é de capacidade, não de norma

Aqui está o ponto que a celebração da decisão tende a ignorar. Em 2024, foram concedidas mais de meio milhão de medidas protetivas de urgência no país, com mais de cem mil descumprimentos registrados. Ampliar o alcance de um instrumento cuja taxa de descumprimento já é expressiva pode produzir efeito apenas simbólico.

Há ainda uma distinção técnica que o Supremo fez questão de assentar: ampliou-se a proteção, não a competência material das varas especializadas, que seguem regidas pelo art. 5º da Lei Maria da Penha. Isso evita sobrecarregar uma estrutura já saturada, mas transfere a órgãos sem especialização a apreciação de situações que exigem justamente conhecimento especializado.

O desenho institucional que a decisão inaugura é o correto: intervenção estatal precoce para interromper ciclos de escalada antes que a violência se torne letal. Mas ele só funciona com fiscalização efetiva do descumprimento, capacitação dos juízos não especializados e articulação real da rede de proteção. Os 21 Dias de Ativismo são uma boa ocasião para os tribunais, as polícias e os municípios apresentarem esses números.

A norma foi decidida. A política pública ainda está por fazer, e é dela, não de um novo precedente, que depende a inversão da curva.

Central de Atendimento à Mulher:

180, gratuito e sigiloso, 24 horas. Emergência: **190**. A medida protetiva pode ser requerida na Delegacia da Mulher, independentemente de boletim de ocorrência, inquérito ou processo (Lei 14.550/2023), e pode ser concedida pela autoridade policial em municípios sem comarca (Lei 13.827/2019).

Assistência jurídica gratuita: Defensoria Pública; em Santa Catarina, pelo Núcleo de Defesa da Mulher (defensoria.sc.def.br). Dados estaduais: Observatório da Violência Contra a Mulher (ovm.alesc.sc.gov.br).

Fontes

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (jul./2026); Sinesp/Senasp, dados de janeiro a julho de 2026 (CNN Brasil, 21/8/2026); Polícia Civil de Santa Catarina (Tudo Aqui SC, 23/9/2026); STF, ARE 1.537.713, Tema 1.412, j. 19/8/2026; Atlas da Violência 2026 (Ipea/FBSP); Lei 11.340/2006; Lei 13.827/2019; Lei 14.550/2023; Lei 14.994/2024; Convenção de Belém do Pará.

Iriana Custódia Koch

Advogada; membro do Conselho Fiscal da ABMCJ/SC (Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica); doutoranda em Direito pela Universidad Nacional de Lomas de Zamora (Argentina) e membro das Comissões de Direito da Saúde e de Combate à Violência Doméstica da OAB/SC.



Quem lê a sua petição? O que o *prompt injection* revelou sobre o processo

by Hallrison Souza Dantas

Na última página de um recurso especial, a equipe do ministro Og Fernandes encontrou um texto que ninguém poderia/deveria ver. Estava em fonte branca sobre fundo branco. O comando pedia que a petição, caso fosse lida por inteligência artificial, fosse interpretada de modo a acolher as razões da defesa.

Em 01/09/2026 a 6ªTurma do STJ tratou o episódio como gravíssimo. Viu-se nele, em tese, ato atentatório à dignidade da justiça e se mandou oficiar à OAB e ao MPF, este para apurar eventual fraude processual (REsp 2.256.731/PB). A defesa disse ter sido surpreendida pelo texto oculto, e o relator respondeu que o desconhecimento não altera o fato. No mesmo dia, a 2ª Turma aplicou multa de 10% sobre o valor da causa em recurso assinado por procurador municipal que trazia artifício semelhante.

A resposta do STJ foi correta. Quem esconde um comando numa petição digital abandona o argumento e passa a fraudar o seu destinatário. Sobre isso não há o que discutir, e este artigo não o pretende. Provoca-se aqui o viés do que as decisões revelam como colateral da punição.

O leitor que ninguém vê

Provocação: só se pune a tentativa de enganar um leitor que existe. Ao reconhecer que o comando buscava (amadoristicamente) induzir o sistema de IA do tribunal a produzir, sem análise humana, uma minuta favorável, o STJ confirmou oficialmente o que a advocacia apenas (já) supunha: entre a petição e o julgador há, hoje, uma máquina que lê. O sistema de IA generativa da corte tem nome, STJ Logos, e opera desde fevereiro de 2025.

Nada disso é espantoso. A Resolução CNJ 615/2025 admite a IA generativa como apoio à decisão e classifica como de baixo risco o resumo de documentos e a produção de textos de apoio, desde que a versão final seja a do magistrado (ou por ele aprovada). O relator do caso alhures fez questão de registrar que, nos gabinetes, a jurisdição se exerce "sem confiança cega em qualquer ferramenta de IA". A princípio, não há razão para duvidar.

Convém separar o que os julgados provam do que não provam. Provam que a IA lê petições e ajuda a minutar; não provam que ela decide (apesar de facilmente poder fazê-lo). A provocação está no intervalo entre as duas coisas. A parte não tem como saber, no seu processo, o que a máquina fez com a sua peça: se foi resumida, que resumo chegou ao gabinete, ou se o argumento em que mais apostou sobreviveu à triagem.

Deveres de um lado só

Em maio/2026, o ministro Rogerio Schietti Cruz intimou um advogado a esclarecer se havia usado inteligência artificial em um habeas corpus (HC 1.094.270/MG), cujos dezesseis precedentes traziam erros de referência e trechos que não constavam dos julgados. Agiu corretamente, pois o advogado responde pelo que assina, e bem se acautela o juiz ao buscar saber com o que está lidando.

O próprio acórdão do prompt injection aproxima as duas situações, na medida que lembra esse habeas corpus e observa que no REsp parecia haver a expectativa de que também a decisão fosse

produzida pela IA, sem olhar humano (Informativo 902). Foi assim que o tribunal-pôs em cotejo o uso da IA por quem peticiona e por quem julga.

Do outro lado do balcão, a regra é outra. O art. 19, § 6º, da Resolução 615, dispõe que o emprego de IA generativa na redação de ato judicial poderá ser mencionado na decisão "a critério do magistrado". O art. 33, § 3º, repete que comunicar o uso é faculdade de quem assina. O registro existe, é obrigatório e automático, mas fica no sistema interno do tribunal, para estatística, monitoramento e eventual auditoria. Do lado de cá, a omissão enseja aclaramento.

Há aí uma assimetria, e ela pede uma ressalva. O advogado não foi interpelado por rotina, mas diante de indícios concretos de citações fabricadas; o magistrado segue integralmente responsável pelo que assina (arts. 19, § 3º, II, e 20, IV). Ainda assim, a diferença permanece. Havendo indício, o tribunal pode exigir do advogado que declare se a máquina participou da peça. À parte que fizer a mesma pergunta ao tribunal a norma não assegura resposta. Um pode, o outro deve; eis o ponto dissonante.

A resolução não ignora a transparência. Manda informar aos usuários externos, em linguagem simples, de que há IA nos serviços prestados (art. 33), e o STJ divulga o que o seu sistema faz. Essa transparência, porém, é de catálogo: diz que a máquina existe e silencia sobre o que ela fez em cada processo (e isso importa). A norma promete ainda refutação: a possibilidade de questionamento e revisão dos resultados gerados pela IA (arts. 3º, II, e 4º, XIX). Mas, **é** óbvio, ninguém contesta o que não sabe que existe.

Abrir o registro

Já se defendeu a transparência algorítmica dos tribunais, como direito da advocacia de saber como esses sistemas funcionam. O que aqui se propõe é mais estreito e tem dois degraus. O primeiro já cabe na norma: reconhecer à parte o direito de requerer, no seu processo, informação sobre se sistemas de IA atuaram sobre a sua petição (de que forma e quanto) ou sobre a decisão (qual o viés interno), e de obter resposta. O registro existe (arts. 19, § 6º, e 21, § 2º); e basta que possa ser consultado por quem tem interesse direto.

O segundo degrau exige mais do que o registro hoje guarda, e talvez norma nova: saber como a peça foi tratada, a começar pelo resumo automático que dela se fez, quando houver. Não se cogita de código-fonte, de minutas de decisão ou de um selo em cada ato.

O próprio STJ mostrou que o primeiro degrau é viável. Desde maio, por determinação da Presidência, as tentativas de prompt injection barradas pelo STJ Logos são certificadas nos autos, para que os ministros possam aplicar sanções. O tribunal já sabe, portanto, levar ao processo o que a máquina encontrou na petição. Falta fazê-lo também quando a informação interessa à parte, e não só quando serve para puni-la. E isso faz todo sentido.

O fundamento é constitucional. A publicidade e o dever de motivação (art. 93, IX) existem para que a parte possa auditar se foi ouvida. O contraditório (art. 5º, LV), entendido como direito de influir na decisão, pressupõe que o argumento chegue ao julgador (sem o corte das IA de admissibilidade ou o recorte da IA de subsunção). E, como derivado, havendo um intermediário entre os dois, saber o que ele fez é exigência da integra dessa garantia.

A objeção mais séria é a de que o sistema funcionou: a fraude foi descoberta, e a tentativa não teve êxito. É verdade, e é bom sinal. Mas a parte só soube disso porque o tribunal resolveu contar (foi discricionário). O processo nunca se contentou com a confiança no julgador (nem deveria ou não seria objetividade). Exigiu-se e se exige fundamentação escrita, sessão pública, autos acessíveis. A leitura por máquina é etapa nova do mesmo caminho e deve seguir a mesma lógica.

Mão dupla

O STJ disse à advocacia, com razão, que não se fala às escondidas com a máquina do tribunal. Falta reconhecer que a parte também tem o direito de saber como a sua petição foi lida, como a máquina falou às escondidas com o processo. A boa-fé que o art. 5º do CPC exige de todos os que participam do processo alcança também as ferramentas de que o juízo se serve.

O texto em fonte branca era invisível e foi descoberto. Resta tornar visível o leitor algorítmico até aqui ainda bem pouco perceptível. Em artigo seguinte, o foco será direcionado aos vieses do algoritmo das IAs produzidas pelos Tribunais.

Hallrison Souza Dantas

Professor; advogado; investigador; ativista de Direito Digital e Direitos Humanos; provedor de soluções em Processo Eletrônico, idealista da OAB-RN.



Uma nova atuação dos Tribunais de Contas no controle externo do saneamento básico

by Allisson Carlos Vitalino

O novo marco legal do saneamento básico (Lei nº 14.026/2020), introduziu-se no Brasil uma versão mais arrojada de políticas públicas sanitárias, ao impor ao sistema metas de universalização, necessidade de prestação regionalizada dos serviços de saneamento, implementação, cada vez mais consistente, de tarifas módicas de modo a permitir um ambiente equilibrado e sustentável, bem como a padronização das regras de regulamentação do setor.

O art. 11-B da Lei nº 11.445/2007 (alterada pela Lei nº 14.026/2020), fixou metas de atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgoto até 2033. Em 2024, o atendimento alcançou 84,1% em água e 56,7% em esgoto (Instituto Trata Brasil; GO Associados, 2026). O texto examina como os Tribunais de Contas podem reduzir essa distância sem substituir as escolhas técnicas da Administração. O argumento avança do direito ao desenho institucional, deste aos instrumentos e seus limites e daí a uma proposta.

O novo desenho institucional

O saneamento integra o núcleo da dignidade da pessoa humana pela convergência dos arts. 6º, 196, 200, IV, e 225 da Constituição (Sarlet; Fensterseifer, 2014). Reconhecido o direito, a questão passa a ser a garantia de sua efetivação. Reis (2021) sistematizou, para o setor elétrico, um controle de sustentabilidade fundado nos arts. 70, 71 e 75 da Constituição, todavia, sua transposição exige adaptações, pois no saneamento a titularidade é municipal ou regionalizada e a regulação é subnacional. O protagonismo desloca-se, assim, para os Tribunais de Contas, posto que a meta legal com prazo certo altera o objeto do controle, que passa a aferir a suficiência dos meios para cumprir obrigação de resultado.

A auditoria operacional do art. 71, IV, da Constituição permite avaliar cobertura, perdas e execução dos planos contra parâmetros fixados pelo legislador. Os arts. 20 a 28 da LINDB obrigam o controlador a considerar as consequências práticas e os obstáculos reais do gestor. O STF, no MS nº 35.410, restringiu a possibilidade do TCU afastar a aplicação de leis (Brasil, 2021). O controle é legítimo quando afere resultados e excede seus limites quando escolhe, no lugar do gestor, entre alternativas tecnicamente defensáveis. O acordo motivado tende a produzir conformidade mais estável que a sanção (Palma, 2015).

A contribuição deste estudo consiste em articular TCU e Tribunais de Contas estaduais em uma rede de monitoramento das metas do art. 11-B. A rede operaria por matriz de auditoria comum, com fundamento no art. 23, IX, da Constituição. Cada Corte fiscalizaria seus jurisdicionados e a coordenação ficaria restrita à metodologia e à consolidação dos dados. Constatada incapacidade transitória do prestador, um Termo de Ajustamento de Gestão, fundado no art. 26 da LINDB, fixaria cronograma vinculado a fontes de financiamento e a indicadores intermediários. O descumprimento converteria o ajuste em determinação cogente. A publicação periódica

dos resultados por unidade federativa permitiria comparar trajetórias rumo a 2033.

Conclusão

A transponibilidade do controle de sustentabilidade ao saneamento confirma-se com adaptações federativas.

Quanto ao efeito do controle sobre os indicadores sanitários não é possível afirmar com os dados fornecidos, pois falta avaliação empírica com desenho causal. Por isso, a ideia proposta deve medir seus próprios resultados, submetendo o controlador à prestação de contas que exige da Administração, ou seja, crava-se a ideia de monitorar sem punir, programar para crescer.

Referências

- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 8 jan. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 12 out. 2026.
- BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Lei de Saneamento Básico. Atualiza o marco legal do saneamento básico [...]. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 12 out. 2026.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança nº 35.410/DF. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, 13 abr. 2021.
- INSTITUTO TRATA BRASIL; GO ASSOCIADOS. Ranking do Saneamento 2026. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2026.
- PALMA, Juliana Bonacorsi de. Sanção e acordo na administração pública. São Paulo: Malheiros, 2015.
- REIS, Fernando Simões dos. Direito da energia e os tribunais de contas: o controle externo para a sustentabilidade da matriz elétrica. Curitiba: Juruá, 2021.
- SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Princípios do direito ambiental. São Paulo: Saraiva, 2014.

Allisson Carlos Vitalino

Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); pós-graduação Lato Sensu em Direito Constitucional, pelo Centro Universitário de João Pessoa-PB (UNIPÊ); pós-graduação Lato Sensu em Direito Tributário, pelo IBET, João Pessoa-PB.

Gostou do conteúdo?

Assine o feed para receber as próximas edições







Acesse e **assine gratuitamente**

http://edmiz.uno/revista-juristas

juristas: EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS



O algoritmo pode ocupar o lugar da discricionariedade administrativa?

by Senivaldo dos Reis Júnior

O artigo investiga se a automação administrativa elimina a discricionariedade ou desloca seu exercício para a concepção dos sistemas. Em diálogo com a doutrina brasileira e estrangeira, distingue capacidade preditiva, competência e justificação jurídica. Sustenta que a legitimidade da decisão exige controlar os critérios incorporados ao modelo e assegurar sua contestação, pois a validação humana formal não garante o efetivo exercício da competência.

Palavras-chave: discricionariedade administrativa; inteligência artificial; motivação; controle.

A discricionariedade antes da decisão

A discricionariedade administrativa é a margem de apreciação juridicamente conferida à Administração para concretizar a finalidade pública quando o ordenamento não predetermina integralmente a conduta. Mesmo com informações suficientes, podem subsistir escolhas que exigem avaliar interesses e consequências. A questão é saber se a automação elimina essa margem ou apenas desloca seu exercício para etapas menos visíveis.

Binenbojm (2005, p. 8 e 20) vincula a legitimidade da escolha administrativa a procedimentos técnicos e jurídicos e à ponderação proporcional dos interesses envolvidos. Essa compreensão permite examinar um efeito da automação: restringir a liberdade do servidor na execução pode concentrar escolhas em quem define os critérios do sistema. A uniformidade das respostas não demonstra neutralidade dos pressupostos.

Um modelo pode estimar consequências sem resolver quais delas justificam uma decisão. Ao converter uma finalidade aberta em indicador mensurável, alguém escolhe o que será considerado relevante. Se a qualidade do serviço for representada pelo tempo de atendimento, quais dimensões ficarão excluídas? O sistema pode cumprir precisamente o objetivo programado e, ainda assim, atender de modo insuficiente à finalidade jurídica.

Hildebrandt (2018, p. 7-8) propõe submeter as escolhas de desenho dos sistemas à contestação de especialistas e pessoas afetadas. Essa perspectiva alcança uma questão distributiva: quem decide quais erros serão tolerados? Reduzir uma espécie de erro pode aumentar outra ou distribuir desigualmente seus custos. A acurácia global não demonstra, isoladamente, a admissibilidade jurídica dessa distribuição.

Bullock (2019) relaciona a distribuição de tarefas entre humanos e IA à complexidade, à incerteza e ao contexto organizacional. A aptidão para automatizar, contudo, não esgota o juízo jurídico: uma operação tecnicamente simples pode afetar intensamente direitos. A escolha do grau de automação deve considerar também esses efeitos e as possibilidades de reparação.

Competência e escolhas incorporadas ao sistema

O art. 11 da Lei nº 9.784/1999 estabelece, no âmbito federal, a irrenunciabilidade da

competência, ressalvadas a delegação e a avocação legalmente admitidas. O dispositivo não autoriza concluir pela proibição geral da automação. Empregar um instrumento é diferente de permitir que terceiros definam, sem deliberação administrativa suficiente, os critérios substantivos da atuação pública.

A contratação evidencia essa fronteira. Aprovar um produto não equivale a deliberar sobre todas as escolhas nele incorporadas. Quem fixou o objetivo de otimização? Quem autorizou a exclusão de determinada informação? Se essas opções condicionam o resultado, a competência precisa ser examinada também na concepção do procedimento, e não somente na assinatura do ato.

O problema persiste nas atualizações. Uma alteração do modelo pode modificar o tratamento de situações equivalentes sem revisão expressa da orientação administrativa. Propõe-se que o controle alcance as mudanças materialmente relevantes, permitindo identificar seus responsáveis e efeitos. A execução aparentemente vinculada pode ocultar escolhas anteriores: uma pontuação, por exemplo, pode transformar uma orientação flexível em requisito absoluto.

O que justifica preservar a avaliação humana

Coglianese e Lehr (2017, p. 1147-1148 e 1222-1223), ao analisarem o Direito norte-americano, rejeitam uma incompatibilidade categórica entre aprendizagem de máquina e decisão administrativa. Sua posição impõe uma objeção consistente: o risco de erro algorítmico não basta para preservar um procedimento humano igualmente falível. A superioridade humana não pode ser presumida.

A preservação da avaliação final pela autoridade, nas escolhas em que subsista apreciação discricionária relevante, deve apoiar-se na competência institucional e no dever de responder por decisões públicas mediante razões contestáveis. A garantia depende de condições efetivas: compreender os elementos relevantes, reconhecer circunstâncias não contempladas e poder afastar a recomendação. Uma assinatura sem essas possibilidades conserva a imputação formal e esvazia o juízo administrativo.

Também importa examinar os incentivos à concordância. Se aderir à resposta automatizada dispensa explicações específicas, enquanto divergir exige extensa justificativa, a organização pode favorecer a confirmação irrefletida. O dever de motivar deve alcançar ambas as condutas, conforme a matéria. A autoridade consegue questionar os critérios ou apenas corrigir dados? Pode suspender o sistema diante de um defeito recorrente? Essas respostas revelam a extensão real da supervisão.

Explicação técnica e justificação jurídica

O art. 50 da Lei nº 9.784/1999 exige, nas hipóteses previstas, indicação dos fatos e fundamentos jurídicos do ato. Identificar as variáveis que influenciaram o resultado contribui para o controle, mas não explica necessariamente por que elas deveriam determinar a decisão. Um critério pode ser tecnicamente compreensível e juridicamente inadequado.

A motivação deve corresponder ao processo decisório e permitir avaliar a pertinência das razões apresentadas. Não pode legitimar retrospectivamente um resultado cujos pressupostos permaneçam inacessíveis. Citron e Pasquale (2014, p. 1), ao estudarem classificações automatizadas, defendem fiscalização e oportunidades significativas de contestação. No procedimento administrativo, essa preocupação exige permitir a discussão da classificação utilizada e das circunstâncias que desaconselhem sua aplicação, além da correção cadastral.

A impugnação individual pode revelar um defeito comum a numerosos atos. Corrigir apenas o resultado contestado preservaria sua origem. Propõe-se, portanto, que a revisão alcance os critérios compartilhados responsáveis pelo problema. É preciso distinguir consistência com decisões passadas de conformidade com o Direito: reproduzir o histórico administrativo pode perpetuar uma orientação que deveria ser revista.

O dever de eficiência pode justificar a adoção de tecnologia adequada, mas não constitui autorização autônoma para transferir escolhas públicas. A avaliação deve considerar custos, proteção de direitos e possibilidade de revisão. Também não cabe utilizar a discricionariedade para ignorar evidências: afastar uma recomendação tecnicamente consistente exige fundamento pertinente.

O algoritmo pode transformar o exercício da discricionariedade, sem adquirir legitimidade própria para definir as finalidades administrativas. O controle deve alcançar quem escolhe seus critérios, quem autoriza suas alterações e quem pode rever seus efeitos. A inquietação central permanece: se a autoridade somente consegue concordar com uma resposta cujos pressupostos não pode questionar, quanto da competência ainda exerce?

Referências

- BINENBOJM, Gustavo. Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o direito administrativo. Revista de Direito Administrativo, v. 239, p. 1-31, 2005. DOI: 10.12660/rda.v239.2005.43855.
- BULLOCK, Justin B. Artificial Intelligence, Discretion, and Bureaucracy. The American Review of Public Administration, v. 49, n. 7, p. 751-761, 2019. DOI: 10.1177/0275074019856123.
- CITRON, Danielle Keats; PASQUALE, Frank. The Scored Society: Due Process for Automated Predictions. Washington Law Review, v. 89, n. 1, p. 1-33, 2014.
- COGLIANESE, Cary; LEHR, David. Regulating by Robot: Administrative Decision Making in the Machine-Learning Era. The Georgetown Law Journal, v. 105, p. 1147-1223, 2017.
- HILDEBRANDT, Mireille. Algorithmic regulation and the rule of law. Philosophical Transactions of the Royal Society A, v. 376, n. 2128, art. 20170355, 2018. DOI: 10.1098/rsta.2017.0355.

Senivaldo dos Reis Júnior

Senivaldo dos Reis Júnior. Juiz de Direito do TJSP. Mestre e doutorando em Direito pela UNINOVE. Professor de Direito. Pesquisa inteligência artificial e Administração Pública.

FMK • ADV
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
FORA DA CAIXA. DENTRO DA LEI. ALINHADO AO FUTURO.

BRASÍLIA
SHIS, QI9, Cj. 10, casa 8
Lago Sul - Brasília/DF
CEP: 71625-090

SÃO PAULO
Avenida Sagitário, 138, Sala 2707
Alphaville - Barueri/SP
CEP: 06473-073

fmk@fmkadv.com.br
http://www.fmkadv.com.br

Sucessão Empresarial e Transição Geracional: continuidade, conflitos e governança

by Stanley Martins Frasão



A sucessão empresarial é, simultaneamente, um dos momentos mais delicados e menos preparados da vida de uma sociedade. A empresa familiar cresce em torno do seu fundador, que concentra capacidade de decisão, conhecimento e relações. Quando esse ciclo se aproxima do fim, por opção, idade, saúde ou acontecimento súbito, a sociedade confronta-se com uma questão que raramente foi pensada com antecedência: quem assume, como assume e com que regras. A resposta a esta questão decide, na prática, se a empresa continuará como fonte de valor para a família e para o mercado, ou se se fragmentará em conflito.

O presente artigo analisa o conceito de sucessão empresarial, as diferenças entre transição familiar e transição para gestores externos, os impactos jurídicos e societários da mudança de gestão e os instrumentos que reduzem o risco de ruptura, com enfoque prático e analítico.

Conceito e relevância da sucessão empresarial

A sucessão empresarial é o processo pelo qual a titularidade, a gestão ou ambas passam de uma geração, ou de um grupo de controle, para outro. Não se confunde com a simples substituição pontual de um gestor. É um processo estruturado, que envolve dimensões jurídicas, societárias, fiscais, patrimoniais, familiares e emocionais, e que pode decorrer de forma planeada ou ser forçado por eventos como morte, invalidez, divórcio ou conflito aberto.

A sua relevância é dupla. Economicamente, a continuidade da empresa depende da capacidade de transferir conhecimento, relações e capacidade de decisão sem ruptura operacional. Juridicamente, a sucessão mal planejada é uma das principais fontes de conflito societário, de litigiosidade e de destruição de valor. A experiência mostra que uma parte significativa das empresas familiares não supera a segunda geração, sobretudo quando a sucessão é tratada como um evento pontual e não como um processo continuado.

O erro mais comum é adiar a questão. A ausência de planejamento não elimina o problema: transfere-o para um momento de ruptura, quando as opções são mais limitadas, os custos mais elevados e as emoções mais intensas. A sucessão decide-se mal quando é decidida sob pressão.

Diferença entre transição para familiares e para gestores externos

A transição para familiares parte de uma decisão que deve ser avaliada em três dimensões: capacidade, vontade e mérito. Capacidade significa competência técnica, experiência e preparação para gerir. Vontade

significa interesse genuíno em assumir a gestão, e não mera obrigação familiar ou pressão social. Mérito significa legitimidade perante os demais sócios, os colaboradores e o mercado. A ausência de qualquer uma destas dimensões fragiliza a sucessão, ainda que a escolha recaia sobre o herdeiro mais próximo.

A transição para gestores externos muda o eixo da decisão. Deixa de ser sobre quem, e passa a ser sobre como: como atrair, avaliar, remunerar, supervisionar e reter um gestor profissional que não tem vínculo familiar nem patrimonial com a empresa. A decisão assenta em critérios de competência e de mérito, com o desafio adicional de garantir o alinhamento do gestor externo com os interesses de longo prazo da família proprietária.

A diferença prática mais relevante está na relação com a propriedade. O gestor familiar é, frequentemente, também sócio ou herdeiro: as suas decisões carregam expectativas de distribuição de resultados, participação e continuidade. O gestor externo é, em regra, um profissional contratado: a sua relação define-se por contrato, deveres de diligência e metas de desempenho.

Não existe uma via superior em abstrato. Existe a via adequada à realidade de cada empresa, definida por fatores como dimensão, complexidade, disponibilidade de talento familiar e maturidade da governança. Em muitos casos, o modelo híbrido mostra-se mais eficaz: gestão executiva profissional, com supervisão estratégica da família através de conselho ou da assembleia.

Impacto jurídico e societário da mudança de gestão

A mudança de gestão produz efeitos em vários planos.

No plano orgânico, a alteração dos administradores exige deliberação competente, registro e atualização dos instrumentos de representação. A saída de um administrador implica a revogação de poderes, a comunicação aos terceiros relevantes e a prevenção de atos praticados com poderes já cessados, questão especialmente sensível quando o gestor cessante detinha procurações amplas.

No plano contratual, a mudança pode desencadear cláusulas de alteração de controle, a substituição de signatários em contas bancárias, contratos e procurações, e a renegociação de condições com bancos, fornecedores e clientes estratégicos, que condicionam a continuidade dos negócios à estabilidade da gestão.

No plano societário, a sucessão levanta questões de estrutura de capital: quem detém o controle, como se distribuem os votos, como se protege a minoria e que mecanismos de saída existem. Quando envolve transmissão de participações, avultam as questões de valorização, direito de preferência e aprovação de novos sócios.

No plano da responsabilidade, a mudança de gestão não extingue responsabilidades passadas. O administrador cessante responde pelos atos praticados durante o seu mandato. O administrador sucessor assume, desde o início, os deveres de cuidado, lealdade e diligência, incluindo o dever de avaliar o estado real da sociedade que passa a gerir antes de tomar decisões relevantes.

O ponto mais sensível é a fase de transição, em que convivem, formal ou informalmente, o gestor antigo e o novo. Sem regras claras sobre competências, informação e prestação de contas nesse período, multiplicam-se os riscos de decisões contraditórias, de omissões e de conflitos, que podem comprometer a própria operação.

Protocolos familiares: função, conteúdo e utilidade prática

O protocolo familiar é um documento que formaliza as regras de convivência entre família e empresa. Não substitui o contrato social nem os acordos de sócios: complementa-os, tratando das matérias que o direito societário não regula e que a família necessita de regular entre si.

Conteúdo habitual:

- Critérios de elegibilidade para familiares trabalharem na empresa, como formação, experiência externa e processo seletivo.
- Regras para o acesso de familiares a cargos de gestão, incluindo limites de mandato e critérios de avaliação.
- Política de distribuição de resultados e de remuneração de familiares.
- Regras de sucessão na liderança: quem pode assumir a presidência, com que critérios e por quanto tempo.
- Mecanismos de resolução de conflitos familiares antes de estes chegarem à esfera societária.
- Regras de comunicação: quem informa a família, sobre o quê e com que periodicidade.
- Código de conduta relativo às relações de trabalho entre familiares e aos limites entre vida pessoal e empresarial.

A utilidade prática do protocolo é dupla. Primeiro, preventiva: transforma expectativas implícitas em regras explícitas, reduzindo a discricionariedade e o espaço para o conflito. Segundo, educativa: o processo de elaboração obriga a família a discutir temas que, de outro modo, permaneceriam adiados até ao momento de crise.

Para que o protocolo não se torne letra morta, recomenda-se a criação de um órgão de família, como o conselho de família ou a assembleia familiar, com reuniões periódicas, atas e reporte à assembleia de sócios. O protocolo deve ser revisto periodicamente, acompanhando a evolução da família e da empresa.

Planejamento sucessório: etapas, riscos e boas práticas

O planejamento sucessório é o conjunto de atos jurídicos e patrimoniais destinado a transmitir, de forma ordenada e eficiente, o patrimônio empresarial aos sucessores, reduzindo litígios, custos e risco fiscal.

Etapas essenciais:

- Diagnóstico: mapeamento do patrimônio, da estrutura societária, da situação fiscal e das relações familiares.
- Definição de objetivos: quem deve receber o quê, em que momento e com que condições.
- Desenho da estrutura: escolha dos instrumentos adequados, como testamento, doação com reserva de usufruto, constituição de holding familiar, acordo de sócios, seguro de vida e previdência privada.
- Implementação: execução dos atos, formalização documental e registros.
- Revisão periódica: o planejamento não é estático e deve acompanhar as mudanças patrimoniais, familiares e legislativas.

Principais riscos do planejamento omisso ou deficiente:

- Sucessão legal supletiva: na ausência de planejamento, a sucessão segue as regras legais, que podem não corresponder à vontade do fundador nem às necessidades da empresa.
- Fragilização do controle: a participação societária pode fracionar-se entre vários herdeiros, criando uma minoria dispersa e conflituosa.
- Falta de liquidez: o pagamento de impostos sucessórios e de dívidas pode forçar a venda de ativos ou de participações em momento desfavorável.
- Conflitos entre herdeiros e entre herdeiros e a geração anterior.

Boas práticas:

- Começar cedo: o planejamento feito com saúde e tempo é sempre superior ao planejamento de emergência.
- Envolver profissionais qualificados, como advogado, contabilista e, quando relevante, consultor familiar.
- Distinguir o patrimônio afetivo do patrimônio empresarial, sempre que a estrutura o permita.
- Documentar a vontade do fundador em vida, em instrumentos formais e claros.
- Antecipar cenários adversos, como morte, invalidez, divórcio e insolvência de um dos sócios.

Blindagem patrimonial: objetivos, instrumentos e limites

A blindagem patrimonial visa proteger o patrimônio pessoal e empresarial de riscos como dívidas, execuções, conflitos conjugais, sucessórios e societários. É um objetivo legítimo, desde que exercido dentro da lei e da boa-fé.

Instrumentos habituais:

- Separação patrimonial: organização do patrimônio em entidades distintas, como holding, sociedades imobiliárias e operacionais, para isolar os riscos de cada atividade.
- Cláusulas de proteção em doações e testamentos, como incomunicabilidade, impenhorabilidade e inalienabilidade, nos termos permitidos por lei.
- Pactos antenupciais e definição do regime de bens, tanto para herdeiros como para o próprio fundador.
- Seguros de vida, nacional/internacional, e previdência privada, como instrumentos de liquidez e de proteção de dependentes.
- Acordos de sócios e de quotistas, com restrições à alienação, direitos de preferência e mecanismos de entrada de novos sócios.

Limites da blindagem:

- Não pode ser utilizada para fraudar credores: atos celebrados em fraude contra credores ou em fraude à execução podem ser anulados ou tornados ineficazes.
- A desconsideração da personalidade jurídica pode atingir a estrutura blindada quando há confusão patrimonial, desvio de finalidade ou utilização abusiva.
- A proteção tem custos de formalização, manutenção, tributação e complexidade de gestão.
- Nenhuma blindagem é absoluta: a sua eficácia depende de utilização consistente e documentada, e não de atos isolados de última hora.

O princípio orientador é simples: estrutura patrimonial organizada com antecedência, propósito legítimo e prática coerente. A blindagem improvisada em momento de crise é mais propensa à invalidação e menos eficaz.

Principais conflitos entre sócios e mecanismos de prevenção

Os conflitos mais frequentes no contexto sucessório:

- Conflito entre gerações: o fundador resiste a ceder o controle e a nova geração reclama autonomia e atualização.
- Conflito entre irmãos ou ramos familiares: disputa por cargos, remuneração, participação e orientação estratégica.
- Conflito entre sócios gestores e sócios não gestores: assimetria de informação, política de dividendos e transparência da gestão.
- Conflito entre sócios ativos e sócios passivos: uns trabalham na empresa e outros apenas investem, com expectativas divergentes sobre risco e retorno.
- Conflito entre lógica familiar e lógica empresarial: decisões tomadas por afeto que prejudicam a empresa, e decisões empresariais que ferem sensibilidades familiares.

Mecanismos de prevenção:

- Acordo de sócios ou de quotistas robusto, com regras claras de governança, restrições de transferência, direito de preferência, cláusulas de saída e resolução de impasse.
- Governança estruturada, com separação entre deliberação estratégica e gestão executiva, órgão de fiscalização efetivo e fluxos de informação.
- Protocolo familiar e conselho de família, para tratar as questões familiares em espaço próprio, antes de contaminarem a esfera societária.
- Políticas de entrada e saída, com critérios objetivos para familiares ingressarem na empresa e para sócios saírem dela.
- Cláusulas de resolução de conflitos, com mediação e arbitragem de procedimento definido, em alternativa ao litígio judicial.

- Comunicação e transparência: quanto maior a assimetria de informação, maior a suspeita e o risco de conflito.

Boas práticas de governança para assegurar continuidade e estabilidade

A continuidade da empresa depende da qualidade da sua governança, independentemente de quem esteja a gerir. Boas práticas essenciais:

- Separação entre propriedade e gestão, com definição clara de competências da assembleia, do conselho e da direção.
- Conselho de administração ou conselho consultivo com conselheiros independentes, que trazem visão externa e reduzem o peso dos conflitos familiares nas deliberações.
- Profissionalização da gestão, com processos definidos, orçamento, controle interno e prestação de contas.
- Planejamento institucionalizado da sucessão, com critérios, calendário e plano B para funções críticas.
- Política de riscos e continuidade, com identificação de riscos-chave e planos de contingência para eventos de ruptura, como morte, invalidez e afastamento.
- Transparência e prestação de contas periódica aos sócios.
- Código de conduta e políticas de conflito de interesses aplicáveis a familiares e gestores.
- Formação contínua da nova geração, com experiências externas antes da assunção de funções internas.

O objetivo da governança na sucessão é duplo: garantir que a empresa sobreviverá à passagem de geração e garantir que essa passagem não se transforme em litígio. A governança não elimina conflitos; cria canais para os resolver antes de destruírem valor.

Conclusão

A sucessão empresarial é um processo, não um evento. Decidir bem a sucessão exige antecedência, estrutura e documentação. A transição pode ser feita para familiares, para gestores externos ou em modelo híbrido, e a escolha correta depende da realidade de cada empresa, assente em critérios objetivos de capacidade, vontade e mérito.

O impacto jurídico da mudança de gestão é amplo, do registro de órgãos à revisão de poderes e contratos, passando pela delimitação de responsabilidades na fase de transição.

O protocolo familiar e o conselho de família dão forma às regras de convivência entre família e empresa.

O planejamento sucessório organiza a transmissão do patrimônio, reduzindo custos, litígios e incerteza.

A blindagem patrimonial protege bens dentro dos limites legais, mas não se destina a fraudar credores nem substitui a prática consistente e documentada.

Os conflitos entre sócios são previsíveis e preveníveis com acordos de sócios, governança e mecanismos de resolução de impasse.

No final, a continuidade da empresa depende menos de quem a vai gerir e mais de como o sistema de governança está preparado para absorver a mudança sem ruptura.

Planejar a sucessão não é antecipar o fim: é proteger o trabalho de uma vida e assegurar o futuro de uma empresa, das famílias que dela dependem e das comunidades que dela beneficiam.

Stanley Martins Frasão

Advogado, sócio de Homero Costa Advogados; Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (1987); Mestrado em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos (2000); Pós-graduado em Administração Estratégica e Gestão de Negócios pela FIA Online (2026); Pós-graduando em Consultoria Empresarial pela FIA Online (2026-2027); Diretor-Executivo do CESA - Centro de Estudos das Sociedades de Advogados; Membro da Comissão Nacional de Sociedades de Advogados do Conselho Federal da OAB (2025-2027)



Inteligência Artificial no ensino do Direito: entre a eficiência, o pensamento crítico e a responsabilidade humana

by Leonardo Roth e Raphael Di Tommaso

A Inteligência Artificial (IA) deixou de ocupar apenas laboratórios de tecnologia para integrar atividades cotidianas de estudantes, professores e profissionais. No ensino superior, ferramentas generativas passaram a auxiliar na pesquisa, revisão de textos, organização de conteúdos, formulação de ideias e resolução de dúvidas. No ensino do Direito, entretanto, sua utilização produz uma questão adicional: até que ponto a eficiência proporcionada pela tecnologia contribui efetivamente para a formação do raciocínio jurídico?

A pergunta ganha relevância porque a formação jurídica não se resume ao acesso à informação. Conhecer uma norma, localizar uma decisão judicial ou produzir rapidamente um texto são etapas importantes, mas insuficientes. O exercício do Direito exige interpretação, argumentação, avaliação de evidências, ponderação de interesses, compreensão do contexto e, sobretudo, responsabilidade pela conclusão adotada. É justamente nesse ponto que a presença da IA no processo formativo deixa de ser apenas uma questão tecnológica e passa a constituir um problema jurídico e pedagógico.

A facilidade de obtenção de respostas pode alterar profundamente a forma como o estudante aprende. Em poucos segundos, uma ferramenta de IA pode organizar argumentos, resumir julgados, comparar institutos jurídicos ou estruturar uma peça. A rapidez é sedutora, mas não elimina um problema central: uma resposta linguisticamente bem construída não é necessariamente juridicamente correta. A aparência de precisão pode esconder referências inexistentes, precedentes descontextualizados, interpretações incompletas ou conclusões que não resistem à análise do caso concreto. Para além quanto menor o domínio do profissional sobre o tema, mais convincente é a resposta gerada.

No ensino do Direito, portanto, o desafio não está em impedir o acesso à tecnologia, mas em evitar que a eficiência substitua o processo intelectual que forma o jurista. A construção do raciocínio jurídico depende da capacidade de formular problemas, selecionar fontes, confrontar argumentos, reconhecer controvérsias e justificar escolhas interpretativas. Se a IA passa a oferecer respostas prontas antes que essas competências sejam desenvolvidas, existe o risco de produzir estudantes tecnologicamente ágeis, mas intelectualmente dependentes.

Isso não significa defender uma formação jurídica impermeável à inovação. Pelo contrário. O uso responsável da IA, além de ser inevitável, pode ampliar a qualidade da

aprendizagem quando incorporado como instrumento de investigação, comparação e crítica. Um professor pode, por exemplo, solicitar que estudantes confrontem uma resposta gerada por IA com a legislação vigente, verifiquem a existência dos precedentes citados, identifiquem falhas de fundamentação ou reconstruam o argumento a partir de fontes jurídicas confiáveis. Nesses casos, a tecnologia deixa de entregar a resposta final e passa a funcionar como objeto de análise.

Essa mudança também reposiciona a atividade docente. Quanto mais simples se torna obter informação, mais relevante se torna a mediação crítica. O professor de Direito não perde espaço diante da IA; sua função se torna mais sofisticada. Cabe-lhe estimular a dúvida, exigir fundamentação, promover o contraditório e ensinar o estudante a distinguir uma resposta apenas plausível de uma conclusão juridicamente sustentada. A formação jurídica permanece dependente de uma dimensão humana que nenhum sistema automatizado consegue assumir plenamente: a responsabilidade pelo julgamento.

Nesse contexto, o professor assume papel decisivo como ponte entre a capacidade técnica da ferramenta e as exigências éticas, jurídicas e humanas da formação. É ele quem pode transformar o uso da IA em oportunidade de aprendizagem responsável, conduzindo o estudante a questionar a origem das informações, os limites do uso de dados, a autoria dos textos, a confiabilidade das fontes e as consequências das escolhas argumentativas. Cabe ao docente ajudar o futuro profissional a compreender quando, por que e até onde utilizá-la. Essa mediação é especialmente relevante porque a técnica só adquire sentido formativo quando acompanhada de responsabilidade, discernimento e compromisso ético.

No sistema de Justiça, essa preocupação já ganhou dimensão institucional. A Resolução CNJ nº 615/2025, por exemplo, estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento, a utilização e a governança de soluções de IA no Poder Judiciário, destacando valores como transparência, direitos humanos, não discriminação, devido processo, motivação, prestação de contas e responsabilização. A lógica subjacente é especialmente relevante para a formação jurídica: a tecnologia pode auxiliar a atividade, mas não transfere para a máquina a responsabilidade pelo resultado produzido.

Esse princípio deveria orientar também o ensino. Se o futuro profissional do Direito terá de responder pelas peças que assina, pelos argumentos que apresenta e pelas decisões que toma, a formação universitária precisa desenvolver uma cultura de verificação. Utilizar IA sem conferir fontes, fatos, legislação e jurisprudência não é apenas uma deficiência técnica; mas uma falha ética e profissional. É justamente nessa passagem da eficiência para a responsabilidade que a presença do professor se torna indispensável: a ferramenta pode sugerir caminhos, mas é a mediação docente que ajuda o estudante a reconhecer limites, conflitos de valores e consequências jurídicas que uma resposta automatizada não consegue assumir.

A proteção de dados acrescenta outra dimensão ao problema. A formação prática em Direito frequentemente envolve situações reais ou simuladas que reproduzem conflitos familiares, empresariais, trabalhistas, criminais e administrativos. Documentos, narrativas e casos podem conter dados pessoais ou informações sensíveis. Inserir indiscriminadamente esse conteúdo em plataformas externas de inteligência artificial pode gerar riscos relacionados à privacidade, ao sigilo e ao tratamento de dados, exigindo do estudante uma consciência jurídica sobre o próprio instrumento que utiliza.

Também é essencial que o futuro operador do Direito saiba instruir seus clientes quanto aos cuidados que deve ter no uso das ferramentas, pois já há decisões nos Estados

Unidos que utilizam conversas feitas entre réus e a IA como prova, sob o argumento de que a interação com essas ferramentas não está protegida por sigilo, uma vez que a interação não é com um advogado, mas sim com uma aplicação tecnológica.

Também é necessário discutir a questão da autoria. A IA pode auxiliar na redação, mas não pode servir como mecanismo de terceirização intelectual. Na formação jurídica, a autoria representa mais do que a assinatura de um texto: significa assumir o percurso argumentativo, compreender os fundamentos empregados e responder pelo conteúdo produzido. Um estudante que apresenta uma resposta que não consegue explicar demonstra que houve produção textual, mas não necessariamente aprendizagem. Por isso, a discussão sobre IA no ensino do Direito não deve estar centrada no inevitável uso da tecnologia, mas em definir em quais condições ela efetivamente contribui para a formação de um profissional capaz de interpretar, decidir e responder por suas escolhas.

A IA já integra a rotina de advogados, magistrados, membros do Ministério Público, defensores, gestores públicos e demais operadores do Direito. Ao ignorarmos essa realidade, empobrecemos a formação, mas aceitá-la sem critérios produziria problema mais grave: a substituição do processo de aprendizagem por um processo de mera obtenção de respostas.

O ensino do Direito iniciado na graduação precisa, portanto, deslocar o debate da ferramenta para a competência. Em vez de concentrar a discussão em permitir ou proibir o uso de IA, a formação jurídica deve se preocupar com a capacidade do estudante de utilizá-la sem perder autonomia intelectual. Isso significa formar alguém capaz de verificar uma jurisprudência sugerida por um sistema, identificar uma citação inexistente, perceber uma interpretação normativa inadequada, reconhecer vieses e compreender que a produção de uma resposta não equivale à construção de um raciocínio jurídico. Quanto mais acessível se torna a resposta automatizada, mais relevante se torna a capacidade humana de validá-la, problematizá-la e assumir responsabilidade por ela.

Esse deslocamento também reposiciona o papel do professor nas Ciências Jurídicas. Se a IA amplia o acesso à informação, o docente passa a ser ainda mais necessário para transformar informação em compreensão e uso técnico em julgamento responsável. É nessa relação que o estudante aprende que nem toda resposta possível é juridicamente adequada e que nem toda solução eficiente é eticamente aceitável.

O professor, assim, permanece como referência formativa capaz de conectar conhecimento, reflexão ética e responsabilidade profissional em dimensões que devem acompanhar o futuro jurista muito além da graduação.

Leonardo Roth

Mestre em Administração pela Universidade de Caxias do Sul (UCS); Especialista em Gestão de Pessoas, Gestão Empresarial, Gestão Universitária, MBA em Strategic Management of Higher Education Institutions. Professor na área de Ciências Sociais e assessor da Pró-Reitoria de Graduação da UCS; Orientador da UCS Empresa Júnior.

Raphael Di Tommaso

Advogado, consultor jurídico e conselheiro de administração; professor de Pós-Graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na UCS; especialista em Direito Digital e em Multimídia e Comunicação; sócio-fundador do Di Tommaso & Premaor Advocacia; secretário-geral adjunto do Instituto Juristas.

Inteligência Artificial, senso crítico e o perigo de esvaziamento do cérebro humano

by Andrea Wiezbicki Strapasson



Muito se diz sobre a necessidade de mudança em todos os setores, sem exceção, bem como de constante acompanhamento, devido à volatilidade que vivemos no momento. Aliás, há poucas décadas vivíamos sem muitas dessas tecnologias e, por que não dizer, modernidades. O celular é um exemplo disso e com ele novas frentes avançando cada vez mais, como é o caso da inteligência artificial.

Caro leitor, para comprovar o que digo, sou do tempo em que se diferenciava hardware como tudo o que você poderia chutar e software como tudo o que você poderia xingar, no sentido de reclamação, quando as coisas não davam certo, pois o primeiro era tangível e o segundo não. Brincadeiras à parte, gostaria de deixar aqui uma reflexão que assola a todos nós, desde as gerações dos babies boomers ou anteriores a ela até a mais atual.

Para além da preocupação com os limites éticos e necessidade de regulamentação efetiva, está o afrouxamento na aprendizagem devido à utilização excessiva, maciça e sem medida da inteligência artificial, o que poderá ocasionar, sem sombra de dúvida, a falta de estimulação pela curiosidade, criatividade, pesquisa e estudo, diante da facilidade em se obter qualquer informação e/ou montar qualquer protótipo em questão de segundos, o que é fascinante e absurdamente assustador.

Logicamente temos que reconhecer a evolução que o uso contínuo da IA, leia-se inteligência artificial, está causando, eis que trabalhos que antes eram demasiadamente demorados agora resolvem-se em um piscar de olhos e, olhando pelo viés da produtividade isso é maravilhoso!

Mas agora vamos falar do outro lado, aquele que as pessoas ou fingem não enxergar ou não contestam para não ficar "fora da moda". Sim, estou me referindo aos perigos escondidos, quase que como mensagens subliminares, quando ignoramos o senso crítico para os limites na utilização da IA.

Há que se considerar a substituição de pessoas em suas funções como um dos medos atuais, pois a IA, em tese, fará melhor e em menos tempo a atividade antes desempenhada exclusivamente por humanos. Para exemplificar, tem-se conhecimento de pessoas fazendo terapia com a máquina, substituindo o psicólogo e deixando ali a expressão de seus sentimentos, oportunizando mais uma aprendizagem à IA. Não muito longe disso, também está a comunicação entre as inteligências artificiais, após toda a aprendizagem a que estou me referindo e que sequer sabemos onde vai chegar.

Outro caso que deve aqui ser mencionado é o de Elon Musk, CEO da Tesla e da SpaceX, que diz estar sofrendo de psicose de IA, eis que segundo palavras dele os episódios surgiram "enquanto interagia com a tecnologia ao longo de 2025 e lidava com as capacidades avançadas dos sistemas inteligentes",

explico; situações exageradas do uso da IA podem, segundo alguns psiquiatras, desencadear vulnerabilidades psicológicas preexistentes e ainda, conforme Musk, a IA consegue reproduzir análises associadas à percepção humana, além de até mesmo demonstrar bom gosto.

Obviamente, para os defensores desmedidos da IA o argumento principal é que ela não fará nada que não tenha o comando humano por trás, ou seja, o ser humano deverá saber utilizar muito bem os prompts para os quais deseja determinada tarefa.

E quanto às novas gerações, que sequer aprenderam a pesquisar sem a utilização do computador, pois já nasceram dando o touch screen nas telas, acostumando-se às respostas imediatas e, na maioria das vezes, sem questionamentos. É exatamente neste ponto que vejo o perigo do esvaziamento do cérebro humano, sem senso crítico, cultivando a preguiça de aguçar o próprio pensamento ou simplesmente acreditando em tudo o que a IA lhe apresenta.

Para comprovar o que estou dizendo, trago dados alarmantes, pois em uma pesquisa com professores do ensino secundário na Inglaterra, dois terços disseram ter observado queda no pensamento crítico entre alunos que usam IA, sendo esta a percepção dos professores que estão no dia a dia das crianças e adolescentes. Isto sem falar da segurança dos dados que se inserem em cada consulta e/ou pesquisa. Neste quesito, orientação é a palavra de ordem.

Não sou contra o desenvolvimento das novas tecnologias e progresso, longe disso, mas sejamos realistas; se os próprios incentivadores iniciais da IA estão acenando para os possíveis problemas do futuro, precisamos sim de senso crítico na sua utilização e impor limites à ela, seja através de regulamentação monitorada com possibilidade de previsão de sanções para seu descumprimento, seja pelo nível educacional que terá que chegar à frente desse desenvolvimento todo, com ênfase e enaltecimento do ser humano, capaz de sentir, se desenvolver e argumentar com seu próprio cérebro. Aqui está o desafio.

Fonte:

- https://www.estadao.com.br/tecmundo/inteligencia-artificial/elon-musk-diz-ter-estar-sofrendo-episodios-de--psicose-por-ia-entenda-o-que-e/ acesso em 14/10/26 às 22:37
- https://www.ghll.org.uk/news/items/pupils_in_england_are_losing_their_thinking_skills_because_of_ai_survey_suggests-2026-04-02 acesso em 15/10/26 às 13:54

Andrea Wiezbicki Strapasson

Advogada, Graduada em Direito pela UNICURITIBA, Pós Graduada em Direito e Processo Penal pela ABDCONST, Atuação especializada em Compliance e LGPD, Membra da Comissão de Proteção de Dados e Direito Digital da OAB/PR, Membra da Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável da OAB/PR, Membra da Comissão de Transição Energética do Instituto Juristas, Membra do Compliance Women Committee e do Potencial Compliance Brasil, Co-Autora do Livro Mulheres em Compliance – Editora Íthala – 1a Edição – 2020, Co-Autora do Livro Energia Limpa - Aspectos Jurídicos e Sustentabilidade - ESG Law - Prefácio: Ratinho Júnior, Guto Silva e Maria Victória - 2a Edição - 2025, Autora do E-book Guia Prático sobre Compliance - Compliance descomplicado para empreendedores (disponível na Amazon) - Colunista do Migalhas - Portal de notícias jurídicas, políticas e econômicas, Curso de Extensão – Global Business Administration – Compliance Empresarial pela ISAE-FGV; Professora e Palestrante na ESA - OAB/PR, Comitê Brasileiro de Compliance - UNISOCIESC, FAPAR/FAC/FACSUL.Tutoria no MBA em Compliance Empresarial na faculdade Polis Civitas, Palestrante no 1º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção na Administração Pública, promovido pela Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE-PR). Palestrante na Assembleia Legislativa do Paraná em 2020. Larga experiência no mercado financeiro na área de Direito Penal e Compliance, incluindo aspectos do FCPA E Bribery Act;

Negociar é preciso. litigar nem sempre

by Peterson Zacarella



No Brasil, diante de um conflito, a pergunta que surge quase por reflexo ainda é: "qual ação vamos propor?". Pouca gente pergunta, antes disso, se aquele conflito precisa mesmo nascer como processo. Fomos treinados a acionar o Estado antes de esgotar a conversa, a transformar divergência em lide e desconforto em petição inicial. O Judiciário deixou de ser ferramenta e virou primeira reação.

Os números confirmam o hábito. Segundo o relatório Justiça em Números 2026, do Conselho Nacional de Justiça, o país recebeu 40,9 milhões de processos novos em 2025, o maior volume da série histórica iniciada em 2009, e encerrou o ano com 75,5 milhões de processos em tramitação. No mesmo período, o índice de conciliação ficou em 11,2%: de cada cem sentenças e decisões terminativas, pouco mais de onze apenas homologaram um acordo. As demais precisaram que alguém decidisse pelas partes.

Não se nega, por evidente, a importância da jurisdição. Há conflitos que exigem tutela de urgência, coerção estatal, produção de prova, bloqueio patrimonial e a força de uma decisão judicial. O problema não está em recorrer ao Judiciário quando necessário. Está em recorrer por hábito, por vaidade ou por incapacidade de construir uma saída mais inteligente.

Nesse ambiente, a negociação ganhou má fama. A parte que aceita conversar parece fraca; o advogado que propõe composição parece menos combativo; o credor que escuta uma proposta parece disposto a abrir mão; o devedor que procura uma saída parece confessar culpa. Nada disso é verdade, e tudo isso custa muito caro.

Negociar é pensar antes de guerrear. É fazer a pergunta que a cultura forense costuma evitar: qual resultado útil se pretende alcançar, a que custo, em quanto tempo e com qual risco?

A formação que ensina a litigar

A cultura do litígio não nasce no balcão do fórum. Começa antes, numa formação jurídica que ainda confunde boa advocacia com capacidade de produzir peças, sustentar teses e recorrer indefinidamente. Aprende-se a atacar, a impugnar, a resistir, a "não deixar barato". Aprende-se o processo como técnica de combate e quase nada sobre o conflito como fenômeno humano, econômico e relacional.

Muitos de nós fomos formados para vencer disputas, não necessariamente para resolver problemas. A diferença é enorme. Vencer a disputa pode significar uma decisão favorável depois de anos de desgaste. Resolver o problema significa entregar ao cliente algo que ele consiga usar: valor preservado, risco reduzido, perdas evitadas e, quando possível, alguma funcionalidade restabelecida entre as partes.

Foi essa inquietação que me levou a escrever sobre a cultura e a cultuação do litígio. Não se trata apenas de reconhecer que litigamos demais, mas de perceber que, em muitos ambientes, a litigiosidade foi elevada quase à condição de virtude profissional: o bom advogado seria o que sempre endurece, a boa estratégia seria sempre a mais agressiva, e o processo, a língua natural de toda discordância.

Não faltam normas. O Código de Processo Civil, já no art. 3º, determina que o Estado promova, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos e que juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público estimulem a conciliação, a mediação e outros métodos consensuais, inclusive no curso do processo. O Conselho Nacional de Justiça, desde a Resolução nº 125/2010, mantém uma política pública de tratamento adequado dos conflitos, justamente para superar a ideia de que todo conflito merece o mesmo tratamento judicializado.

A autorização normativa existe há mais de uma década. O que falta é coragem cultural para levá-la a sério.

Negociar não é ceder

O equívoco mais comum é confundir negociação com concessão. Negociar pode envolver concessões, claro, mas a negociação séria não começa perguntando "quanto você aceita perder?". Começa perguntando qual é o caminho para o resultado mais útil, com o menor desperdício possível.

Ceder por fraqueza é uma coisa; compor por estratégia é outra. Quem negocia sem preparo, sem informação e sem leitura de risco pode, de fato, fragilizar sua posição. Quem negocia com técnica não enfraquece o direito: aumenta a chance de convertê-lo em resultado. Direito reconhecido tarde demais, às vezes, é apenas vitória moral com efeito econômico reduzido.

Com frequência, a parte prefere litigar porque não quer dar o braço a torcer. A disputa deixa de ser jurídica e vira identitária. Já não se discute só o contrato, o pagamento ou o dano; entram em cena orgulho, ressentimento, sensação de traição e desejo de punição. A parte não quer resolver, quer vencer. O problema é que, no processo, muitas vezes todos perdem antes que alguém vença.

Negociar também não exige ingenuidade. Ninguém está obrigado a aceitar proposta ruim, a tratar como razoável o que é abusivo, a "abrir mão" de garantias ou de medidas judiciais necessárias. A negociação madura convive bem com a firmeza. O que ela rejeita é o automatismo beligerante: a ideia de que toda conversa prévia é perda de tempo e de que conflito só se resolve depois de ganhar número no distribuidor.

Aqui o advogado pesa muito. Se alimenta a raiva do cliente para justificar a ação, perpetua a cultura do litígio. Se organiza o conflito, mede os riscos, identifica os interesses reais e apresenta alternativas, deixa de ser apenas representante processual e passa a gerir a solução.

O custo que não aparece na guia de custas

O processo custa muito mais do que custas e honorários. Custa tempo, foco, previsibilidade e fluxo de caixa. Custa relacionamentos e, às vezes, a saúde de quem está dentro dele. E, em muitos casos, custa exatamente aquilo que se queria proteger.

A empresa que judicializa o conflito com o fornecedor pode obter decisão favorável anos depois e descobrir que já perdeu a cadeia de fornecimento, a margem ou o cliente final. O locador que litiga indefinidamente pode ganhar a sentença e perder meses de renda. O credor que move uma execução longa pode vencer no papel e nada receber. A família que transforma a partilha

em guerra sai com os bens divididos e sem condições de sentar-se à mesma mesa.

O tempo do processo não é neutro: ele altera a realidade. Enquanto o feito tramita, empresas fecham, pessoas adoecem, bens se deterioram, provas se perdem e mercados mudam. A sentença chega sobre um mundo que já não é o mesmo.

Há conflitos em que a judicialização automática funciona como empobrecimento coletivo: todos gastam mais, se desgastam mais, se afastam mais, e a solução vem atrasada, quando vem. A decisão judicial tem valor, mas não é a única forma de pacificação e, muitas vezes, nem é a mais eficiente.

A Lei de Mediação caminha na mesma direção ao disciplinar a mediação entre particulares e a autocomposição envolvendo a Administração Pública. E traz um detalhe técnico que desmonta o receio de que "tentar conversar faz perder prazo": enquanto transcorre o procedimento de mediação, o prazo prescricional fica suspenso. A conversa informal não tem esse benefício. Tratativas, por si sós, não interrompem a prescrição; para isso é preciso uma das hipóteses do art. 202 do Código Civil, como o ato inequívoco do devedor que importe reconhecimento do direito. Negociar antes de litigar é sensato. Negociar sem vigiar o relógio da prescrição é imprudência. A mediação estruturada resolve as duas coisas de uma vez.

Negociar exige preparo, não improviso

Outro erro é imaginar que negociar seja apenas conversar. Conversar, qualquer um conversa. Negociar exige método, preparação, domínio emocional e leitura das variáveis que pesam na decisão do outro lado.

A preparação começa antes da primeira reunião. É preciso saber o que se quer, o que se pode aceitar e o que não se pode; qual é o risco da demanda e o custo do tempo; quais provas existem e quais faltam; qual é a capacidade econômica e a urgência real de cada lado. E, sobretudo, qual alternativa resta se a negociação fracassar. Roger Fisher e William Ury deram nome a isso: a melhor alternativa a um acordo negociado. Quem não conhece a própria alternativa não sabe quando dizer sim, nem quando se levantar da mesa.

Herb Cohen popularizou a ideia de que toda negociação gira em torno de três variáveis: tempo, informação e poder. Não é fórmula mágica, mas lembra que ninguém negocia no vácuo. No ambiente jurídico, essas variáveis aparecem o tempo todo. O tempo está no risco de prescrição, na urgência de uma tutela, na demora de uma perícia, na pressão do caixa. A informação está nos documentos, nas mensagens, nas provas técnicas e nos pontos fracos da tese. O poder está na prova robusta, na liquidez, na capacidade de execução, na necessidade de manter o contrato ou, simplesmente, na possibilidade de suportar o litígio por mais tempo.

Negociar sem mapear isso é sentar-se à mesa no escuro.

A emoção que o processo esconde

O Direito gosta de parecer racional. O processo se veste de técnica: prazos, requisitos, ônus, precedentes. Mas, por baixo dessa superfície, há pessoas decidindo. Partes, advogados e gestores decidem sob pressão, com informação incompleta, expectativas frustradas e medo do prejuízo e da exposição. Só depois essas percepções são traduzidas para a linguagem jurídica.

Reconhecer isso não diminui o Direito; torna-o mais honesto. Muito conflito se prolonga não porque seja juridicamente insolúvel, mas porque alguém não quer parecer derrotado, precisa preservar uma narrativa ou quer que o outro "sinta o peso". Ou porque o advogado, em vez de baixar a temperatura, aumenta o fogo, e o processo vira palco de desabafo.

Daí a importância do controle emocional. Quem perde o controle perde margem de

estratégia, capacidade de escuta e leitura de risco. Uma proposta inicial exagerada contamina a conversa inteira. Uma proposta vantajosa no papel, feita em tom de humilhação, mata o acordo. Uma ameaça vazia costuma produzir o efeito contrário. Uma palavra mal colocada transforma divergência superável em questão de honra. Em mais de vinte e cinco anos de advocacia, vi mais acordos morrerem pela forma do que pelo conteúdo.

Negociar bem exige humildade intelectual: admitir que a nossa tese pode não ser tão forte quanto parece, que o cliente pode estar emocionalmente comprometido, que nem toda vitória desejada é uma vitória útil. O papel do advogado não é amplificar a indignação do cliente, mas ajudá-lo a atravessar o conflito com inteligência.

O Judiciário não é inimigo; é ferramenta

Defender a negociação não é demonizar o Judiciário. Há situações em que negociar é inútil, perigoso ou contraproducente: má-fé evidente, ocultação patrimonial, violência, abuso de poder econômico, risco de perecimento do direito, urgência incompatível com tratativas longas. Nesses casos, judicializar é necessário. A negociação não pode virar fetiche, nem a composição, imposição moral. Há partes que só se movem diante da coerção e direitos que precisam ser afirmados por sentença.

O ponto é recolocar cada ferramenta no seu lugar. Não é preciso começar pelo processo; é preciso começar pelo que trará o melhor resultado. A jurisdição deve ser acionada quando for o meio adequado, e não quando for apenas o habitual. A negociação deve ser tentada quando puder produzir solução útil, e não para ganhar tempo ou simular boa-fé.

Por isso prefiro falar em meios adequados, e não alternativos, de solução de conflitos. "Alternativo" soa secundário, periférico, excepcional. "Adequado" é o que corresponde à natureza do conflito: às vezes a negociação direta, às vezes a mediação ou a conciliação, às vezes a arbitragem, às vezes o processo judicial. A maturidade está em saber distinguir.

A advocacia resolutiva

A advocacia precisa abandonar a falsa oposição entre combatividade e composição. O advogado que negocia não é menos advogado, e o que evita um processo desnecessário não está diminuindo sua relevância: está demonstrando valor.

Isso, aliás, nem é questão de estilo. O Código de Ética e Disciplina da OAB inclui entre os deveres do advogado estimular, a qualquer tempo, a conciliação e a mediação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios, e desaconselhar lides temerárias a partir de um juízo preliminar de viabilidade jurídica. Quem transforma toda divergência em ação, sem antes avaliar se havia caminho melhor, não está sendo combativo. Está deixando de cumprir um dever que a própria classe se impôs.

Há também um dado incômodo, que raramente aparece nesse debate: a forma como advogados são remunerados. Honorários atrelados a atos e fases processuais, somados à lógica da sucumbência, premiam, geralmente, o processo, não a solução. Enquanto o acordo bem construído for cobrado como trabalho menor, o mercado continuará empurrando o advogado para o distribuidor. A advocacia resolutiva pode estabelecer um modelo de cobrança que valorize o resultado entregue, e não a quantidade de petições.

Ajuizar uma ação costuma ser mais simples do que construir uma boa solução. A petição inicial, por mais complexa, opera numa lógica conhecida: fatos, fundamentos, pedidos. A negociação lida com variáveis menos controláveis: emoções, urgências, vaidades, informações incompletas,

interesses ocultos e limites econômicos. Resolver bem um conflito pode exigir mais inteligência prática do que transferi-lo ao Estado.

A advocacia resolutiva não é advocacia fraca; é advocacia estratégica. Sabe litigar quando precisa, mas não transforma o litígio em religião. Entende que o processo é instrumento, não identidade, e que o cliente não procura uma tese bonita: procura solução, previsibilidade e resultado.

Conclusão

O desafio, no fim, é formar profissionais capazes de perguntar, antes da petição inicial, se há um caminho mais eficiente; de explicar ao cliente que negociar não é capitular; de sustentar uma tese em juízo quando necessário e de construir uma composição quando possível. Em suma, trocar o confronto automático pela responsabilidade na escolha do método.

Nem todo conflito será resolvido por negociação. Nem toda parte agirá de boa-fé. Nem todo acordo será melhor do que uma sentença. Mas nada disso autoriza a conclusão inversa, de que todo conflito deva nascer judicializado.

Se a cultura jurídica brasileira quiser tratar os conflitos com maturidade, terá de abandonar a ideia de que a primeira prova de força é protocolar uma ação. Às vezes, a força está em sentar-se à mesa antes que o conflito vire processo, antes que o processo vire guerra e antes que a guerra consuma exatamente o que se pretendia proteger.

Negociar é preciso. Litigar, só quando for necessário. Negociar não é renunciar ao Direito. É impedir que ele seja usado, por reflexo, como instrumento de desgaste.

Referências

- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mar. 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 jun. 2015.
- COHEN, Herb. Você pode negociar tudo: como preparar e aperfeiçoar suas habilidades de negociação. Rio de Janeiro, Elsevier Ed., HSM Management, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Resolução nº 02, de 19 de outubro de 2015. Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 nov. 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Justiça em Números 2026: ano-base 2025. Brasília, DF: CNJ, 2026. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/. Acesso em: 13 out. 2026.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Brasília, DF: CNJ, 2010.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 672, de 11 de março de 2026. Altera a Resolução CNJ nº 125/2010. Brasília, DF: CNJ, 2026.
- FISHER, Roger; URY, William. Como chegar ao sim: A negociação de acordos sem concessões. 2.ª edição revista e ampliada, Rio de Janeiro, Imago Ed, 1994.
- ZACARELLA, Peterson. A cultura [e a cultuação] do litígio: por uma transformação na formação jurídica. Disponível na Amazon.br, 2025. ISBN 978-6501441665.

Peterson Zacarella

Advogado há mais de 25 anos. Mestre; professor universitário. É Coordenador Executivo da Comissão de Direito Processual Civil do Instituto Juristas e membro da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura (ABRASCI). Autor de "A cultura [e a cultuação] do litígio", dentre outras obras como coautor.



Redata: o Brasil deu desconto para gastar a água da Amazônia

by Aldo Soares Evangelista

Em 15 de setembro de 2026 foi sancionada a Lei nº 15.504, o Redata, que suspende por cinco anos Imposto de Importação, PIS/Cofins e IPI sobre equipamentos de data centers, com renúncia estimada em R$ 5,2 bilhões em 2026. Em troca, a empresa deve operar com energia renovável ou "de baixa emissão", gastar no máximo 0,05 litro de água de resfriamento por kWh, destinar 10% da capacidade ao mercado interno e aplicar em pesquisa no país 2% do valor comprado com o benefício.[1]

O problema está num parágrafo que passou sem debate: o § 7º do art. 11-B, inserido pelo Redata na Lei 11.196/2005, reduz em 20% essas duas contrapartidas para projetos no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que caem para 8% e 1,6%.[2] Onde a floresta está, onde a água é o próprio território e onde o Estado mal chega, a lei exige menos retorno.

O legislador chamou isso de incentivo regional. É o contrário. A Zona Franca de Manaus ensinou que isenção fiscal, mesmo com contrapartidas, produz uma ilha de produção cercada de carência quando nada a amarra ao território.[3]

O Redata repete a receita para a infraestrutura mais sedenta de energia e água deste século, e o faz quando o primeiro data center de inteligência artificial da Amazônia já está anunciado: Elea e Axia em Belém, 7,5 megawatts iniciais com expansão para 100, operação em 2027.[4] O anúncio fala em cabos submarinos; não fala em água nem licenciamento.

Os Estados Unidos mostram o fim dessa história. A isenção da Virgínia custou US$ 1,6 bilhão em 2025.[5] A conta chegou: a Gallup mediu 71% de oposição a data centers de IA na própria comunidade,[6] e Monterey Park baniu data centers com 88% dos votos.[7] O país que inventou o modelo o está desmontando, enquanto o Brasil o importa com desconto para a Amazônia.

O Direito Amazônico, campo que pensa a região a partir dela mesma, da realidade dos povos da floresta e dos rios, da sua história e biodiversidade, e não a partir de Brasília nem de uma visão eurocêntrica, tem uma objeção a fazer. O art. 170 da Constituição submete a ordem econômica à defesa do meio ambiente e à redução das desigualdades regionais; o art. 225 impõe ao poder público preservar os processos ecológicos essenciais.

Uma lei que reduz a contrapartida justamente na região mais frágil inverte os dois comandos: trata a desigualdade como vantagem comparativa a ser vendida, não como déficit a corrigir. E ignora a física. A própria indústria admite que o resfriamento consome cerca de 40% da eletricidade de um data center e muita água, e recomenda instalá-los em regiões frias, onde o ar faz o trabalho do compressor.[8] A Amazônia é o avesso disso: gastará mais água e energia por kWh do que qualquer outra região. E a energia "de baixa emissão" da lei pode ser gás.

A saída não é proibir data centers na Amazônia, é inverter as contrapartidas: onde o

impacto é maior, a exigência deve ser maior. Fundo local alimentado por percentual da receita, consulta às comunidades afetadas no licenciamento, publicação do consumo real de água e energia por bacia e circuito fechado de água com reúso, tecnologia que empresas brasileiras já usam, como condição do alvará, e data centers sustentável.

Se nada mudar, a Amazônia vai repetir a Zona Franca em versão digital: uma ilha de servidores refrigerada com água de rio, cercada de gente sem água encanada e sem conexão com a internet de qualidade, treinando modelos que decidem a milhares de quilômetros. Desenvolvimento regional é quando a região fica com o desenvolvimento. Aqui, a Amazônia fica com a conta.

Notas

- [1] BRASIL. Lei nº 15.504, de 15 de setembro de 2026. Institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata). Diário Oficial da União, Brasília, 15 set. 2026, ed. extra. A estimativa de renúncia (R$ 5,2 bilhões em 2026 e cerca de R$ 1 bilhão em cada um dos dois anos seguintes) consta do parecer da relatoria no Senado Federal, aprovado em 1º set. 2026.
- [2] Lei nº 11.196/2005, art. 11-B, § 7º, inserido pela Lei nº 15.504/2026: "Na hipótese de o estabelecimento da pessoa jurídica habilitada localizar-se nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os compromissos de que tratam os incisos I e V do § 1º deste artigo serão reduzidos em 20% (vinte por cento)". Os incisos I e V fixam, respectivamente, o mínimo de 10% do fornecimento efetivo de processamento ao mercado interno e o investimento no país de 2% do valor dos produtos adquiridos com o benefício; os 8% e 1,6% resultam da redução. O índice de eficiência hídrica (inciso IV) não é reduzido.
- [3] BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2.872/2021-Plenário (TC 042.406/2020-0), rel. Min. Weder de Oliveira, 1º dez. 2021: levantamento sobre a Zona Franca de Manaus aponta ausência de avaliação sistemática de resultados, de indicadores e metas, e concentração de 55% dos incentivos em sete microrregiões. Sobre as contrapartidas vigentes (Processo Produtivo Básico e aplicação de 5% do faturamento em P&D, Lei nº 8.387/1991), cf. HOLLAND, Márcio. Gastos tributários no Brasil e o custo fiscal da Zona Franca de Manaus. São Paulo: FGV EESP, 18 jun. 2025, que estima o gasto tributário da ZFM entre R$ 24 e R$ 55 bilhões anuais (2021-2024). Sobre o efeito de enclave, cf. FREIRE, José Ricardo Bessa. ZFM e modelos alternativos para o desenvolvimento do Amazonas. Manaus: UFAM, 2018.
- [4] O LIBERAL. Belém terá primeiro data center de inteligência artificial da Amazônia em 2027. Belém, 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.oliberal.com/economia/belem-tera-primeiro-data-center-de-inteligencia-artificial-da-amazonia-em-2027-saiba-mais-1.1139226. Acesso em: 9 out. 2026.
- [5] BLOOMBERG TAX. Data centers won billions in tax breaks; some states are balking. Jan. 2026. Disponível em: https://news.bloomberglaw.com/daily-tax-report/data-centers-won-billions-in-tax-breaks-some-states-are-balking. Acesso em: 9 out. 2026. O dado da Virgínia (US$ 1,6 bilhão no exercício fiscal de 2025) foi divulgado pelo próprio Estado em dezembro de 2025.
- [6] GALLUP. Pesquisa nacional sobre data centers de inteligência artificial, maio 2026: 71% dos norte-americanos se opõem à construção de data centers de IA em sua comunidade; 48% se opõem fortemente. Cf. CONSUMERAFFAIRS. Gallup poll finds strong opposition to local data centers. 14 maio 2026. Disponível em: https://www.consumeraffairs.com/news/gallup-poll-finds-strong-opposition-to-local-data-centers-051426.html. Acesso em: 9 out. 2026.
- [7] Measure NDC, Monterey Park (Califórnia), eleição especial de junho de 2026, aprovada com 88,33% dos votos: primeira proibição permanente de data centers aprovada por consulta popular nos Estados Unidos. Cf. COLORADO BOULEVARD. Coalition marks passage of Monterey Park data center ban. 30 jun. 2026. Disponível em: https://www.coloradoboulevard.net/coalition-marks-passage-of-monterey-park-data-center-ban/. Acesso em: 9 out. 2026.
- [8] BERNARDINO, Marcelo. Como ter um data center realmente "verde". MIT Sloan Management Review Brasil, 13 set. 2024 (atualizado em 15 set. 2025). O autor, CEO da Indra/Minsait no Brasil e conselheiro da Brasscom, cita dados da Agência Internacional de Energia (2024): climatização responde por cerca de 40% da eletricidade dos data centers e exige grandes volumes de água; recomenda o free cooling em regiões frias e registra que empresas brasileiras já adotam circuitos fechados de água com reúso. Disponível em: https://mitsloanreview.com.br/como-ter-um-data-center-realmente-verde/. Acesso em: 12 out. 2026.

Aldo Soares Evangelista

Procurador Municipal de Carreira. Doutorando em Ciência Jurídica pela UNIVALI. Educador em Direitos Digitais, startups e empreendedorismo inovador. É Palestrante, Empreendedor e Músico. Desenvolve trabalhos voluntários. Presidente da Comissão de Direitos Digitais, Startups e Inovação da OAB-AM, há 8 anos.



Inteligência Artificial sim. Advocacia sem advogado, não.

by Afonso Paciléo

A Inteligência Artificial (IA) não é uma ameaça que a advocacia deva combater. É uma transformação que precisamos compreender, dominar e incorporar ao exercício profissional. Resistir à tecnologia seria ignorar uma das maiores revoluções da história contemporânea do Direito. Entretanto, aceitar a inovação não significa admitir que, sob seu argumento, sejam relativizadas as normas que regulamentam a profissão, a independência técnica dos advogados e as garantias fundamentais dos jurisdicionados.

É exatamente nesse contexto que deve ser analisada a ação civil pública ajuizada pela OAB São Paulo contra a empresa de tecnologia Enter. O debate não pode ser reduzido à narrativa simplista de que a Ordem estaria tentando impedir o avanço tecnológico para proteger uma reserva de mercado. Essa interpretação desconsidera os fundamentos jurídicos da controvérsia e, sobretudo, a função constitucional da advocacia.

O artigo 133 da Constituição Federal estabelece que o advogado é indispensável à administração da Justiça. Não se trata de um privilégio corporativo, mas de uma garantia institucional destinada à proteção dos direitos dos cidadãos, à preservação do contraditório e à efetividade do acesso à Justiça.

A Lei nº 8.906/1994, por sua vez, estabelece as atividades privativas da advocacia e disciplina seu exercício profissional. Portanto, a discussão central não está na utilização da inteligência artificial, mas na possibilidade de uma empresa de tecnologia ultrapassar a condição de fornecedora de ferramentas e passar a desempenhar, materialmente, funções reservadas aos profissionais legalmente habilitados.

O modelo de negócio e a preocupação da OAB São Paulo

Segundo os fundamentos apresentados pela OAB São Paulo, a Enter oferece soluções tecnológicas voltadas especialmente à gestão de grandes carteiras de processos judiciais, utilizando inteligência artificial para analisar documentos, organizar informações, sugerir estratégias e produzir minutas de peças processuais.

Até aqui, a utilização dessas ferramentas, por si só, não representa necessariamente uma irregularidade. Sistemas de jurimetria, automação documental e inteligência artificial generativa podem contribuir significativamente para a eficiência da atividade jurídica. A preocupação surge quando se examina a estrutura de contratação, a distribuição das responsabilidades e o efetivo controle da atividade profissional.

A questão central: a quem a plataforma é oferecida

É preciso deixar um ponto de clareza solar: a ação judicial da OAB São Paulo contra a Enter não se dirige ao uso da inteligência

artificial por advogados. O que se questiona é o modelo pelo qual uma empresa que não é sociedade de advocacia oferece diretamente a clientes empresariais uma solução destinada à gestão e à execução de atividades jurídicas.

Segundo a descrição comercial apontada nessa controvérsia, a plataforma é vendida diretamente a empresas e não disponibilizada, como produto de contratação, a sociedades de advogados ou profissionais autônomos. Essa alegada restrição comercial deve ser demonstrada pelos documentos e contratos pertinentes; não se confunde com a possibilidade de advogados participarem da operação ou utilizarem funcionalidades do sistema no atendimento a clientes.

A diferença é decisiva. Se um advogado contrata uma ferramenta para auxiliar seu trabalho, permanece clara a posição instrumental da tecnologia. Se uma sociedade empresária não habilitada como sociedade de advocacia comercializa, em nome próprio, uma prestação materialmente jurídica e organiza sua execução, é necessário verificar se houve transposição dos limites estabelecidos pelos artigos 1º, 3º, 15 e 16 da Lei nº 8.906/1994. Não basta o rótulo de "plataforma": importa a realidade contratual e operacional.

Isso tampouco significa concluir antecipadamente que a Enter tenha cometido infração. A empresa contesta essa interpretação e sustenta que os atos privativos e as decisões jurídicas cabem a advogados habilitados. Cabe ao Judiciário examinar as provas, a efetiva autonomia dos profissionais e a natureza do serviço oferecido. O ponto institucional permanece: defender a liberdade de usar IA na advocacia é perfeitamente compatível com exigir que a prestação de serviços jurídicos observe a legislação profissional.

A controvérsia envolve a hipótese de grandes empresas passarem a contratar diretamente uma plataforma tecnológica para centralizar a gestão do contencioso, com possível redução ou substituição da relação tradicional com escritórios de advocacia. Nesse arranjo, advogados ou escritórios permanecem responsáveis pelos atos processuais, enquanto parte substancial da análise e da organização estratégica pode ser conduzida pela empresa de tecnologia.

É importante registrar que a Enter contesta a caracterização feita pela OAB e afirma que as decisões jurídicas, a revisão e a assinatura das peças permanecem sob responsabilidade de advogados habilitados.

Essa divergência deverá ser examinada judicialmente, mediante análise do funcionamento concreto do serviço. Entretanto, a questão jurídica é legítima e merece enfrentamento: quem efetivamente presta o serviço jurídico, quem determina a estratégia processual e quem exerce o controle sobre o trabalho desenvolvido?

Se a empresa de tecnologia assume, na prática, o relacionamento comercial central, a definição das estratégias e a organização da atuação dos profissionais, não basta a existência formal de um advogado ao final do procedimento para afastar todas as preocupações legais e éticas. A assinatura de uma petição não pode se transformar em simples chancela de decisões previamente tomadas por terceiros.

Captação de clientela e mercantilização da advocacia

Outro aspecto fundamental está relacionado à intermediação de serviços jurídicos. O artigo 34, incisos III e IV, do Estatuto da Advocacia estabelece infrações disciplinares relacionadas à utilização de agenciadores de causas e à captação irregular de clientela. O Provimento nº 205/2021 do Conselho Federal da OAB, ao disciplinar o marketing jurídico, também estabelece limites destinados a impedir a mercantilização da profissão.

Naturalmente, nem toda contratação de tecnologia por departamentos jurídicos representa captação ilícita de clientes. Tampouco a contratação de serviços administrativos, softwares ou sistemas de automação configura, automaticamente, exercício irregular da advocacia.

A distinção está na realidade da operação. Uma coisa é uma empresa contratar tecnologia

para auxiliar seus advogados. Outra, juridicamente distinta, é uma plataforma assumir a posição econômica e operacional de prestadora principal de serviços jurídicos, relegando os advogados à condição de executores subordinados de estratégias definidas externamente.

Se essa segunda hipótese for demonstrada, haverá fundamentos relevantes para questionar a compatibilidade do modelo com a legislação profissional. A advocacia não pode ser reduzida a uma etapa acessória de um processo industrial de produção de peças jurídicas.

Independência técnica e responsabilidade profissional

Talvez o ponto mais sensível da discussão seja a independência do advogado. A tecnologia pode sugerir argumentos, identificar precedentes, classificar riscos e produzir minutas. Entretanto, a definição da estratégia jurídica exige autonomia, discernimento e responsabilidade profissional.

O advogado não pode ser obrigado a aceitar uma tese porque um algoritmo a classificou como economicamente mais eficiente. Também não pode assumir responsabilidade disciplinar por uma peça cujo conteúdo não teve condições reais de examinar.

Existe uma diferença profunda entre supervisão humana efetiva e supervisão meramente formal. A primeira pressupõe tempo adequado, acesso às informações, capacidade de revisão e liberdade para discordar das recomendações automatizadas. A segunda transforma o profissional em responsável por decisões sobre as quais não exerce controle verdadeiro.

É por isso que considero especialmente pertinentes as preocupações da OAB São Paulo com a rastreabilidade das decisões, a identificação dos responsáveis, a revisão efetiva dos documentos e a preservação da autonomia técnica. O desenvolvimento tecnológico não pode produzir uma contradição: retirar do advogado o poder de decidir e, simultaneamente, conservar sobre ele toda a responsabilidade pelos resultados.

Sigilo profissional, proteção de dados e transparência algorítmica

Há ainda uma dimensão que ultrapassa os interesses corporativos da advocacia: a proteção das informações jurídicas. Plataformas que processam grandes volumes de documentos judiciais podem ter acesso a dados pessoais, informações estratégicas, documentos empresariais e conteúdos protegidos por sigilo profissional ou judicial.

A Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, exige bases legais adequadas, finalidade legítima, necessidade, segurança e observância dos direitos dos titulares. O Estatuto da Advocacia e o Código de Ética e Disciplina também impõem deveres específicos de confidencialidade. Nesse cenário, é indispensável esclarecer como as informações são armazenadas, compartilhadas, utilizadas e eventualmente incorporadas aos processos de aprimoramento dos sistemas.

A utilização de teses jurídicas, estratégias processuais ou documentos de determinados clientes para aperfeiçoar soluções destinadas a terceiros exige especial atenção às obrigações contratuais, à confidencialidade e à legislação aplicável.

A Enter afirma adotar mecanismos de proteção de dados e não utilizar informações de clientes para treinamento de modelos de inteligência artificial. Essas declarações integram o contraditório e devem ser consideradas na avaliação das questões levantadas. Transparência, auditabilidade e segurança não representam obstáculos à inovação. São condições necessárias para que ela conquiste legitimidade e confiança.

A OAB SP está defendendo o futuro, não o passado

É importante reconhecer que a OAB São Paulo, sob a presidência de Leonardo Sica, não tem adotado uma postura contrária à inteligência artificial. Ao contrário, a Seccional

vem promovendo debates, pesquisas, iniciativas de capacitação e projetos voltados à integração da tecnologia à atividade jurídica.

Pesquisa divulgada em março de 2026 apontou que 77% dos profissionais participantes já utilizavam frequentemente inteligência artificial em suas atividades. O dado demonstra que a transformação tecnológica deixou de ser uma perspectiva distante e passou a integrar a realidade da advocacia.

O próprio Conselho Federal da OAB reconheceu, em agosto de 2026, a necessidade de atuação institucional contra empresas de inteligência artificial que eventualmente pratiquem atos privativos da profissão. Portanto, não estamos diante de uma discussão isolada, mas de um desafio nacional que exige posicionamento institucional, regulamentação adequada e diálogo com o setor tecnológico.

A iniciativa da OAB São Paulo tem o mérito de levar ao Poder Judiciário uma controvérsia concreta, permitindo que os limites entre automação tecnológica e exercício profissional sejam examinados à luz da Constituição e da legislação vigente. Isso não significa antecipar a conclusão de que houve ilegalidade. Significa reconhecer que a inovação também está submetida ao Estado de Direito.

O caminho é regulamentar, capacitar e inovar

Defender a advocacia não pode significar defender modelos ultrapassados de trabalho. Os escritórios precisarão rever estruturas, investir em tecnologia, desenvolver novas competências e oferecer serviços jurídicos cada vez mais estratégicos. A Inteligência Artificial poderá democratizar ferramentas antes acessíveis apenas a grandes organizações, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade da prestação profissional.

Mas essa transformação precisa ocorrer com o advogado no centro da atividade jurídica. O futuro exige regras claras sobre supervisão humana, responsabilidade profissional, independência técnica, governança algorítmica, proteção de dados e limites à intermediação comercial dos serviços advocatícios.

Também exige que a própria OAB amplie os programas de capacitação e estimule ambientes de inovação responsáveis, evitando que a regulamentação se transforme em barreira desproporcional à entrada de novas soluções tecnológicas.

Não precisamos escolher entre a inteligência artificial e a advocacia. Precisamos construir um modelo em que ambas avancem juntas. A discussão provocada pela ação contra a Enter representa uma oportunidade para estabelecer parâmetros jurídicos que poderão orientar todo o mercado brasileiro de tecnologia aplicada ao Direito.

Minha posição é clara: sou defensor da inteligência artificial, da modernização dos escritórios e da transformação digital da Justiça. Mas também considero correta e necessária a atuação da OAB São Paulo na defesa da legalidade, das prerrogativas profissionais e da independência da advocacia.

A tecnologia deve ampliar a capacidade do advogado, não esvaziar sua função. Deve fortalecer a Justiça, não transformar a responsabilidade profissional em uma formalidade. A Inteligência Artificial certamente fará parte do futuro da advocacia. O que não podemos admitir é que esse futuro seja construído sem a participação efetiva daqueles que, por determinação constitucional, são indispensáveis à administração da Justiça.

Afonso Paciléo

Advogado; Conselheiro Estadual e Secretário Cultural da OAB São Paulo.



ITCMD sobre bens no exterior: lei nula não renasce

by Nilo José Mingrone

Irretroatividade, anterioridade e a janela de 2026 depois da LC 227/2026 e da ADI 6.838

Com a publicação da Lei Complementar 227, em 14 de janeiro de 2026, encerrou-se a longa espera pela norma geral exigida pelo art. 155, § 1º, III, da Constituição para o ITCMD nas heranças e doações com elementos no exterior. A notícia foi recebida, em boa parte do mercado, como o fim da discussão: "agora os Estados podem cobrar". Proponho aos colegas uma leitura mais cuidadosa. Os Estados podem cobrar, sim, mas não sobre qualquer fato, nem a partir de qualquer data, nem com base em qualquer lei.

A LC 227 não cria imposto

A lei complementar de normas gerais não institui tributo; delimita a competência que cada Estado exercerá por lei própria. A incidência, portanto, nasce da lei estadual, e é a ela que se aplicam as garantias do art. 150, III, da Constituição: a irretroatividade (alínea "a"), a anterioridade anual (alínea "b") e a nonagesimal (alínea "c"). O ITCMD não figura entre as exceções do § 1º desse artigo.

A consequência é direta. Doações e sucessões consumadas antes da vigência da lei estadual válida não são alcançadas, por força também do art. 144 do CTN. E a lei estadual editada em 2026, ainda que perfeita, só poderá produzir efeitos no exercício seguinte, respeitados noventa dias de sua publicação.

A armadilha: as leis antigas

O risco real não está nas leis novas, mas nas antigas. Diversos Estados editaram, muito antes de 2026, dispositivos prevendo o ITCMD sobre bens e partes no exterior. No Tema 825 (RE 851.108), o Supremo fixou que essa cobrança é vedada sem a lei complementar, modulando os efeitos a partir de 20 de abril de 2021. A pergunta que se colocará agora nas Fazendas estaduais é previsível: publicada a LC 227, essas leis voltariam a produzir efeitos?

O argumento fazendário terá endereço certo: a tese firmada para o ICMS-DIFAL, segundo a qual leis estaduais editadas antes da lei complementar seriam válidas, embora com eficácia suspensa até a sua edição. Se transposta ao ITCMD, permitiria às Fazendas sustentar a aplicação imediata de leis com décadas de existência, talvez até sem anterioridade.

O Supremo já respondeu

A transposição não se sustenta, e o próprio Supremo já indicou o caminho. Ao julgar a ADI 6.838, em outubro de 2025, sobre a lei mato-grossense do ITCMD, o Plenário declarou a inconstitucionalidade dos dispositivos relativos ao exterior e afastou expressamente a tese de que a Emenda Constitucional 132/2023, que conferiu competência transitória aos Estados, os teria convalidado. A validade da lei se afere pelo parâmetro vigente quando editada, e o Tribunal reiterou que não admite a constitucionalidade superveniente. No mesmo sentido, há decisão afastando a aplicação do art. 4º da lei paulista (Lei 10.705/2000) a doações vindas do exterior após a EC 132.

Se nem uma emenda constitucional ressuscita a lei nula, uma lei complementar tampouco o fará. A diferença em relação ao DIFAL é de natureza: lá, discutia-se a eficácia de leis editadas por ente que já detinha a competência; aqui, trata-se de leis editadas sem competência para tanto, e por isso declaradas inconstitucionais. Lei nula não entra em estado de espera. Simplesmente não existe para o futuro.

Os pontos que merecem debate

Nem tudo, porém, é pacífico, e é aí que convido os colegas à discussão. Primeiro: há Estados, como Paraná e Amazonas, que legislaram após a EC 132, com base na competência transitória do seu art. 16. Essas leis permanecem eficazes no que forem compatíveis com a LC 227, ou a norma geral superveniente suspende, nos termos do art. 24, § 4º, da Constituição, tudo o que com ela conflitar? Segundo: a anterioridade deve ser contada de cada lei estadual ou admite alguma flexibilização quando a lei apenas reproduz os critérios da norma geral? Terceiro: a modulação do Tema 825, que ressalvou ações pendentes, alcança fatos ocorridos entre a EC 132 e a vigência das novas leis?

A consequência prática: 2026 é o ano das decisões

Nos Estados que não dispõem de lei válida editada após a EC 132, as transmissões com elemento no exterior que se consumarem até 31 de dezembro de 2026 tendem a escapar tanto da cobrança quanto do novo regime, que traz progressividade obrigatória de até 8% e base a valor de mercado para participações não cotadas. Uma advertência, contudo, é indispensável: no trust e nas estruturas assemelhadas, o fato gerador previsto na LC 227 é a transferência ao beneficiário ou a morte do instituidor, e não a constituição. Criar uma estrutura revogável em 2026 não congela nada; somente as transmissões efetivamente consumadas no ano se beneficiam da janela.

Planejar com base nessa leitura exige mapear, Estado por Estado, a existência de lei válida, sua data de publicação e sua compatibilidade com a LC 227. Exige também documentar cada ato com data certa, porque a discussão chegará aos tribunais.

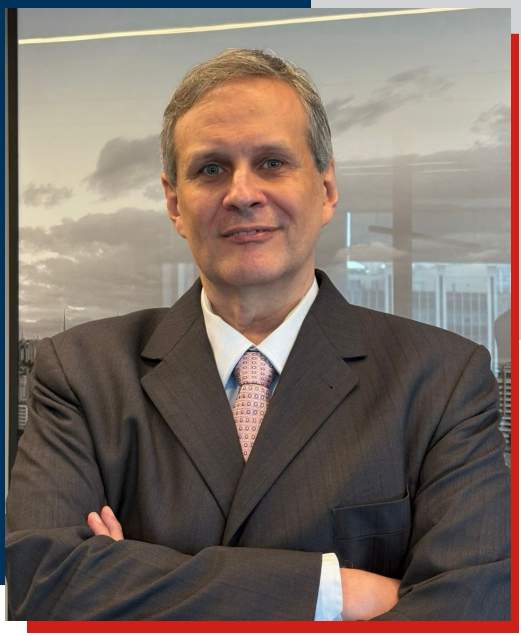
Conclusão

A LC 227 é um avanço em segurança jurídica, mas não é uma borracha que apaga a Constituição. Irretroatividade e anterioridade continuam a proteger o contribuinte, e o Supremo já deixou claro que lei inconstitucional não renasce por norma posterior. O tema está aberto, e as próximas leis estaduais serão o seu campo de prova. Proponho que a advocacia o enfrente agora, antes que a primeira cobrança chegue, e deixo o debate aberto aos colegas que queiram contribuir com esta reflexão.

Nilo José Mingrone

Advogado (OAB/SP 92.381). Mingrone e BrandarizSociedade de Advogados | IBC – International Business.





A advocacia corporativa contemporânea

by Leonardo Barém Leite

Há cerca de 70 anos (mais ou menos na década de 1960) o Brasil começou a construir uma advocacia mais preparada para lidar com questões especificamente empresariais, que em vários aspectos era (e continua sendo) bem distinta da "mais tradicional", que apoiava mais os indivíduos, as pessoas naturais/físicas - e aos poucos passamos a entender e a conviver com "duas advocacias", a depender dos temas, dos casos concreto e das características dos clientes.

E há mais ou menos 40 anos (dos anos "1990" em diante) aprendemos que havia "mais uma" advocacia, que "nasceu" da empresarial, mas que buscou a especialização "nos negócios" e nas empresas (e não "apenas" no direito em si), nos temas e nas questões mais corporativas - em linha com os planos de negócios e as operações das empresas, abordando temas mais estratégicos. É o que costumamos chamar de advocacia que "conversa" com investidores, CEOs, conselhos e diretorias, sendo mais estratégicas para os negócios. Uma advocacia "de negócios".

Essa modalidade da advocacia empresarial, que chamamos de corporativa, demandou muita "adaptação", tanto do ambiente corporativo (que precisou entender como, onde e em que poderíamos agregar valor, ajudar no negócio, melhorar oportunidades, precificar riscos, construir modelos de negócios mais rentáveis e com isso sustentáveis etc.) quanto da advocacia empresarial que precisou entender que essa modalidade demanda advogados e advogadas efetivamente corporativos(as), com mentalidade corporativa, conhecimento e experiência em negócios, visão e postura corporativa, ritmo e velocidade, abordagem, formas de comunicação e de trabalho etc.

Especialmente desde a chegada dos "anos 2000" muitos de nós trabalhamos fortemente para a consolidação, o reconhecimento e a valorização da advocacia corporativa, construindo métodos de trabalho, formação e desenvolvimento, cursos, livros, encontros e eventos, grupos de estudo, comissões, congressos e feiras, e muito, muito treinamento – além de construirmos muito valor, explicando e justificando "ao negócio" a nossa participação e colaboração.

Nesse período, muitos "departamentos jurídicos", executivos jurídicos e advogados corporativos em geral foram melhorando, aprendendo, evoluindo e se especializando em empresas e em negócios, conquistando seu espaço e sendo reconhecidos e valorizados. E foi um grande ganho e uma grande conquista para essa advocacia e para as empresas que a valorizou.

A evolução, porém, é constante e permanente, e agora (nos anos 2020) demanda "novamente" muita atenção ao mundo corporativo, à evolução da tecnologia (assim como da automação, da internet, nos algoritmos e aplicativos, da inteligência artificial etc.).

Em certa medida a realidade atual nos abre muitas novas possibilidades e campos de trabalho, pois vivemos uma fase da sociedade, da tecnologia, da vida e do mercado corporativo que é tão "diferente" do que até então havia e conhecíamos que é "nova" para todos. Ou seja, abre espaço para uma certa "nivelação", e um certo "oceano azul".

De outro lado, porém, e seguindo a máxima de que "tudo tem ao menos dois lados", a "nova fase" (que nem é mais tão nova) demanda uma adaptação/um ajuste extremamente rápido e complexo para o que o mundo corporativo quer e espera da "advocacia corporativa contemporânea".

Encontrar e conhecer esse "novo conceito" será o grande diferencial para todos nós, pois praticamente "tudo" o que era valorizado pelas pessoas, pelas empresas e até pela sociedade em geral, que demandava muitos e muitos anos de estudo, de prática, de conhecimento, de experiencia e de trabalho duro, e que em certa medida "pautou" a advocacia corporativa por algumas décadas "acabou".

A automação de toda a operação (no caso jurídica) e a chegada da inteligência artificial, desloca toda a advocacia tradicional para "um outro lugar", que precisamos descobrir e ocupar.

Pessoas, clientes, executivos em geral já não valorizam os anos de estudo e de conhecimento, a profundidade com que muitos conheciam doutrinas, leis e regulamentos, jurisprudência e assim por diante, e nem a capacidade de elaborar documentos, peças, manifestações etc que muitos agora alocam "às máquinas e softwares, bem como plataformas etc.". Em certa medida "tudo o que é simples, operacional, padronizado e que estiver "na internet" pode ser buscado e construído em segundos de forma muito mais rápida e atualizada do que os humanos conseguem fazer – e em muitos casos de maneira mais barata.

Nessa linha quem antes acreditava que éramos operadores do direito agora precisa entender que somente teremos espaço e trabalho no universo corporativo atual (e daqui por diante) se formos capazes de ser estrategistas jurídicos.

Da união da tecnologia, da padronização, da automação, da rapidez e do custo baixo (transferindo para "os softwares e as plataformas" toda a operação) com o talento, a experiencia, e as efetiva geração de valor dos humanos que efetivamente forem "os melhores" e mais estratégicos, que consigam chegar no que de fato os negócios e as empresas precisam, construiremos a nova advocacia corporativa.

Esse "futuro" já chegou, está entre nós há alguns anos, e vem transformando profundamente a advocacia corporativa e a sua relação com empresas, parceiros, executivos, investidores etc. – afetando a todos nós que agora precisamos novamente nos reinventar e adaptar "aos novos tempos".

Questões e temas "mais simples e corriqueiros", que sejam efetivamente replicáveis, automatizados, e "delegados" à IA, não mais chegarão a nós, e caberá a quem conseguir passar a praticar a advocacia corporativa efetivamente estratégica entender, perceber e ajudar o mundo corporativo a criar uma nova parceria, uma nova forma de atuação conjunta "da máquina" com os estrategistas jurídicos.

A transformação que vem ocorrendo (e que talvez esteja "apenas começando") nas carreiras jurídicas, nos escritórios de advocacia, nas escolas/faculdades, nos departamentos jurídicos, nos treinamentos e nos cursos, da ordem, das regulamentações, e dos relacionamentos, dentre outros, é tão grande e profunda que o "modelo de ontem" já não vale mais.

Temos que ter consciência dessa transformação e refletir profundamente sobre o nosso papel e o nosso lugar nesse "novo mundo", para vermos se queremos e se podermos continuar nesse "jogo", para que em caso afirmativo nos preparemos, nos adaptemos, e consigamos lutar para que consigamos ser (ou continuar a ser) valorizados, estratégicos e acionados pelas empresas e pelos negócios.

As oportunidades e os desafios "estão ai", para todos!

Leonardo Barém Leite

Sócio sênior do escritório "Almeida Advogados" em SP, especialista em negócios e na advocacia corporativa, Direito Societário e Contratos, Fusões e Aquisições, Governança Corporativa, Sustentabilidade e ESG, "Compliance", Concorrencial, Projetos e Operações Empresariais, e Direito Corporativo e Estratégico em geral; também é árbitro, professor, conselheiro de empresas, e autor de diversas obras. Presidente da Comissão de Direito Societário, Governança Corporativa e ESG da OAB-SP/Pinheiros.



O futuro do Direito: comunicação jurídica ética com uso de Inteligência Artificial

by Alice Castanheira

Comunicar já não é mais uma opção, mas sim uma necessidade para se manter no mercado de trabalho e na vida em sociedade. Nos últimos anos, com o advento das redes sociais, nunca se falou, criticou e julgou tão demasiadamente, em contrapartida, se ouviu tão pouco. Todos os dias, há um bombardeio de informações, telas, imagens, áudios e câmeras. Vivemos definitivamente a era da comunicação e, de quebra, o avanço da tecnologia.

Ao longo do tempo, comunicação deixou de ser o que uma pessoa fala, mas sim o que a outra entende. Não importa o país, o continente ou o idioma. No Brasil ou na América Latina, as barreiras linguísticas estão diminuindo cada vez com o advento da Inteligência Artificial (IA) no mundo jurídico.

A comunicação é uma habilidade cada vez mais valorizada e que, muitas vezes, reflete poder. Na prática, esse poder se transforma na capacidade de fazer com que as coisas aconteçam, na assertividade, no convencimento, na retórica e até no conhecimento.

A gestão do conhecimento e da informação - aliada a uma boa comunicação - tornou-se desafio para a maioria dos mortais. Vale dizer que a comunicação é um processo multidisciplinar e abrangente. Quem se comunica bem gera menos mal-entendidos, mobiliza mais as pessoas, obtém melhores resultados e se posiciona melhor.

Comunicar envolve exposição e, muitas vezes, tornar-se o centro das atenções. No mundo jurídico, a comunicação sempre foi um dos pilares da atividade profissional. Falar e escrever bem são características essenciais a todos que trabalham com o Direito. O modo como o advogado é visto – e lembrado - é o que determina sua efetividade e credibilidade na sociedade, seja na relação com cliente, na interface com tribunais ou na divulgação de informações jurídicas no mundo moderno.

O avanço da comunicação jurídica – intensificado pela expansão das redes sociais – ocorre na esteira do fortalecimento de um novo espírito de cidadania, nascido de uma sociedade civil supostamente mais organizada e consciente de direitos e deveres.

Com o advento da Inteligência Artificial (IA), um novo cenário surge com transformações diárias e impactantes no dia a dia do profissional jurídico. O aparecimento de ferramentas capazes de gerar textos, traduzir conteúdos jurídicos complexos e interagir de forma automatizada trazem novas possibilidades ao mercado jurídico, mas também levantam preocupações éticas que não podem ser ignoradas. Ou seja, essas questões devem ser devidamente observadas, praticadas e regulamentadas, se forem necessárias.

As batalhas jurídicas do futuro serão travadas com a participação da IA. Na prática, não há mais como retroceder. A tecnologia não será capaz de mudar a simbiose entre expertise, reputação, posicionamento e planejamento estratégico.

O certo é que o advogado do futuro não será substituído pela IA, mas será trocado por um advogado que usa IA. O futuro do Direito não se trata mais de apenas conhecer e aplicar as leis, mas de saber aplicá-las de maneira eficiente, estratégias e em tempo hábil.

Assim, presume-se que o advogado moderno tem que ter algumas características, como: comunicação clara e eficiente, domínio de ferramentas tecnológicas, visão estratégica de negócios, foco na experiência do cliente e especialização em nichos específicos.

Então, como se comunicar utilizando a tecnologia de forma ética?

É comum surgirem dúvidas: como devo me atualizar, serei substituído por um robô, como e qual será minha atividade principal daqui a cinco ou 10 anos, o que me trará de retorno financeiro, como devo me preparar para enfrentar o desenvolvimento da tecnologia, entre outras.

No entanto, o importante, neste momento, é saber administrar a paciência. Nas páginas a seguir, o objetivo é jogar luz ao cenário de como Inteligência Artificial impacta e impactará o mundo do Direito, mais especificamente no que tange à comunicação jurídica e, por ora, os desafios que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enfrentará nos próximos anos.

É preciso projetar riscos éticos decorrentes desse processo e a forma com que a inovação tecnológica será aliada da transparência, da ética profissional e do acesso à Justiça.

Por isso, é importante discutir e explorar a interseção entre o avanço da Inteligência Artificial (IA) e a comunicação jurídica, com foco nos desafios e oportunidades éticas. Além disso, pretende-se levantar a discussão de como a IA pode otimizar a pesquisa, a redação e a interação entre profissionais do Direito e clientes, mas também definir a necessidade de diretrizes claras para garantir a transparência, a confidencialidade e a responsabilidade.

A adoção ética da IA no mundo do Direito não é apenas uma questão de eficiência, mas um imperativo para a manutenção da confiança pública no sistema de justiça. A ideia é traçar um panorama do futuro da comunicação jurídica, analisando como a ética deve ser a bússola orientadora da adoção da IA no mercado jurídico.

Desafios éticos

A incorporação da Inteligência Artificial na comunicação jurídica não é isenta de riscos. É evidente que ser cauteloso não possui nenhum malefício. Pelo contrário, são essenciais numa relação humana e, principalmente, quando se trata de máquina.

Como o mundo digital aceita quase todo tipo de informação, há sérios riscos de possibilidade das chamadas "alucinações da IA", ou seja, aparecimento de informações incorretas ou fabricadas apresentadas como verdadeiras, como as conhecidas "fake news" (notícias falsas). Outro ponto sensível que deve ser observado é a responsabilidade: quem responde pelo conteúdo gerado por uma máquina? O advogado, o programador, ou a própria instituição?

Além disso, há preocupações relacionadas à proteção de dados, à transparência na indicação do uso de IA e à possibilidade de vieses algorítmicos reforçarem desigualdades já existentes no sistema de justiça. Esses dilemas exigem reflexão ética e regulamentação adequada.

Na prática, a inovação tecnológica precisa estar subordinada a princípios éticos claros respeitando também a proteção de dados, especialmente em áreas sensíveis como o Direito, a ética da Inteligência Artificial não deve ser vista como um limite à inovação, mas como a condição que a torna legítima e aceitável socialmente.

Assim, a regulação da proteção de dados não se limita à dimensão técnica, mas assume um papel central na efetivação dos direitos fundamentais. A proteção de dados pessoais deve ser entendida como um direito fundamental, intrinsecamente ligado à dignidade da pessoa humana.

Apesar dos benefícios, o uso da IA na comunicação jurídica exige uma reflexão profunda sobre a ética. A principal preocupação é a confidencialidade e a segurança dos dados.

Evidencia-se que um dos maiores riscos da IA aplicada ao Direito é a reprodução de preconceitos presentes nos dados utilizados para treinar os algoritmos. Os vieses algorítmicos podem reproduzir desigualdades sociais preexistentes, comprometendo a imparcialidade de sistemas jurídicos automatizados.

A comunicação jurídica está em processo de transformação acelerada com o advento da Inteligência Artificial. Se, por um lado, a tecnologia oferece recursos inéditos para democratizar o acesso à informação, por outro, traz desafios éticos que não podem ser negligenciados.

O futuro aponta para um cenário em que a IA será parte indissociável da prática jurídica. Estamos preparados para tudo isso? O futuro da comunicação jurídica não é a substituição do advogado pela máquina, mas sim uma colaboração estratégica. A IA atuará como um agente facilitador, processando dados e automatizando tarefas repetitivas. No entanto, a capacidade de interpretação, o julgamento humano, a empatia e o toque pessoal na relação advogado-cliente continuarão sendo insubstituíveis.

A ética será o elo entre a tecnologia e a prática jurídica. É necessário que os órgãos reguladores, as instituições de ensino e os próprios profissionais do Direito criem um código de conduta específico para o uso da IA. Esse código deve abordar a proteção de dados, a responsabilidade civil por falhas algorítmicas, a transparência e a garantia de que a IA seja uma ferramenta para promover a justiça, e não para perpetuar desigualdades.

Alice Castanheira

Profissional com mais de 32 anos de experiência em Comunicação. Bacharel em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, pós-graduada em Gestão de Redes Sociais pela PUC de São Paulo. Advogada formada pela Faculdade Integradas de Guarulhos (FIG-UNIMESP) e pós-graduada em Direito Previdenciário pela Escola Paulista de Direito (EPD). Já foi assessora de comunicação na Prefeitura de São Paulo, no Governo de São Paulo, no Sebrae-SP, no Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo (2ª Região) e atuou como editora executiva de economia dos jornais Diário Popular, Diário de S. Paulo e no Infoglobo. É proprietária da AC Assessoria de Comunicação e Marketing, agência de inteligência de mercado em comunicação com atuação no Brasil e em Portugal desde 2010.